

JOSÉ GERALDO MARTINS

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:
UM ESTUDO COMPARATIVO APLICADO AOS BANCOS COMERCIAIS E
MÚLTIPLOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Mestrado em Ciências Contábeis

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E ATUÁRIA
SÃO PAULO
2007**

JOSÉ GERALDO MARTINS

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:
UM ESTUDO COMPARATIVO APLICADO AOS BANCOS COMERCIAIS E
MÚLTIPLOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Doutor José Roberto Securato.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E ATUÁRIA
SÃO PAULO
2007**

JOSÉ GERALDO MARTINS

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:
UM ESTUDO COMPARATIVO APLICADO AOS BANCOS COMERCIAIS E
MÚLTIPLOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Ciências Contábeis.

Aprovada por:

Prof. Dr. José Roberto Securato – Orientador
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Roberto Fernandes dos Santos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Edson Ferreira de Oliveira
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma dissertação de mestrado não deve ser creditada somente ao seu autor. Muitas pessoas presentes no seu ambiente formam uma sinergia que o incentiva e impulsiona para o alcance do objetivo. Desta forma, na qualidade de autor desta dissertação, é justificável que eu manifeste os meus agradecimentos seguintes:

- A Deus, pela vida e pelas condições favoráveis que me possibilitaram a consecução deste objetivo;
- Ao meu orientador, Professor Doutor José Roberto Securato, pelo suporte contínuo e orientação tempestiva;
- Aos professores que constituíram a banca examinadora de qualificação, Professor Doutor Roberto Fernandes dos Santos, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Professor Doutor Edson Ferreira de Oliveira, da Universidade de São Paulo, pelas sugestões e críticas apresentadas, fundamentais aos trabalhos da espécie;
- Aos meus pais e filhos por serem a causa e a consequência de minha existência;
- À minha esposa, Denise, cujo apoio, incentivo, colaboração e compreensão, presentes em todos os meus projetos, me motivaram a enfrentar e a vencer mais este desafio.

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação de mestrado é aplicar as técnicas de análise econômico-financeira a balanços patrimoniais e demonstrações de resultados consecutivos de bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional, em moeda constante, e analisar os resultados procedentes.

Para atingir o objetivo geral da dissertação, realizamos uma revisão conceitual e teórica do sistema de intermediação financeira, com destaque aos mercados e instituições financeiras componentes e às taxas de juros e suas estruturas temporais e curvas de rendimento. Procedemos, também, a uma revisão do plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional, com ênfase às normas gerais de contabilidade, elenco e função das contas e estruturas dos balanços e das demonstrações de resultados sintéticos de divulgação. Realizamos, ainda, uma revisão dos conceitos e práticas de gestão aplicada a instituições financeiras e, bem assim, dos indicadores de análise econômico-financeira adaptados às demonstrações contábeis de instituições financeiras.

Embora focalizados numa pesquisa de natureza acadêmica, na qual registramos os pontos de vista de alguns autores sobre os principais conceitos, restrições e técnicas relacionadas ao assunto, exteriorizamos, ainda, em algumas situações, nossa própria opinião, baseada na experiência pessoal adquirida em segmentos específicos do sistema financeiro nacional, ao longo do tempo.

Na verificação empírica, aplicamos os métodos de análise horizontal e vertical de balanços, os índices econômico-financeiros e os indicadores de valor agregado aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados de seis grandes bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional, nos exercícios sociais de 2004 e 2005, em moeda de 2005.

O teste experimental constata que a análise de instituições financeiras do sistema financeiro nacional, realizada a partir dos demonstrativos contábeis de publicação é eficaz, não obstante as limitações de informações inerentes aos relatórios contábeis sintéticos em geral.

ABSTRACT

The main purpose of this master's dissertation is to apply the economic/financial analysis techniques to consecutive balance sheets and income statements of commercial and multiple banks in the Brazilian financial system, in constant currency, and to analyze the results obtained.

In order to achieve that main purpose, we realized a conceptual and theoretical review of the financial intermediation system, especially the components financial markets and institutions and the interest rates and their term structures and yield curves. We also effected a review of the account plan for the Brazilian financial system institutions, with special emphasis on the general accounting standards, list of accounts and their functions and basic structures of published balance sheets and income statements. In addition, we reviewed management concepts and practices applied to financial institutions as well as economic/financial analysis indicators adapted to financial statements of financial institutions.

Although focused on an academic research where we recorded the views of some authors on the main concepts, restrictions and techniques related to the subject, we also expressed our own opinion in some situations based on personal experience acquired in specific segments of the Brazilian financial system over time.

In the empirical testing we applied the methods of horizontal and vertical analysis of balance sheets, economic/financial indices and value-added indicators to the balance sheets and income statements of six major commercial and multiple banks in the Brazilian financial system for the fiscal year of 2004 and 2005, in 2005 purchasing power.

The trial reveals that the analysis of financial institutions in the Brazilian financial system conducted on the published financial statements is effective, despite the limited information contained on the annual abridged accounting reports.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	12
1.1. Situação Problema	12
1.2. Objetivo	14
1.3. Metodologia.....	14
1.4. Descrição dos Capítulos	17
CAPÍTULO 2: O SISTEMA FINANCEIRO.....	20
2.1. Introdução.....	20
2.2. Mercados Financeiros.....	21
2.2.1. Conceituação	21
2.2.2. Segmentos.....	21
2.2.3. Tipos	23
2.3. Instituições Financeiras	24
2.4. Taxas de Juros	27
2.4.1. Estrutura a Termo das Taxas de Juros e Curvas de Rendimento	29
2.5. Sistema Financeiro Internacional	32
2.5.1. Sistema Financeiro Norte-Americano	34
2.5.2. Sistema Financeiro Japonês.....	37
2.5.3. Sistema Financeiro Alemão.....	38
2.5.4. Sistema Financeiro Britânico.....	39
2.6. Sistema Financeiro Nacional	40
2.6.1. Estrutura Atual.....	41
2.6.2. Evolução Histórica: da Reforma Bancária ao Plano Real	47
2.6.3. Evolução Histórica a partir do Plano Real.....	48
2.7. Resumo do Capítulo	51
CAPÍTULO 3: CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	52
3.1. Introdução.....	52
3.2. O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional	53

3.2.1. Princípios Gerais	54
3.2.2. Critérios de Avaliação e Apropriação Contábil.....	55
3.2.2.1 Critérios Gerais.....	56
3.2.2.2 Critérios Específicos.....	57
3.2.3. Elaboração e Publicação das Demonstrações Financeiras	62
3.2.4. Estrutura de Publicação do Balanço Patrimonial	63
3.2.5. Estrutura de Publicação da Demonstração de Resultados.....	68
3.3. Resumo do Capítulo	70

CAPÍTULO 4: GESTÃO E ANÁLISE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 71

4.1. Introdução	71
4.2. Gestão do Ativo.....	71
4.2.1. Títulos e Valores Mobiliários e Operações Compromissadas.....	74
4.2.2. Operações de Crédito	75
4.3. Gestão do Passivo	77
4.3.1. Depósitos	78
4.3.2. Venda com Compromisso de Recompra	79
4.3.3. Empréstimos	79
4.3.4. Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas	79
4.3.5. Recolhimentos e Aplicações Compulsórias	80
4.4. Gestão do Ativo-Passivo	82
4.4.1. Derivativos Financeiros.....	84
4.5. Gestão do Capital	85
4.5.1. Acordo de Capital de Basiléia	86
4.6. Análise das Demonstrações Contábeis	89
4.6.1. Índices de Solvência e Liquidez	90
4.6.2. Índices de Capital e Risco	92
4.6.3. Índices de Rentabilidade.....	94
4.6.4. Análise da Sensibilidade de Juros	97
4.6.5. Custo de Capital e Desempenho Econômico.....	99
4.7. Resumo do Capítulo	101

CAPÍTULO 5: ESTUDO COMPARATIVO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	103
5.1. Introdução	103
5.2. Descrição da Metodologia da Pesquisa	103
5.3. Análise Comparativa das Instituições Financeiras Examinadas.....	107
5.3.1. Análise Horizontal das Demonstrações Contábeis	107
5.3.1.1 Análise Horizontal dos Balanços.....	108
5.3.1.2 Análise Horizontal das Demonstrações de Resultados.....	109
5.3.2. Análise Vertical das Demonstrações Contábeis	110
5.3.2.1 Análise Vertical dos Balanços.....	110
5.3.2.2 Análise Vertical das Demonstrações de Resultados.....	112
5.3.3. Análise por meio de Índices	114
5.3.3.1 Índices de Liquidez e Solvência	115
5.3.3.2 Índices de capital e risco.....	118
5.3.3.3 Índices de Rentabilidade.....	121
5.3.4. Análise de Desempenho Econômico	126
5.4. Resumo do Capítulo	129
CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
BIBLIOGRAFIA	134
ANEXOS	140
Anexo 1: Descrição do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados.....	141
Anexo 2: Demonstrações Contábeis: 2004 e 2005	172
Anexo 3: Análise Horizontal e Vertical das Demonstrações Contábeis: 2004 e 2005.....	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN AMRO Real – Banco ABN AMRO Real S.A.

AMEX – *American Stock Exchange*

APE – Associação de Poupança e Empréstimo

Bacen – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil S.A.

BD – Banco de Desenvolvimento

BI – Banco de Investimento

BIF – *Bank Insurance Fund*

BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo

Bradesco – Banco Bradesco S.A.

Carta-Circular – Carta-Circular do Banco Central do Brasil

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro

CEF – Caixa Econômica Federal

CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos

Circular – Circular do Banco Central do Brasil

CMN – Conselho Monetário Nacional

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

COMPE – Câmara de Compensação de Cheques e outros Documentos do Banco do Brasil

COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira

CRSFN – Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EVA – Valor Econômico Agregado

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais

FDIC – *Federal Deposit Insurance Corporatio*

FED – *Federal Reserve System*

FGC – Fundo Garantidor de Crédito

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial

FOMC – *Federal Open Market Committee*

HSBC – HSBC- Bank Brasil S.A.

IASB – *International Accounting Standards Board*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IE – Índice de Eficiência Operacional

IF – Instituição Financeira

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IR – Imposto de Renda

LIBOR – *London Interbank Borrowing Rate*

LIFFE – *London International Financial Futures Exchange*

LSE – *London Stock Exchange*

MF – Margem Financeira

ML – Margem Líquida

MP – Medida Provisória do Governo Federal

MVA – Valor de Mercado Agregado

NASD – *National Association of Securities Dealers*

NASDAQ – *National Association of Securities Dealers Automated Quotation System*

NYSE – *New York Stock Exchange*

PIS/ PASEP – Programa de Integração Social/ Patrimônio do Servidor Público

PLA – Patrimônio Líquido Ajustado

PLE – Patrimônio Líquido Exigido

PR – Patrimônio de Referência

PROAGRO – Programa Nacional de Garantia da Atividade Pecuária

PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

Resolução – Resolução do Conselho Monetário Nacional

ROA – Retorno sobre o Ativo

ROE – Retorno sobre o Patrimônio Líquido

ROI – Retorno sobre o Investimento

SAIF – *Savings Association Insurance Fund*

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SCFI – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

SCI – Sociedade de Crédito Imobiliário

SEC – *Securities and Exchange Commission*

SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SPB – Sistema de Pagamentos Brasileiro

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

SNPC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

TR – Taxa Referencial

TVM – Títulos e Valores Mobiliários

Unibanco – Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

USD – Dólar dos Estados Unidos

WACC – Custo Médio Ponderado de Capital

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1. Situação Problema

As instituições financeiras são entidades públicas ou privadas, de finalidades lucrativas, que exercem funções e prestam serviços essenciais à sociedade. Para se compreender a essencialidade das funções desempenhadas pelas instituições financeiras, basta imaginar uma economia desprovida dessas instituições, situação onde a poupança gerada poderia ser simplesmente retida como moeda ou aplicada diretamente em títulos emitidos pelas empresas. A moeda retida, como se sabe, sujeitaria o poupador a perdas de capital em decorrência da inflação e da não acumulação de juros. Os títulos, por seu lado, sujeitariam o poupador a custos operacionais de monitoramento e a riscos de liquidez e de variação de preço, entre outros.

O processo histórico tem confirmado a essencialidade e importância das instituições financeiras. Prova disso é que as instituições financeiras têm participado ativamente dos mercados financeiros, como fornecedoras e tomadoras de fundos, em todas as fases que têm caracterizado o desenvolvimento do sistema financeiro nos últimos 50 anos, da internacionalização bancária e reforma do sistema financeiro nacional, iniciadas nos anos 1960, ao crescimento dos mercados e fluxos financeiros atuais, com passagem pelo nascimento dos mercados globais e abertura comercial e financeira da economia brasileira nos anos 1990.

A indústria financeira é, de modo geral, similar a qualquer indústria, que no processo de interação com o ambiente, obtém recursos para transformá-los em produtos ou serviços, diferenciando-se pela faculdade de usufruir principalmente dos recursos de terceiros para o exercício de suas atividades básicas. Dada a importância das funções e serviços que exercem, as instituições financeiras são, via de regra, obrigadas a atuar dentro de diretrizes regulamentares definidas por autoridades governamentais estabelecidas.

Saunders (2000, p.79) assinala que “as instituições financeiras devem ser especialmente regulamentadas porque perturbações ou interferências importantes sobre as funções ou serviços por elas exercidos podem produzir externalidades negativas na economia, a exemplo do que também estão sujeitas algumas empresas prestadoras de serviços de utilidade pública, como as companhias de gás, eletricidade, telefone e água”.

As demonstrações contábeis apresentadas pelas instituições financeiras são diferentes das demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas industriais e comerciais e outras empresas do setor terciário da economia. No Brasil, por exemplo, as normas e técnicas para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras das sociedades por ações e outras pessoas jurídicas que se submetam à tributação do imposto de renda com base no lucro real estão disciplinadas pela Lei n. 6.404, de 1976. Além de observar as disposições constantes desse ordenamento legal, o método contábil aplicado às instituições do sistema financeiro nacional atende ainda a um plano de contas padronizado e de uso compulsório, instituído pelo Banco Central do Brasil, ao contrário do que ocorre com as empresas de outros segmentos empresariais, às quais não é exigido o uso de plano de contas padronizado.

As diferenças entre as demonstrações contábeis produzidas pelas instituições financeiras e as demonstrações contábeis produzidas por outras empresas podem também ser explicadas por outras razões, dentre as quais destacamos as seguintes:

- A matéria-prima ou mercadoria de transação das instituições financeiras é o próprio dinheiro;
- As receitas de vendas das instituições financeiras têm origem nos juros por elas recebidos pelas aplicações (vendas) de dinheiro no mercado e os custos das mercadorias vendidas nos juros por elas pagos pelas captações (compras) de dinheiro;
- Além das receitas financeiras (juros) que obtêm pelas aplicações de dinheiro no mercado as instituições financeiras auferem receitas pela prestação de serviços;

- O índice de endividamento das instituições financeiras é geralmente elevado, em função da prerrogativa de captação de recursos de terceiros para alavancagem de seus resultados;
- As instituições financeiras representam empreendimentos de risco e, como tal, dependem da confiança do mercado para terem continuidade.

A exemplo do que ocorre com os empreendimentos que aplicam o método contábil no exercício de suas atividades, as demonstrações contábeis das instituições financeiras são também passíveis de análise econômico-financeira, no interesse de seus acionistas, credores e administradores, dentre outros interessados. Uma das dificuldades encontradas na análise das demonstrações contábeis de instituições financeiras ocorre em contextos inflacionários, quando além das questões decorrentes da dinâmica da inflação e do entendimento específico dos demonstrativos, os resultados apurados pela legislação societária se apresentam distorcidos, dado expressarem valores formados em diferentes momentos.

O problema da presente pesquisa é avaliar a eficácia dos indicadores econômicos e financeiros adaptados à análise de balanços de instituições financeiras do sistema financeiro nacional sob inflação e verificar o tratamento que lhes pode ser dado para obtenção de interpretações mais eficientes.

1.2. Objetivo

O objetivo desta dissertação é aplicar as técnicas de análise econômico-financeira a instituições financeiras e analisar os resultados obtidos pela aplicação dessas técnicas aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados consecutivos de bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional, em moeda de poder aquisitivo constante.

1.3. Metodologia

A palavra metodologia pode ser entendida como “estudo dos métodos”, na acepção etimológica. Na concepção de Ferreira (1988, p. 431), “metodologia pode ser entendida como o estudo dos métodos e, especialmente, dos métodos das ciências”. Para Richardson *et al*

(1999, p.22), “metodologia são procedimentos e regras utilizadas por determinado método”. Método, para ambos os autores, é o caminho para chegar a determinado objetivo. Para Collis e Hussey (2005, p. 61), “metodologia é a maneira global de tratar o processo de pesquisa, da base teórica até a coleta e análise de dados”. Método, por sua vez, refere-se às maneiras de coletar e/ou analisar dados.

Nesta seção, apresentamos algumas considerações sobre a metodologia e o método adotado para consecução deste trabalho, com destaque aos seguintes parâmetros: tipologia do estudo; caracterização das variáveis; caracterização da população e plano amostral; coleta e tratamento dos dados.

- Tipologia do Estudo

Martins (2002, p.33) apresenta as principais modalidades de estudos utilizadas nas pesquisas sociais, das quais destacamos as seguintes:

- Empírico-analíticas: abordagens quantitativas que privilegiam estudos práticos, apresentando em comum o emprego de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados;
- Fenomenológico-hermenêuticas: abordagens que utilizam técnicas não quantitativas, privilegiando estudos teóricos e análise de documentos e textos;
- Bibliográficas: abordagens que visam conhecer as contribuições científicas sobre um assunto, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas sobre o assunto;
- Exploratórias: abordagens adotadas para a busca de maiores informações sobre determinado assunto pouco conhecido, tendo a finalidade de formular problemas e hipóteses para estudos posteriores.

O presente trabalho se situa entre as pesquisas do tipo empírico-analítica e fenomenológico-hermenêutica. O enquadramento na abordagem empírico-analítica decorre de termos efetuado coleta, tratamento e análise de dados referentes aos demonstrativos contábeis de bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional nos exercícios sociais de

2004 e 2005. O enquadramento na abordagem fenomenológico-hermenêutica decorre de termos realizado diversos estudos sobre a bibliografia e documentos oficiais existentes.

- Caracterização das variáveis

Martins (2002, p. 39) distingue as variáveis, quanto à especificidade, em variáveis gerais, as quais não podem ser imediatamente mensuradas, e variáveis empíricas, as quais indicam diretamente os elementos e/ou características a serem observadas e medidas. Os números índices que estabelecem a evolução temporal dos diversos componentes dos demonstrativos contábeis, os percentuais que estabelecem a relação entre os valores de uma conta ou grupo de contas com um valor afim de uma mesma demonstração, os índices econômico-financeiros e os indicadores de valor apurados a partir dos demonstrativos contábeis fornecem as variáveis empíricas a serem analisadas no presente estudo.

- Caracterização da população e plano amostral

O sistema financeiro nacional é composto por uma população heterogênea, mas algumas subpopulações são bem definidas, o que nos permite levantar os dados através de uma técnica de amostragem estratificada. Os estratos podem ser obtidos de várias formas, conforme a natureza do banco pesquisado, tais como:

- Origem: nacional ou estrangeiro;
- Tamanho: pequeno, médio ou grande;
- Tipo: comercial, de investimento, múltiplo, etc.

Nesta dissertação, optamos por subpopulações compostas por grandes bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional, de origem nacional ou estrangeira. Assim, extraímos uma amostra de seis instituições distribuídas da seguinte forma: dois bancos públicos; dois bancos privados de capital nacional; dois bancos de capital estrangeiro.

Na pesquisa foram utilizados como fontes de informações os balanços patrimoniais e os demonstrativos de resultados alusivos aos exercícios sociais de 2004 e 2005.

- Coleta e tratamento dos dados

Os dados originais referentes às variáveis dos balanços e demonstrações de resultados das instituições financeiras que constituíram a amostra foram obtidos através de publicações das instituições em seus *sites* na *Internet* ou em periódicos de grande circulação. Os valores assim obtidos foram corrigidos pelos índices oficiais de inflação, sendo a partir daí utilizados em nossas análises.

1.4. Descrição dos Capítulos

Esta dissertação determinou como objetivo central aplicar as técnicas de análise econômico-financeira a instituições financeiras e analisar os resultados obtidos pela aplicação dessas técnicas aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados consecutivos de bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional, em moeda de poder aquisitivo constante. Para atingir o objetivo central, foi estabelecido o cumprimento dos seguintes objetivos específicos: apresentar a estrutura e funcionamento do sistema de intermediação, com ênfase ao sistema financeiro norte-americano e ao sistema financeiro nacional, principalmente; descrever a contabilidade de instituições financeiras, com destaque à contabilidade das instituições do sistema financeiro nacional, constituídas sob a forma de bancos comerciais e múltiplos; examinar os conceitos e práticas de gestão e as técnicas de análise de balanços aplicadas às instituições financeiras.

Visando alcançar as metas propostas, o trabalho apresenta-se constituído de seis capítulos.

Este primeiro capítulo, de natureza introdutória, introduz a situação problema, o objetivo, a metodologia de estudo adotada na pesquisa e a descrição dos capítulos subseqüentes.

O segundo capítulo discorre sobre o sistema de intermediação financeira, procurando demonstrar a função e essencialidade deste. Para tanto, são apresentados nesse capítulo os conceitos de mercados financeiros, instituições financeiras e taxas de juros, com destaque ao ambiente regulatório e importância das instituições financeiras e aos fundamentos das taxas

de juros, suas estruturas temporais e curvas de rendimento. As características dos principais sistemas financeiros internacionais e a estrutura e desenvolvimento do sistema financeiro nacional pós reforma bancária dos anos 1960 são também apresentadas nesse capítulo.

O terceiro capítulo trata da contabilidade das instituições financeiras do sistema financeiro nacional. Dado que a verificação empírica proposta encontra-se fundamentada em informações contábeis, o capítulo introduz as normas básicas instituídas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional e a estrutura de publicação dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados das instituições financeiras autorizadas a operar no Brasil. A composição dos grupos e subgrupos patrimoniais e a descrição analítica das funções dos desdobramentos de subgrupo contábeis aplicadas às instituições do sistema financeiro nacional constituídas sob a forma de bancos comerciais e múltiplos encontram-se consubstanciadas no anexo 1, ao final do relatório.

O quarto capítulo aborda a gestão de instituições financeiras, examinando a gestão de ativos e de liquidez, a gestão de passivos, aí incluídos os recolhimentos compulsórios e as aplicações direcionadas de crédito, a gestão geral do balanço, aí incluído o uso de instrumentos financeiros derivativos e, por fim, a gestão de capital no contexto do acordo de Basileia. Examina também os indicadores econômico-financeiros aplicados à análise de balanços de instituições financeiras do sistema financeiro nacional, incluídos os indicadores agregados de valor econômico e de mercado.

O quinto capítulo trata da verificação empírica e apresenta os resultados analíticos da aplicação da análise horizontal e vertical e dos indicadores econômico-financeiros e de valor agregado às instituições financeiras componentes da amostra selecionada, no biênio 2004-2005. A descrição da metodologia utilizada para a elaboração do experimento é apresentada nesse próprio capítulo.

O sexto capítulo é dedicado às considerações finais do trabalho e apresentação de sugestões para estudos posteriores sobre o assunto.

Deve-se observar que esta dissertação não tem o propósito de esgotar os assuntos nela abordados, mas apenas apresentar e reforçar conceitos, bem como adicionar ao acervo

contábil-financeiro uma pesquisa sobre as instituições financeiras do sistema financeiro nacional, constituídas sob a forma de bancos comerciais e múltiplos.

CAPÍTULO 2: O SISTEMA FINANCEIRO

2.1. Introdução

As sociedades contemporâneas podem ser consideradas economias mistas, dado que contêm, de uma forma geral, elementos de economia de mercado e de economia dirigida. De acordo com Samuelson e Nordhaus (1993, p.25), “economia de mercado é a economia onde os indivíduos e as empresas privadas tomam as decisões mais importantes acerca da produção e do consumo”, ao passo que “economia dirigida é a economia onde o governo toma todas as decisões acerca da produção e da repartição”.

Nas economias modernas, as empresas, os indivíduos e os governos freqüentemente precisam levantar capitais. Alguns indivíduos e empresas geralmente têm excedentes de capital para investir. Weston e Brigham (1993, p.91) destacam que as transferências de capital entre poupadores e investidores geralmente ocorrem de três formas distintas:

- Transferências diretas ou colocações privadas: quando uma empresa vende suas ações ou títulos diretamente aos poupadores, sem intermediação financeira;
- Transferências através do mercado financeiro: quando uma empresa entrega suas ações ou títulos a uma instituição financeira, que faz a intermediação da venda aos poupadores;
- Transferência mediante intermediário financeiro: quando este vende seus próprios títulos aos poupadores e utiliza o dinheiro na concessão de empréstimos a empresas ou aplicação em outros títulos.

Os mercados e as instituições financeiras, partes componentes do sistema de intermediação e, da mesma forma, as taxas de juros, constituem o objeto de apresentação nas seções seguintes.

2.2. Mercados Financeiros

2.2.1. Conceituação

Para Ferreira (1988, p.428), mercado pode ser entendido como “a relação estabelecida entre a oferta e a procura de bens e/ou serviços e/ou capitais”, ou ainda, “o conjunto de pessoas e/ou empresas que, oferecendo ou procurando bens e/ou serviços e/ou capitais, determinam o surgimento e as condições dessa relação”.

Os mercados financeiros são mercados nos quais os fornecedores e os tomadores de fundos podem negociar. Weston e Brigham (1993, p. 87) assinalam que os “mercados financeiros são mercados onde se levantam capitais, negociam-se títulos e estabelecem-se os preços das ações”.

2.2.2. Segmentos

Segundo Gitman (2006, p. 19), referindo-se ao sistema financeiro norte-americano, o mercado financeiro é constituído por dois segmentos básicos:

- Mercado monetário: mercado onde são realizadas transações que envolvem instrumentos de dívida de curto prazo ou títulos negociáveis;
- Mercado de capitais: mercado onde são realizadas transações com títulos de dívida de longo prazo e ações;

De acordo com Assaf Neto (2003, p.106), fazendo referência ao sistema financeiro nacional, o mercado financeiro é constituído por quatro segmentos:

- Mercado monetário: mercado que visa a liquidez monetária da economia, onde os títulos negociados são de curto prazo e de alta liquidez e tem a taxa de juros como parâmetro de referência;

- Mercado de capitais: mercado que visa suprir as necessidades de investimentos dos agentes econômicos, por meio de modalidades de financiamentos a médio e longo prazo para capital de giro e capital fixo e mesmo prazo indeterminado;
- Mercado de crédito: mercado que visa fundamentalmente suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazo dos vários agentes econômicos, por meio da concessão de créditos às pessoas físicas e jurídicas;
- Mercado de câmbio: mercado que visa realizar as operações de compras e vendas de moedas estrangeiras conversíveis reunindo todos os agentes econômicos que tenham motivos para realizar transações com o exterior.

Para Roberts (2000, p.43), referindo-se ao sistema financeiro internacional, o mercado financeiro global é composto pelos seguintes segmentos:

- Mercado cambial global: mercado para negociação bilateral das moedas de diferentes países e de compensação financeira dos compromissos internacionais, em decorrência do comércio exterior e dos fluxos internacionais de capitais;
- Mercado monetário internacional: mercado atacadista para compromissos financeiros de curto prazo, incluindo as operações bancárias internacionais e as operações com euromonedas;
- Mercado internacional de bônus: mercado para negociação de bônus estrangeiros e eurobônus, títulos de dívida de longo prazo emitidos por governos, empresas e organizações internacionais;
- Mercado internacional de ações: mercado para negociação de ações emitidas por empresas em outras bolsas de valores que não as de seu país de origem;
- Mercado de derivativos: mercado para negociação de instrumentos financeiros, tais como futuros, opções e *swaps*, que derivam de outros instrumentos financeiros, tais

como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de mercado de ações e preços de mercadorias, entre outros.

- Mercado de ouro: mercado para negociação do ouro metal.

Das citações bibliográficas precedentes e das práticas operacionais prevalentes em nosso país, depreende-se que o mercado financeiro nacional pode ser representado pelos seguintes segmentos de mercado: monetário; capitais; crédito; câmbio; derivativos; ouro.

2.2.3. Tipos

De acordo com Gitman (2006, p. 19), os mercados financeiros podem ainda ser divididos em dois tipos:

- Mercado primário: mercado no qual o emissor é diretamente envolvido na transação e efetivamente recebe pela venda de títulos novos. As vendas de títulos no mercado primário são geralmente realizadas sob as duas formas seguintes:
 - Oferta pública: venda não exclusiva de títulos ao público em geral, através de leilões ou subscrição pública;
 - Colocação privada: venda de títulos novos diretamente a um investidor ou grupo de investidores.
- Mercado secundário: mercado onde os títulos e as ações são negociados entre indivíduos, empresas, governos e instituições financeiras. Os principais tipos de mercados secundários são os seguintes:
 - Bolsas de valores: organizações tangíveis que atuam como mercados secundários onde os títulos emitidos são revendidos;
 - Mercado de balcão: mercado intangível para a compra e venda de títulos não registrados nas bolsas de valores.

2.3. Instituições Financeiras

Instituições financeiras (IF) são entidades oficialmente regulamentadas, que canalizam as poupanças de indivíduos, empresas e governos para empréstimos ou investimentos. Saunders (2000, p.26) assinala que as IF podem se apresentar sob dois tipos:

- Instituições monetárias: constituídas pelos bancos comerciais e instituições de poupança;
- Instituições não monetárias: constituídas pelos bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras, fundos mútuos, companhias de seguro, entre outras.

As IF são importantes e essenciais em toda sociedade. Saunders (2000, p.80) recorre a três linhas de pensamento para justificar a importância e essencialidade das IF: linha da teoria dos fluxos dos fundos; linha das autoridades formuladoras de políticas monetárias; linha da regulamentação.

- Linha da teoria dos fluxos dos fundos: segundo esta linha, o nível dos fluxos dos fundos tende a ser mais alto numa economia dotada de IF do que numa economia não privilegiada por esse atributo, dado que, naquelas economias, os poupadores tendem a preferir os instrumentos emitidos pelas IF aos emitidos pelas empresas, em razão dos custos e riscos assumidos pelas IF, dentre os quais destacamos os seguintes:
 - Custos de monitoramento: as IF têm economias de escala na produção e coleta de informações, bem como capacidade de agrupamento dos fundos para investimento nos instrumentos financeiros emitidos pelas empresas ou geração de empréstimos e financiamentos às empresas;
 - Riscos de liquidez e de variação de preços: os instrumentos financeiros emitidos pelas IF têm melhores atributos de liquidez e de risco quando comparados aos títulos emitidos pelas empresas, dadas as funcionalidades de descasamento e diversificação características das IF.

- Linha das autoridades formuladoras de políticas: esta linha se fundamenta na transmissão da política monetária, na alocação de crédito e nos serviços de pagamento, entre outras.
 - Transmissão da política monetária: as IF do tipo monetárias desempenham papel fundamental na transmissão da política monetária do banco central ao restante da economia porque seus passivos representam um importante componente da oferta de meios de pagamento, com influência na taxa de inflação;
 - Alocação de crédito: as IF se constituem na principal fonte de crédito para alguns setores da economia beneficiados por financiamentos subsidiados, como o setor imobiliário residencial e a agricultura, em países como Estados Unidos, Reino Unido e Brasil, entre outros;
 - Serviços de pagamento: as instituições monetárias fornecem serviços eficientes de pagamento que beneficiam diretamente toda a economia, como os serviços de compensação de cheques e os serviços de transferência eletrônica de fundos, entre outros.

- Linha da regulamentação bancária: esta linha se fundamenta nos regulamentos de segurança e solidez, política monetária e alocação de crédito, entre outros:
 - Segurança e solidez: as autoridades reguladoras costumam estabelecer limites operacionais de crédito, limites de capital, fundos de garantia, monitoramento e vigilância, entre outros controles, para proteger os depositantes e tomadores de empréstimos contra o risco de falência de IF:
 - ... Limites operacionais de crédito: os bancos não podem, por exemplo, conceder empréstimos além de determinados percentuais sobre seus recursos próprios para uma empresa ou tomador individual. Saunders (2000, p.87) assinala que nos Estados Unidos os bancos não podem conceder empréstimos além de 15% de seus recursos próprios a qualquer

empresa ou tomador individual. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução n. 2.844, de 2001, estabelece que as IF do SFN não podem conceder empréstimos além de 25% de seu Patrimônio de Referência (PR), por cliente.

... Limites de capital realizado e patrimônio líquido: os proprietários de uma IF devem manter um nível mínimo de capital para o financiamento de suas operações ativas, de forma a proteger os credores e depositantes contra os riscos de falência ou insolvência da instituição.

... Fundo de garantia: as IF devem constituir seguro para proteger os depositantes contra os riscos de suas falências ou insolvências. Segundo Saunders (2000, p.88), o *Bank Insurance Fund* (BIF) e o *Savings Association Insurance Fund* (SAIF), monitorados e regulamentados pela *Federal Deposit Insurance Corporation* (FDIC), asseguram os créditos contra os bancos comerciais e associações de poupança e empréstimo, nos Estados Unidos. Krugman e Obstfeld (2001, p.679) assinalam que a FDIC recebe contribuições periódicas dos bancos e protege os depositantes contra perdas de até US\$ 100.000 (cem mil dólares norte-americanos). No Brasil, conforme Fortuna (2005, p.747), o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), uma associação civil sem fins lucrativos, garante créditos contra instituições dele participantes, nas hipóteses de falência ou insolvência dessas instituições. O FGC recebe contribuições mensais dos bancos e assegura os depositantes contra perdas até o limite de R\$ 20.000 (vinte mil reais), conforme estabelecido na Circular n. 3.270, de 2004, do Banco Central do Brasil (Bacen).

... Monitoramento e vigilância: as autoridades submetem as IF a graus variados de monitoramento e vigilância, incluindo exames *in loco* e a produção regular de demonstrações contábeis e relatórios para avaliação externa.

○ Política monetária: um banco central geralmente controla diretamente a quantidade de papel-moeda e moeda metálica na economia (moeda exógena),

mas a maior parte da oferta de moeda é formada por depósitos bancários (moeda endógena). Na maioria dos países, as autoridades monetárias normalmente estipulam um nível mínimo exigido de reservas em numerário em relação ao volume de depósitos. As IF costumam tratar as reservas compulsórias como custo do processo de intermediação, especialmente se elas não rendem juros.

- Alocação de crédito: as autoridades costumam promover o direcionamento do crédito pelas IF a alguns setores básicos específicos, como habitação e agricultura, especialmente sob a forma de aplicações compulsórias e juros administrados, a título de subsídios. Saunders (2000, p.89) assinala que nos Estados Unidos, as instituições de poupança são obrigadas a manter 65% de seus ativos em operações relacionadas a empréstimos hipotecários residenciais, existindo, ainda, em alguns estados, a lei contra a usura, que determina a taxa máxima de juros que pode ser aplicada a empréstimos hipotecários ou crédito ao consumidor.

2.4. Taxas de Juros

As instituições e os mercados financeiros criam o mecanismo pelo qual os fundos fluem entre aplicadores e tomadores. As taxas de juros representam a compensação que o tomador deve pagar ao aplicador de fundos. Brigham e Houston (1999, p.133) assinalam que a taxa de juros de mercado (K) sobre um título de dívida pode ser expressa na forma seguinte:

$$K = K^* + PI + PRI + PL + PRV$$

(2.1)

Onde:

K^* é a taxa de juros real sem risco, na ausência de inflação esperada;

PI é o prêmio de inflação, igual à taxa média de inflação esperada no prazo do título;

PRI é o prêmio de risco de inadimplimento de juro ou de principal;

PL é o prêmio de risco de liquidez ou de negociabilidade do título;

PRV é o prêmio do risco de vencimento.

Como a taxa de juros nominal sem risco e com inflação (K_{RF}) é dada por:

$$K_{RF} = K^* + PI$$

(2.2)

A equação da taxa de juros nominal pode ser reescrita, como segue:

$$K = K_{RF} + PRI + PL + PRV$$

(2.3)

Uma descrição detalhada dos elementos componentes da fórmula da taxa de juros de mercado, na forma preconizada por Brigham e Houston (1999, p. 134), é apresentada nas linhas seguintes.

- Taxa de juros real sem risco, K^* : esta taxa varia no decorrer do tempo, tanto em função da taxa de retorno que as empresas e outros tomadores de empréstimo esperam ganhar sobre os ativos produtivos como da preferência intertemporal das pessoas para consumo presente ou futuro.
- Prêmio de inflação (PI): este prêmio corresponde à taxa média de inflação esperada até o vencimento do título, que os investidores adicionam à taxa real de retorno livre de riscos K^* .
- Taxa de juros nominal livre de risco (K_{RF}): esta taxa é livre de risco de crédito, mas não de taxas de juros de mercado. Os próprios títulos de emissão do tesouro norte-americano, apesar de livres de risco de inadimplência, ficam expostos a variações no nível geral das taxas de juros.
- Prêmio de risco de inadimplência (PRI): este prêmio é a diferença entre a taxa de juros de mercado de um título do tesouro e a de um título privado de igual vencimento e liquidez. Quanto maior for o risco de inadimplência do título, mais alta deve ser a taxa de juros exigida pelos fornecedores de empréstimos. Os títulos do tesouro têm as menores taxas de juros porque não tem risco de inadimplência. Para títulos privados,

quanto mais alta for a classificação do título, mais baixo será o seu risco de inadimplência e mais baixa sua taxa de juros.

- Prêmio de liquidez (**PL**): este prêmio é adicionado à taxa de juros de equilíbrio de um título, no caso do mesmo não poder ser convertido em moeda em curto prazo e a um valor justo de mercado.
- Prêmio do risco de vencimento (**PRV**): este prêmio reflete o risco de perdas de capital ao qual os investidores estão expostos devido a elevações nas taxas de juros de mercado ou o risco da taxa de reinvestimento. Os títulos de longo prazo têm, em geral, maior exposição ao risco da taxa de juros, e os títulos de curto prazo, ao risco da taxa de reinvestimento.

2.4.1. Estrutura a Termo das Taxas de Juros e Curvas de Rendimento

Estrutura a termo das taxas de juros é a relação entre as taxas de juros de longo e de curto prazo para qualquer classe de títulos com igual risco. Curva de rendimento é um gráfico da estrutura a termo das taxas de juros que mostra, em uma determinada data, a relação entre o rendimento de um título até o vencimento (y) e o prazo de vencimento (t). Gitman (1997, p. 44) assinala que a curva de rendimento de um título pode se apresentar sob uma das formas seguintes:

- Curva de rendimento normal: curva com inclinação ascendente que geralmente indica taxas de juros de curto prazo mais baixas que as de longo prazo (figura 2.1);
- Curva de rendimento plana: curva que reflete taxas de juros relativamente iguais tanto para curto como longo prazo (figura 2.2);
- Curva de rendimento invertida: curva com inclinação descendente que geralmente indica taxas de juros de longo prazo mais baixas que as de curto prazo (figura 2.3).

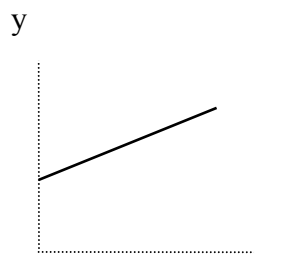


Figura 2.1

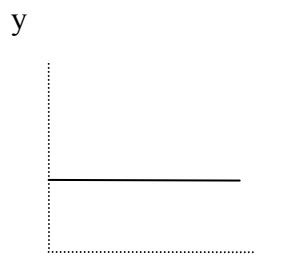


Figura 2.2

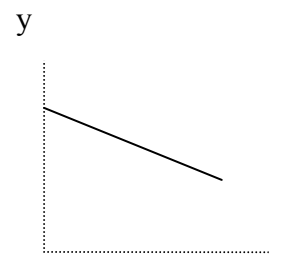


Figura 2.3

Weston e Brigham (1993, p. 111) destacam que a forma da curva de rendimento pode ser explicada pelas seguintes teorias:

- Teoria das expectativas: assume que o prêmio do risco de vencimento (PRV) é igual a zero e afirma que a forma da curva de rendimento depende apenas das expectativas dos investidores quanto às taxas de inflação futuras. Segundo esta teoria, os fornecedores de empréstimos são indiferentes ao prazo e as taxas de juros de longo prazo são médias ponderadas das taxas de juros correntes e esperadas de curto prazo.
- Teoria da preferência pela liquidez: assume que o prêmio do risco de vencimento (PRV) é maior do que zero e afirma que os fornecedores de empréstimos preferem conceder empréstimos de curto prazo a empréstimos de longo prazo, *ceteris paribus*. Segundo esta teoria, os títulos de longo prazo rendem normalmente mais do que os de curto prazo, pelas seguintes razões:
 - Os fornecedores de empréstimos geralmente preferem ter títulos de curto prazo porque estes são mais líquidos;
 - Os tomadores de empréstimo geralmente preferem dívidas de longo prazo porque as de curto prazo os expõem ao risco de ter de pagar sob condições adversas.
- Teoria da segmentação do mercado: assume que cada tomador e cada fornecedor de fundos tem uma data de vencimento preferida e que a inclinação da curva de rendimento depende da oferta e da demanda de fundos no mercado de longo prazo em

relação ao mercado de curto prazo. De acordo com esta teoria, a curva de rendimento pode se apresentar sob uma das seguintes formas:

- Ascendente, quando houver uma grande oferta de fundos de curto prazo e escassez de fundos de longo prazo;
- Descendente, quando houver uma grande demanda de fundos de curto prazo em comparação com a demanda de longo prazo;
- Plana, quando houver equilíbrio entre as ofertas e demandas de curto e de longo prazo.

Weston e Brigham (1993, p.113) apresentam outros fatores que podem exercer influência no nível geral das taxas de juros e na forma da curva de rendimento, dos quais destacamos os seguintes:

- Política monetária: o banco central é o executor da política monetária e, como tal, pode aumentar ou reduzir a oferta de moeda na economia.
 - Um aumento na oferta de moeda pelo banco central geralmente produz uma redução imediata das taxas de juros e uma elevação na taxa de inflação esperada, que por sua vez pode provocar uma elevação nas taxas de juros;
 - Uma redução na oferta de moeda pelo banco central geralmente produz uma elevação imediata das taxas de juros e uma redução na taxa de inflação esperada, que por sua vez pode provocar uma redução nas taxas de juros.
- Déficit público: o déficit público de um país é geralmente financiado por meio de empréstimos ou emissões monetárias.
 - A demanda por empréstimos para o financiamento do déficit público geralmente provoca uma elevação nas taxas de juros de longo prazo;

- A emissão de moeda para o financiamento do déficit público geralmente eleva as expectativas de inflação e das taxas de juros de curto prazo.
- Nível de atividade econômica: afora os períodos de estabilidade, as economias podem apresentar períodos de inflação ou de recessão.
 - Em períodos de inflação, as taxas de juros tendem a se elevar, em função do imposto inflacionário;
 - Em períodos de recessão, as taxa de juros tendem a se reduzir, dado que o banco central procura aumentar a oferta de moeda para estimular a economia. Nesses períodos, as taxas de curto prazo diminuem mais acentuadamente do que as taxas de longo prazo, dado que o banco central concentra sua operação no curto prazo. As taxas de longo prazo refletem a taxa média de inflação esperada no longo prazo, que não se modifica muito mesmo quando a taxa de inflação corrente for baixa.

2.5. Sistema Financeiro Internacional

A etapa atual do sistema financeiro internacional teve início nos anos 1970.

Nos anos 1970, a expansão dos negócios bancários internacionais foi conduzida pela reciclagem de petrodólares, por meio de empréstimos sindicalizados concedidos por bancos comerciais de países mais desenvolvidos a bancos, empresas e governos de países menos desenvolvidos.

Os anos 1980 e 1990 assistiram ao nascimento e desenvolvimento do mercado financeiro global. Roberts (2000, p.35) assinala que o desenvolvimento do mercado financeiro global pode ser explicado por alguns fatores, dos quais destacamos os seguintes:

- Expansão das transações bancárias internacionais;
- Liberalização dos fluxos internacionais de capital;
- Desregulamentação dos mercados financeiros;

- Revolução na tecnologia das comunicações;
- Inovações financeiras como derivativos e securitização.

O mercado global tem se comprovado eficiente ao longo do tempo, mas tem sido objeto de preocupação dos supervisores bancários de todo o mundo e exigido cooperação entre eles. Brigham e Houston (1999, p. 117) descrevem a preocupação dos reguladores, expressa nas declarações públicas de Allan Greenspan nos anos 1990, quando este ainda era presidente do *Federal Reserve Board*:

“Os mercados financeiros modernos expõem as economias nacionais a choques oriundos de fontes novas e inesperadas e com pouco ou nenhum hiato. Os bancos centrais precisam desenvolver novas maneiras de avaliar e limitar riscos ao sistema financeiro. Grandes volumes de capital movimentam-se rapidamente ao redor do mundo, em resposta a modificações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio, e esses movimentos podem ser desestabilizadores para as instituições e economias locais”.

Dentre os mercados constituintes do sistema financeiro internacional, o mercado de derivativos é um mercado que tem se desenvolvido de forma acelerada nos últimos vinte anos, proporcionando oportunidades adicionais de aumento ou redução de risco às empresas. A propósito, Brigham e Houston (1999, p.118) remontam a outra observação de Allan Greenspan, ainda nos anos 1990:

“Em teoria, os derivativos deveriam permitir aos bancos gerenciar melhor o risco, mas não ficou claro se essas inovações aumentaram ou reduziram a estabilidade inerente ao sistema financeiro”.

Os anos 2000 têm assistido ao crescimento dos mercados e dos fluxos financeiros internacionais.

Nas subseções seguintes são abordados os sistemas financeiros das principais economias do mundo, a saber: sistema financeiro norte-americano, sistema financeiro japonês, sistema financeiro alemão e sistema financeiro britânico.

2.5.1. Sistema Financeiro Norte-Americano

A atual estrutura do sistema financeiro norte-americano teve início nos anos 1930, com a promulgação das seguintes leis:

- *Securities Act of 1933 e Securities Exchange Act of 1934*: estas leis exigiam que as empresas registrassem todas as ofertas públicas, exceto os instrumentos financeiros de prazos máximos de 270 dias e as ofertas dentro do Estado;
- *Banking Act of 1933 (Glass-Steagall Act)*: esta lei exigia a separação das atividades de banco comercial e de banco de investimento.

Em 1999, foi promulgada a *Gramm-Leach-Bliley Act*, uma lei de modernização do sistema financeiro que pôs fim à segmentação bancária e autorizou os bancos comerciais e os bancos de investimento a se converterem em prestadores de serviços bancários universais, como assinalado por Grinblatt e Titman (2005, p.40-41).

O *Federal Reserve System* é um sistema equivalente a um banco central. Kidwell *et al* (1993, p.72) assinalam que esse sistema foi instituído em 1913 e compreende os seguintes órgãos, dentre outros:

- *Board of Governors*: órgão de formulação de políticas, com sede em Washington;
- *Federal Reserve Bank*: conjunto de instituições operacionais, constituído de 12 bancos regionais, 25 filiais e 11 escritórios;
- *Federal Open Market Committee (FOMC)*: órgão responsável pela política monetária.

A *Federal Reserve* atua como agente do governo federal para a arrecadação de impostos, emissão de moeda e administração da dívida pública. Os bancos regionais da *Federal Reserve* atuam como bancos centrais em suas regiões. Os bancos comerciais são obrigados a manter reservas nos bancos regionais da *Federal Reserve*, os quais são executores dos serviços de compensação. Os bancos comerciais podem ser filiados ou não filiados, para

identificar seu relacionamento com o respectivo *Federal Reserve Bank*, sendo obrigatória a filiação dos bancos nacionais e opcional a dos estaduais.

Brigham e Houston (1999, p.123) assinalam que as principais IF presentes na economia norte-americana, a exemplo do que ocorre em outras economias desenvolvidas, são as seguintes:

- Bancos comerciais: são as principais IF existentes e realizam os seguintes tipos de operações:
 - Acolhem depósitos em conta corrente, depósitos de poupança e outros depósitos a prazo;
 - Concedem empréstimos a tomadores de fundos, diretamente ou através dos mercados financeiros;
 - Prestam serviços de pagamento ou transferência como compensação de cheques, transferência eletrônica e cartões de crédito.

- Bancos de poupança: são intermediários regionais que realizam os seguintes tipos de operações:
 - Acolhem depósitos de poupança e outros depósitos a prazo;
 - Empréstam ou investem fundos nos mercados financeiros e concedem empréstimos imobiliários a indivíduos.

- Associações de poupança e empréstimo: são instituições que realizam os seguintes tipos de operações:
 - Acolhem depósitos de poupança e outros depósitos a prazo;
 - Captam recursos através da venda de títulos nos mercados financeiros;
 - Empréstam fundos a indivíduos e empresas sob a forma de empréstimos hipotecários de bens imóveis e investem nos mercados financeiros.

- Cooperativas de crédito: são intermediários que realizam os seguintes tipos de operações com seus associados:
 - Acolhem depósitos de poupança e outros depósitos a prazo;
 - Concedem empréstimos e financiam compras de eletrodomésticos, automóveis ou benfeitorias de imóveis.

- Companhias de seguro de vida: são intermediários que realizam os seguintes tipos de operações:
 - Recebem prêmios de assegurados para cobertura de prováveis benefícios;
 - Aplicam os recursos em empréstimos a indivíduos, empresas e governos ou em investimentos nos mercados financeiros.

- Fundos de pensão: são intermediários que realizam os seguintes tipos de operações:
 - Recebem contribuições de funcionários de empresas ou dependências do governo com a finalidade de lhes prover renda após a aposentadoria;
 - Fazem empréstimos ou investimentos nos mercados financeiros.

- Fundos mútuos: são intermediários que realizam as seguintes operações:
 - Reúnem fundos de poupadores através da venda de quotas;
 - Administram profissionalmente uma carteira diversificada de títulos.

- Bancos de Investimento: são instituições que oferecem os seguintes tipos de serviços:
 - Fazem o lançamento e distribuição de nossas emissões de títulos;
 - Auxiliam as empresas a levantar recursos no mercado primário.

Os Estados Unidos possuem o principal e maior mercado de capitais do mundo. Seus principais mercados secundários de ações são as bolsas organizadas e os mercados de balcão.

- As bolsas organizadas são entidades supervisionadas pela *Securities Exchange Commission* (SEC), uma agência do governo, criada em 1934, para regulamentar o mercado de títulos. Brigham e Houston (1999, p.125) assinalam que as duas principais bolsas organizadas estão sediadas na cidade de New York e são as seguintes:
 - *New York Stock Exchange* (NYSE);
 - *American Stock Exchange* (AMEX).

- O mercado de balcão é um mercado cujos corretores e operadores são membros de uma organização auto-regulada conhecida como *National Association of Securities Dealers* (NASD), que utiliza uma rede de negociação computadorizada conhecida como *NASD Automated Quotation System* (NASDAQ). Grinblatt e Titman (2005, p.38) assinalam que os títulos de dívida objeto de colocação pública são necessariamente registrados na SEC, sendo facultativo o registro dos títulos de colocação privada. Os títulos registrados na SEC podem ser negociados em mercados públicos secundários como a NYSE e AMEX, a exemplo das ações.

2.5.2. Sistema Financeiro Japonês

O sistema financeiro japonês apresenta similaridades superficiais e diferenças substanciais em relação ao sistema financeiro norte-americano. Grinblatt e Titman (2005, p.50) apresentam as principais similaridades e diferenças entre os dois sistemas.

Dentre as similaridades assinaladas por Grinblatt e Titman destacamos as seguintes:

- Os bancos comerciais e os bancos de investimento japoneses são separados;
- As empresas japonesas devem registrar as ofertas públicas de ações e títulos;
- A Bolsa de Valores de Tóquio é a segunda maior do mundo;
- Os japoneses possuem mercados de títulos de dívida e de ofertas nos euromercados bastante fortes.

Dentre as diferenças apontadas por Grinblatt e Titman destacamos as seguintes:

- Os bancos são mais influentes no Japão do que nos Estados Unidos.
 - Os maiores bancos nacionais japoneses são ofertantes primários de fundos às empresas japonesas e servem como banco principal para cada grande corporação industrial no Japão;
 - Os bancos são grande provedores de fundos para as empresas japonesas, fornecendo-lhes mais da metade das necessidades financeiras nos anos 1970/80 e um terço, nos anos 1990, em função do desenvolvimento dos títulos de dívida;
 - Muitas empresas japonesas são filiadas a um banco principal, que desempenha um papel primordial no monitoramento das decisões da administração das empresas devedoras;
 - Os bancos japoneses podem deter ações ordinárias de uma empresa, limitados a cinco por cento do total das ações da empresa.

- A propriedade cruzada com diretorias superpostas é característica no Japão.
 - As corporações japonesas têm, em geral, ações de outras corporações japonesas que, por sua vez, possuem ações das empresas que as detêm parcialmente. O *keiretsu* é um grupo de empresas em setores diferentes da economia que se mantêm juntas por propriedade cruzada de suas ações ordinárias e por suas relações de cliente-fornecedor. A propriedade cruzada de clientes e fornecedores significa que as empresas estão menos sujeitas a problemas contratuais.

2.5.3. Sistema Financeiro Alemão

O sistema financeiro alemão é diferente do sistema financeiro norte-americano e dos sistemas financeiros de outras grandes economias. Grinblatt e Titman (2005, p. 49)

apresentam as diferenças do sistema financeiro alemão em relação ao norte-americano, das quais destacamos as seguintes:

- A Alemanha é mais dependente dos bancos comerciais para obter capital e dispõe de um sistema bancário universal, por meio do qual os bancos podem realizar atividades comerciais e de investimento. As empresas alemãs geralmente fazem negócios com um único banco, o *Hausbank*, que trabalha com colocações de instrumentos de capital e instrumentos de dívida, dando créditos de curto e longo prazo, mantendo até mesmo posição acionária na empresa.
- O mercado acionário alemão nunca foi fonte importante de financiamento para as empresas, as quais são geralmente financiadas por recursos privados. Uma cultura acionária consciente, entretanto, começou a ser desenvolvida nos anos 1990.
- Alguns bancos especializados restringem suas atividades a nichos industriais específicos, como construção naval, agricultura e produção de cerveja. Os bancos de propriedade de governos estaduais e de associações bancárias regionais de poupança (*Landesbanken*) são ativos no financiamento de empresas alemãs. Os bancos comerciais estrangeiros têm aproximadamente cinco por cento do total de ativos do sistema financeiro, mas eles conduzem muito mais do que cinco por cento das transações de câmbio, derivativos e emissões de eurobônus.

2.5.4. Sistema Financeiro Britânico

O sistema bancário britânico é similar ao norte-americano. Os serviços prestados pelos bancos comerciais e bancos de investimentos às empresas britânicas são atendidos por bancos distintos, embora não obrigados por lei.

Grinblatt e Titman (2005, p.52) assinalam que o *Bank of England* nunca desestimulou os serviços bancários universais, mas sempre existiram dois tipos de bancos no Reino Unido:

- Bancos de custódia: similares aos bancos comerciais norte-americanos;
- Bancos mercantis: similares aos bancos de investimento norte-americanos.

Como os bancos do Reino Unido são livres para fazer parte de qualquer empresa, os bancos de custódia têm estabelecido subsidiárias para dar conta da gama de atividades de banco de investimento e os bancos mercantis têm passado a distribuidores de títulos e corretores em complemento ao tradicional aconselhamento financeiro.

A extensa compra e venda de depósitos interbancários em Londres explica a dominância da *London Interbank Borrowing Rate* (LIBOR), que é a taxa referencial de juros usada pelos bancos para emprestar e tomar dinheiro no euromercado monetário e fixar a taxa de empréstimos no mundo inteiro.

O processo de desregulamentação conhecido como *Big Bang*, instituído em 1986 pela *London Stock Exchange* (LSE), induziu muitos bancos internacionais a fazer negócios em Londres. Grinblatt e Titman (2005, p. 52) assinalam que mais de 300 dos 500 bancos instalados em Londres em 1996 eram bancos de capital estrangeiro, detendo mais de 80 por cento dos depósitos em outras moedas e cerca de 20 por cento dos depósitos em libra esterlina.

2.6. Sistema Financeiro Nacional

Para Assaf Neto (2003, p.75), o sistema financeiro nacional (SFN) pode ser entendido como um “conjunto de instituições e instrumentos financeiros que visam, em última análise, transferir recursos dos agentes econômicos superavitários para os deficitários”.

Fortuna (2005, p.16) conceitua o SFN como um “conjunto de instituições que se dedicam ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores”. O autor destaca que o mercado financeiro é o local onde se processam as transações do sistema financeiro, ao permitir que um agente econômico, sem perspectivas de aplicação de sua poupança em empreendimento próprio – agente superavitário – seja colocado em contato com um agente econômico com perspectivas de investimento superiores à sua poupança – agente deficitário.

Para caracterizar as IF, a Lei n. 4.595, de 1964, assinala em seu art. 17:

“Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

2.6.1. Estrutura Atual

De acordo com Fortuna (2005, p.15) a estrutura atual do SFN tem origem nas reformas dos anos 1960, com destaque às seguintes leis:

- Lei n. 4.357, de 1964 (Lei da Correção Monetária);
- Lei n. 4.380, de 1964 (Lei do Plano Nacional da Habitação);
- Lei n. 4.595, de 1964 (Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional);
- Lei n. 4.728, de 1965 (Lei do Mercado de Capitais);
- Lei n. 6.385, de 1976 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários).

O sistema vigente antes das reformas iniciadas nos anos 1960 era muito limitado, em função das restrições que lhe caracterizavam, como a inflação elevada e a Lei da Usura, que desestimulavam a poupança e a intermediação financeira. A Lei da Usura, criada em 1933, fixava a taxa de juros nominal em 12% ao ano.

O SFN envolve dois grandes subsistemas: subsistema normativo e subsistema de intermediação. Fortuna (2005, p.18) apresenta a estrutura do SFN, da qual destacamos os aspectos seguintes:

- Subsistema Normativo: formado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN), sendo complementado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (SNPC).

- O CMN, criado pela Lei n. 4.595, de 1964, é referido como um conselho de política econômica, responsável pela fixação das metas e diretrizes da política monetária, creditícia e cambial do País.
 - O Bacen, também criado pela Lei n. 4.595, de 1964, é o órgão executor da política monetária, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN.
 - A CVM, criada pela Lei n. 6.385, de 1976, é o órgão normativo voltado à regulação e fiscalização do mercado de capitais, especialmente das sociedades anônimas de capital aberto.
 - O CRSFN, criado pelo Decreto n. 91.152, de 1985, é o órgão responsável pelo julgamento, em segunda e última instância, dos recursos e interpostos das decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas pelo Bacen e CVM.
- Subsistema de Intermediação: constituído de agentes especiais, IF bancárias, IF não bancárias e instituições auxiliares.
 - Os agentes especiais são o Banco do Brasil S.A. (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal (CEF). Essas IF são instituições de fomento no interesse nacional, com finalidade básica de financiar prioritariamente a produção e a infraestrutura.
 - ... O BB é um conglomerado financeiro que atua como banco múltiplo tradicional e, em muitos casos, como agente financeiro do Governo Federal, na qualidade de executor da política oficial de crédito agrícola e industrial, administrador da Câmara de Compensação de Cheques e outros Documentos do Banco do Brasil (COMPE), dentre outras funções.

- ... O BNDES é a instituição responsável pela política de investimento de médio e longo prazo do Governo Federal e é a principal instituição financeira de fomento aos setores primário, secundário e terciário da economia do País.

- ... A CEF atua como banco comercial tradicional, sociedade de crédito imobiliário e prestação de serviços de natureza social e é a IF responsável pela operacionalização das políticas do Governo Federal para habitação popular e saneamento básico, caracterizando-se como o banco de apoio ao trabalhador de baixa renda.

- As IF bancárias, caracterizadas por receberem depósitos à vista de livre movimentação e por criarem moeda pelo multiplicador bancário, compreendem os bancos comerciais, as caixas econômicas e os bancos cooperativos.

- ... Os bancos comerciais são bancos que têm o objetivo precípua de proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas, a curto e médio prazo.

- ... As caixas econômicas são bancos voltados ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e se equiparam aos bancos comerciais, dada a faculdade de suprimento de recursos e prestação de serviços às pessoas físicas, prioritariamente.

- ... Os bancos cooperativos são bancos comerciais típicos, constituídos sob a forma de sociedades anônimas de capital fechado, com participação exclusiva de cooperativas de crédito singulares e centrais ou federações de cooperativas. (ver Resolução n. 2.193, de 1995 e Resolução n. 2.788, de 2000).

- As IF não bancárias, caracterizadas por não poderem receber depósitos à vista de livre movimentação, nem criar e multiplicar moeda, são constituídas pelos

bancos de desenvolvimento (BD), bancos de investimento (BI), sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI), sociedades de crédito ao microempreendedor, companhias hipotecárias, sociedades de crédito imobiliário (SCI) e associações de poupança e empréstimo (APE).

- ... Os BD são bancos de fomento estaduais ou regionais que operam com repasses de recursos federais direcionados ao crédito de médio e longo prazo às empresas localizadas nos respectivos estados ou regiões.
- ... Os BI são bancos que têm como objetivo maior dilatar o prazo das operações de empréstimo e financiamento, sobretudo para fortalecer o processo de capitalização das empresas, através da compra de máquinas e equipamentos e da subscrição de debêntures e ações.
- ... As SCFI são sociedades que têm a função de financiar bens de consumo duráveis por meio do crediário ou crédito direto ao consumidor.
- ... As sociedades de crédito ao microempreendedor são companhias fechadas que têm o objetivo de prover um modelo de financiamento sem assistencialismo, que atenda com um mínimo de burocracia a grande parcela da população que não tem acesso ao sistema bancário tradicional. (ver Resolução n. 2.874, de 2001).
- ... As companhias hipotecárias são sociedades anônimas especiais às quais não se aplicam as regras do SFH. (ver Resolução n. 2.122, de 1994).
- ... As SCI são instituições integrantes do SFN especializadas em operações de financiamento imobiliário e constituídas sob a forma de sociedades anônimas. (ver Resolução n. 2.735, de 2000).
- ... As APE são sociedades civis e regionais de propriedade comum de seus associados, fundamentalmente semelhantes às sociedades de crédito imobiliário, no que tange ao aspecto operacional. (ver Lei n. 4.380, de 1964).

As IF bancárias e as IF não bancárias constituem os intermediários financeiros, na medida em que captam poupança diretamente do público para direcionamento às empresas através de empréstimos e financiamentos, por conta e risco próprios.

- As instituições auxiliares são instituições que se propõem a colocar em contato, poupadores e investidores, compreendendo as bolsas de valores e bolsas de mercadorias e futuros, as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades de arrendamento mercantil, as agências de fomento ou desenvolvimento e os investidores institucionais.

... As bolsas de valores são associações civis sem fins lucrativos, de propriedade das sociedades corretoras e têm como finalidade propiciar liquidez aos títulos e valores mobiliários emitidos pelas empresas, através de institucionalização do mercado secundário para esses ativos.

... As corretoras de títulos e valores mobiliários são instituições típicas do mercado acionário, que fazem a intermediação da compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros, através das bolsas de valores e de mercadorias.

... As distribuidoras de títulos e valores mobiliários são entidades que exercem funções semelhantes às das corretoras, mas não têm acesso às bolsas de mercadorias e futuros.

... As sociedades de arrendamento mercantil são entidades que operam contratos de locação de ativos físicos, facultando aos locatários as opções de renovação, aquisição ou devolução dos ativos no vencimento dos contratos. (ver Lei n. 6.099, de 1974 e Resolução n. 351, de 1975).

... As agências de fomento ou desenvolvimento são entidades sob controle acionário de unidade da Federação, constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, que têm como objeto a concessão de

financiamento de capital fixo e de giro – repasse de recursos captados no País e no exterior – associado a projetos do País. (ver Resolução n. 2.828, de 2001).

... Os investidores institucionais são entidades que constituem um tipo de investidor que cuida do gerenciamento e aplicação de recursos de terceiros consoante regras previamente definidas pela entidade fiscalizadora do seu segmento de atividade. Compreendem os fundos mútuos de investimento, as entidades abertas e fechadas de previdência complementar e as seguradoras.

Os maiores bancos estabelecidos no território nacional estão atualmente organizados sob a forma de banco múltiplo, organização opcional de dois ou mais tipos de instituição do mesmo grupo em uma única instituição, com personalidade jurídica própria, instituída no processo de conglomeração bancária iniciada nos anos 1980.

A autorização para as IF do SFN se organizarem sob a forma de banco múltiplo está prevista na Resolução n. 1.524, de 1988, que em sua alínea I estabelece o seguinte:

“É facultada aos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento a organização opcional em uma instituição financeira, com personalidade jurídica própria”.

Ainda sobre a autorização para as IF do SFN se constituírem sob a forma de banco múltiplo, a Resolução n. 2.099, de 1994, institui em seu art. 7º:

“O banco múltiplo deverá constituir-se com, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: (i) comercial; (ii) de investimento e/ou de desenvolvimento; (iii) de crédito imobiliário; (iv) de crédito, financiamento e investimento; (v) de arrendamento mercantil”.

2.6.2. Evolução Histórica: da Reforma Bancária ao Plano Real

Da reforma bancária iniciada nos anos 1960 ao plano real de estabilização econômica dos anos 1990, o SFN teve um grande desenvolvimento a partir do final dos anos 1980, em função do aumento da participação dos passivos onerosos e do crescimento e maior participação das IF não bancárias na concessão de crédito.

Gremaud *et al* (2005, p.606) apresentam as principais características que marcaram o SFN no período, das quais destacamos as seguintes:

- Elevada participação do Estado, em função da existência de linhas de poupança compulsórias administradas por instituições públicas e do direcionamento dos recursos para as aplicações reais geralmente oferecidas pelas instituições públicas.
- Não criação de linhas de financiamento de longo prazo por parte do setor privado, visto que os bancos de investimento preferiam conceder crédito de médio prazo para capital de giro das empresas a desenvolver o mercado de capitais.
- Alta dependência de recursos externos, em função da internacionalização financeira verificada no processo de endividamento externo dos anos 1970 e do processo de internacionalização dos bancos brasileiros, que criavam filiais no exterior, como forma de acessar os recursos externos mais baratos e potencializar o poder de alavancagem.
- Predomínio dos bancos comerciais, conglomeração do sistema e concentração bancária.
- Retração no volume de operações de crédito registradas do setor financeiro privado, nos anos 1980, em função dos maiores riscos envolvidos, da menor demanda e dos altos ganhos propiciados pelas aplicações financeiras.
- Segmentação do mercado nos anos 1980, quando a intermediação financeira mundial perdeu importância para o mercado de capitais, levando um crescente direcionamento dos bancos para nichos específicos de mercado.

- Aumento da quantidade de investidores institucionais administrados por bancos e entrada de recursos externos no Brasil por meio das bolsas de valores, da constituição de fundos de investimento e da colocação de títulos, sinalizando um grande desenvolvimento futuro do mercado de capitais e uma dependência cada vez menor do crédito enquanto instrumento de financiamento.

2.6.3. Evolução Histórica a partir do Plano Real.

O plano real de estabilização econômica trouxe uma perda da receita inflacionária e uma expansão das operações de crédito bancário conjugada com elevação nas tarifas sobre serviços. A contenção da atividade econômica, motivada pelo desequilíbrio externo e pela crise mexicana, conduziu a uma elevação da taxa de inadimplência, levando bancos públicos como o Banco do Brasil, Banco do Estado de São Paulo e Banco do Estado do Rio de Janeiro a apresentar prejuízos em 1995 e bancos privados como o Banco Nacional e o Banco Econômico a ficar insolventes¹.

De 1995 a 1999, várias medidas foram adotadas pelo Bacen, visando garantir a estabilidade e promover a reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro nacional. Gremaud *et al* (2005, p. 611) apresentam algumas dessas medidas, das quais destacamos as seguintes:

- Medidas de estímulos às fusões e incorporações bancárias:
 - Instituição do Programa de Estímulo e Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (PROER), constituído de créditos especiais concedidos pelo Bacen para transferência de controle acionário de instituições com problemas;
 - Instituição de incentivos tributários e aumento das exigências de capital para fusões, incorporações e transferências acionárias.
- Aumento do poder de intervenção do Bacen nas IF:

¹ Ver Amaury P. GREMAUD, Marco Antonio S. VASCONCELLOS, Rudinei TONETO JUNIOR, *Economia Brasileira Contemporânea*, p.611.

- Adoção de ações preventivas de fiscalização, desde capitalização a transferência compulsória do controle acionário e mesmo reorganização societária por meio de fusões, incorporações ou cisões, incluindo a responsabilidade solidária do acionista controlador com os administradores. (MP n. 1.182, de 1995).
- Adoção da fiscalização direta, em substituição à fiscalização baseada em relatórios enviados pelos bancos. As empresas de auditoria contábil passaram a se responsabilizar em casos de irregularidades nas IF, devendo informar ao Bacen sempre que detectassem problemas. (MP n. 1.334, de 1996).
- Regulação prudencial:
 - Criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), um seguro depósito em benefício dos depositantes, limitado a R\$ 20.000 (vinte mil reais), financiado pelas IF, mediante contribuições mensais de 0,025% do saldo de encerramento contábil das operações passivas elegíveis ao seguro, dentre as quais ainda figuram os depósitos à vista e os depósitos a prazo e as letras de câmbio, letras imobiliárias e letras hipotecárias.
 - Adequação do SFN às regras do acordo de Basiléia, com a definição dos limites mínimos de capital para a constituição de um banco e os limites adicionais, de acordo com a estrutura de risco dos ativos bancários.
 - Implantação da supervisão global consolidada, com a consolidação obrigatória das demonstrações financeiras dos bancos brasileiros com as participações no exterior e alteração das regras para abertura de dependências no exterior. (Resolução n. 2302, de 1996).
 - Criação da central de risco de crédito, em 1997, com a determinação para que as IF passassem a informar ao Bacen os clientes com saldos devedores superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para consulta dos bancos para avaliação de crédito dos titulares das contas.

- Estímulo à entrada de bancos estrangeiros, em 1995: a medida resultou na diminuição do número de IF e no aumento da participação dos bancos estrangeiros e da concentração no sistema financeiro.

Além das medidas precedentes, podemos acrescentar a criação do Conselho de Política Monetária (COPOM), pelo Bacen (Circular n. 2.698, de 1996), com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros².

Outras medidas de fortalecimento e reestruturação do SFN foram introduzidas pelas autoridades brasileiras a partir dos anos 2000, das quais destacamos as seguintes:

- Revisão de critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Resolução n. 2.682, de 2000);
- Estabelecimento de critérios para o controle do risco de liquidez das IF (Resolução n. 2.804, de 2000);
- Criação de novos critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários (Circular n. 3.068, de 2001) e instrumentos financeiros derivativos (Circular n. 3.082, de 2002), com convergência aos padrões internacionais;
- Instituição do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), em 2002: sistema de pagamentos suportado por câmaras de compensação e dotado dos princípios inerentes a um sistema de pagamentos sistematicamente importante, entre outras características. (ver Fortuna, 2005, p.751).
- Unificação dos mercados de câmbio (Resolução n. 3.265, de 2005) antes segmentado no mercado de taxas livres (Resolução n.1.690, de 1990) e mercado de taxas flutuantes (Resolução n. 1.552, de 1988), seguido de avanço na regulamentação cambial (Circular n. 3.280, de 2005).

² O regulamento atual do COPOM consta do anexo à Circular n. 3.297, de 31/10/2005.

2.7. Resumo do Capítulo

Baseado em alguns autores, este capítulo apresentou o sistema de intermediação financeira, abordando os mercados e as instituições financeiras e, bem assim, as taxas de juros e suas estruturas temporais. O capítulo destacou que os mercados financeiros são do tipo primário e secundário, podendo ainda ser formados pelos segmentos monetários, de capitais, de créditos, de câmbio, derivativos e ouro; mencionou, também, que as instituições financeiras podem ser do tipo monetárias ou não monetárias e são regulamentadas por autoridades estabelecidas; evidenciou, ainda, que as taxas de juros de mercado, que representam o custo do dinheiro, são influenciadas por algumas variáveis, além de apresentarem estruturas temporais e três formas de curvas de rendimento explicadas por outras tantas teorias e fatores de natureza econômica. O capítulo também apresentou uma síntese dos principais sistemas financeiros internacionais e abordou o sistema financeiro nacional e sua estrutura e desenvolvimento pós reforma bancária de 1964. Evidenciou que os Estados Unidos detêm o maior mercado de capitais do mundo e que seu sistema financeiro é o mais importante dos sistemas financeiros; sugeriu que, comparativamente ao sistema financeiro norte-americano, o sistema alemão é diferente, o sistema japonês é artificialmente similar e substancialmente diferente e o sistema britânico é o que mais se lhe assemelha; destacou que o SFN teve um desenvolvimento marcante nos últimos vinte anos, marcado por crises e oportunidades; lembrou que, no desenvolvimento recente, as maiores IF do SFN passaram a se organizar sob a forma de banco múltiplo, instituto similar ao sistema bancário universal já existente na Alemanha e atualmente crescente nos Estados Unidos e Reino Unido.

CAPÍTULO 3: CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Introdução

A contabilidade, conforme destaca Iudicibus et al (1998, p.21), pode ser entendida como uma “ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade”.

A contabilidade não é uma ciência exata, todavia, e o método contábil apresenta limitações. Os critérios e métodos de reconhecimento e mensuração e de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis das IF e de outras entidades não são universalmente uniformes. Em alguns casos as práticas contábeis são regulamentadas pela profissão de contador, em outros casos pelo governo.

Niyama (2005, p.40) assinala que na Europa, o *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão privado e independente, com sede na Inglaterra, cuida do estudo de padrões contábeis e elaboração de pronunciamentos técnicos, de naturezas não compulsórias, que servem de referência à interpretação das informações contábeis pelos investidores, autoridades e agentes econômicos, em geral.

O mesmo autor (2005, p.88) assinala que nos Estados Unidos, a regulamentação e a normatização de matéria contábil são de responsabilidade de um organismo do setor privado, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), cabendo à *Securities Exchange Commission* (SEC) a responsabilidade pela edição dos padrões contábeis.

No Brasil, as normas gerais de contabilidade aplicada às IF do SFN e outras entidades seguem as disposições da Lei n. 6.404, de 1974 (Lei das Sociedades Anônimas), cabendo ao Bacen, por delegação do CMN (Lei n. 4.595, de 1964), a faculdade de instituir e divulgar as normas específicas de contabilidade e estatística a serem observadas pelas IF do SFN. As normas específicas de contabilidade das IF do SFN são estabelecidas pelo Bacen através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pela Circular n. 1.273, de 1987.

Na forma da Lei das Sociedades Anônimas e do COSIF, cada IF integrante do SFN deve, de maneira compulsória, proceder da forma seguinte:

- Adotar métodos e critérios uniformes no tempo e evidenciar as modificações relevantes em notas explicativas, quantificando os efeitos nas demonstrações financeiras;
- Registrar as receitas e as despesas no período em que elas ocorrem, em respeito ao regime de competência;
- Fazer a apropriação mensal das rendas, ganhos, lucros, despesas, perdas e prejuízos, independentemente da apuração do resultado a cada seis meses;
- Apurar os resultados em períodos fixos de tempo, observando os períodos de 1º de Janeiro a 30 de Junho e 1º de Julho a 31 de Dezembro.

3.2. O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

O COSIF está estruturado em três capítulos, conforme a composição seguinte:

- Normas Básicas: esse capítulo versa, em 34 seções, sobre os procedimentos contábeis específicos que devem ser obedecidos e seguidos pelas IF, dando ênfase às principais considerações sobre cada grupo de contas do balanço.
- Elenco de Contas: esse capítulo exhibe, em duas seções, a relação completa e a função das contas contábeis de uso obrigatório das IF.
- Documentos: esse capítulo apresenta os modelos dos documentos a serem elaborados, remetidos ou publicados pelas IF, face às exigências regulamentares estabelecidas pelo Bacen.

3.2.1. Princípios Gerais.

As normas básicas apresentadas no primeiro capítulo do COSIF têm os seguintes objetivos, entre outros:

- Uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados;
- Racionalizar a utilização de contas contábeis;
- Firmar regras, critérios e procedimentos para obtenção e divulgação dos dados;
- Possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro e a análise, avaliação do desempenho e controle pelo Bacen.

A classificação das contas no COSIF segue a estrutura estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404, de 1976), cujos artigos 178 e 179, *apud* Iudicibus *et al* (2003, p. 30) determinam o seguinte:

“No Ativo as contas são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e no Passivo em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades... O Ativo deve ser composto pelos grupos circulante, realizável a longo prazo e permanente e o Passivo pelos grupos circulante, exigível a longo prazo, resultados de exercícios futuros e patrimônio líquido”.

Para evidenciar a origem do recurso, o direcionamento do crédito e a natureza das operações, as IF do SFN devem desdobrar o Ativo e o Passivo nos seguintes níveis padronizados³:

- 1º grau: grupos;
- 2º grau: subgrupos;
- 3º grau: desdobramentos de subgrupo;

³ As IF podem adotar desdobramentos de uso interno ou desdobrar os de uso oficial, contanto que eles sejam passíveis de conversão ao sistema padronizado.

- 4º grau: títulos ou contas contábeis;
- 5º grau: subtítulos ou subcontas contábeis.

As contas retificadoras ou redutoras devem figurar de forma subtrativa, após o grupo, subgrupo, desdobramento de subgrupo ou conta a que se refiram.

As contas de compensação devem ser utilizadas para registro de atos administrativos que possam se transformar em direito, ganho, obrigação, risco ou ônus efetivos, decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As agências de bancos estrangeiros instalados no País também se sujeitam às normas do COSIF, cabendo à dependência principal no Brasil as atribuições de sede.

As sociedades coligadas, controladas ou controladoras são consideradas ligadas conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, bem como as sociedades que, mediante controle comum direto ou indireto, integrem o mesmo conglomerado financeiro ou econômico-financeiro da instituição. A propósito das sociedades ligadas, o artigo 243 da Lei n. 6.404, de 1976, *apud* Iudicibus *et al* (2003, p. 158), estabelece o seguinte em seu parágrafo 1º:

“São coligadas as sociedades quando uma participa com 10% (dez por cento) ou mais do capital da outra, sem controlá-la...” “Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores”.

3.2.2. Critérios de Avaliação e Apropriação Contábil

Os critérios de avaliação e apropriação contábil das IF do SFN podem ser apresentados sob a forma de critérios gerais e critérios específicos.

3.2.2.1 Critérios Gerais

O COSIF apresenta os critérios gerais de avaliação e apropriação contábil, dos quais destacamos os seguintes:

- As operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos prefixados devem ser contabilizadas pelo valor presente, com registro das rendas e encargos a apropriar em subtítulo de uso interno da própria conta que registra a operação principal.
- As operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes devem ser contabilizadas pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram, as quais devem acolher os juros e ajustes mensais das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados.
- As operações ativas e passivas contratadas com cláusula de variação cambial devem ser contabilizadas pelo principal da operação, em moeda nacional, a débito ou a crédito das contas que as registram, as quais devem acolher os ajustes mensais decorrentes de variações cambiais e os juros do período.
- As rendas e os encargos, inclusive a tributação sobre a renda nas operações com cláusula cambial, devem ser apropriados mensalmente, a crédito ou a débito das contas efetivas de receitas ou despesas, em razão da fluência de seus prazos.
- As rendas e os encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação da operação devem ser apropriados dentro do próprio mês, *pro rata temporis*, considerando-se o número de dias corridos.
- A apropriação das rendas e dos encargos mensais deve ser realizada pelo método exponencial, na forma seguinte:
 - No caso de operações com taxas pós-fixadas: segundo o indexador utilizado para correção do mês seguinte em relação ao mês corrente, *pro rata temporis*;

- No caso de operações com encargos flutuantes: de acordo com as taxas flutuantes contratadas.
- A apropriação das rendas e dos encargos mensais pode ser realizada pelo método linear, nas operações contratadas a juros simples.
- No cálculo de encargos de operações ativas e passivas, para efeito do regime de competência, deve ser incluído o dia do vencimento e excluído o dia da operação.
- Dia de aniversário, para ajuste de operações ativas e passivas contratadas com cláusula de variação monetária, é o dia do vencimento, em qualquer mês, do título ou obrigação. Quando o dia da liberação for menor ou maior do que o dia do aniversário, deve ser efetuado o cálculo complementar referente ao número de dias compreendido entre o dia do aniversário e o da liberação, complementando ou reduzindo a apropriação efetuada no primeiro mês.
- Para elaboração de balancetes e balanços, as receitas e despesas devem ser computadas até o último dia do mês ou semestre civil, independentemente de ser dia útil ou não.

3.2.2.2 Critérios Específicos

Os critérios específicos de avaliação e apropriação contábil se aplicam geralmente às operações relativas a títulos e valores mobiliários, aos instrumentos financeiros derivativos e às operações em moedas estrangeiras.

Operações com Títulos e Valores Mobiliários

A avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários titulados pelas IF do SFN segue as disposições da Circular n. 3.068, de 2001. Este dispositivo estabelecido pelo Bacen se encontra alinhado aos procedimentos internacionais do IASB e ao padrão norte-americano do FASB.

Os procedimentos internacionais do IASB (IAS 39, de 1998) e o padrão norte-americano do FASB (FAS 115), apud Niyama e Gomes (2005, p.73), prevêm a classificação dos títulos e valores mobiliários em três categorias:

- *Trading*;
- *Available for sale*;
- *Held to maturity*.

A Circular n. 3.068, de 2001, estabelece em seus art. 1º e 2º:

“Os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras autorizadas⁴ a operar no Brasil devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados nas seguintes categorias: títulos para negociação; títulos disponíveis para venda; títulos mantidos até o vencimento”.

- Títulos para negociação: incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados. Os instrumentos classificados nessa categoria devem:
 - Ser ajustados pelo valor de mercado⁵ nos balancetes e balanços;
 - Refletir no resultado do período, pelo valor de seus ajustes ao mercado.
- Títulos disponíveis para venda: incluem os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas outras duas modalidades. Os instrumentos classificados nesta categoria devem:
 - Ser ajustados pelo valor de mercado nos balancetes e balanços;
 - Ser incorporados ao patrimônio líquido, nos balancetes e balanços, pelo valor de seus ajustes ao mercado, líquido dos efeitos tributários;
 - Ter suas perdas ou ganhos não realizados transferidos para o resultado do período, quando da venda definitiva.

⁴ Exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor.

⁵ A metodologia de apuração de valor de mercado é de responsabilidade da própria instituição financeira.

- Títulos mantidos até o vencimento: incluem os títulos e valores mobiliários⁶ para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Os instrumentos classificados nesta categoria devem:
 - Ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição e rendimentos auferidos, nos balancetes e balanços;
 - Refletir no resultado do período o valor de suas rendas intrínsecas. (Circular n. 3.068, de 2001 e Circular n. 3.129, de 2002).

Operações com Derivativos

O registro e avaliação contábil dos instrumentos financeiros derivativos operados pelas IF do SFN seguem as disposições da Circular n. 3.082, de 2002. Este dispositivo do Bacen se encontra alinhado aos procedimentos internacionais do IASB e às práticas norte-americanas do FASB.

Os procedimentos internacionais do IASB (IAS 39) e as práticas norte-americanas do FASB (FAS 115, 133 e 138), apud Niyama e Gomes (2005, p.96), determinam que os derivativos sejam registrados como ativos ou passivos, de acordo com o valor justo dos direitos e obrigações conferidos aos participantes.

A Circular n. 3.082, de 2002, estabelece que nas operações com derivativos, realizadas por conta própria, as IF devem efetuar os seguintes registros contábeis:

- O valor de referência de todas as operações, em contas de compensação⁷.
- Nas operações a termo: o valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor final e o preço a vista do bem ou direito em subtítulo interno retificador da própria conta de Ativo ou Passivo. As receitas e as despesas devem ser reconhecidas mensalmente, por regime de competência.

⁶ Exceto ações não resgatáveis

⁷ As operações realizadas por conta de terceiros também estão sujeitas a este registro.

- Nas operações com opções: o valor dos prêmios pagos deve ser registrado na adequada conta de Ativo e o valor dos prêmios recebidos na adequada conta de Passivo. Ocorrendo o exercício, o prêmio deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito e, não ocorrendo o exercício, o prêmio deve ser baixado como receita ou despesa.
- Nas operações a futuro: os valores dos ajustes diários devem ser diariamente registrados na adequada conta de Ativo ou Passivo. Os ajustes devem ser reconhecidos mensalmente, como receita ou despesa.
- Nas operações de *swap*: o diferencial a receber ou a pagar deve ser registrado na adequada conta de Ativo ou Passivo. As receitas ou despesas devem ser reconhecidas mensalmente, em função do regime de competência.

Niyama e Gomes (2005, p.100) esclarecem que os instrumentos financeiros derivativos contratados pelas IF do SFN devem ser classificados em uma das seguintes categorias, conforme a finalidade para a qual tenham sido contratados: instrumentos destinados à negociação; instrumentos destinados a hedge de risco de mercado; instrumentos destinados a hedge de fluxo de caixa.

- Instrumentos destinados à negociação: esses instrumentos devem:
 - Ser avaliados pelo valor de mercado, nos balancetes e balanços;
 - Refletir no resultado do período, pelo valor de seus ajustes ao mercado.
- Instrumentos destinados a *hedge* de risco de mercado: esses instrumentos, que contemplam os instrumentos destinados a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, devem:
 - Ser ajustados ao valor de mercado, nos balancetes e balanços;
 - Refletir no resultado do período, pelo valor de seus ajustes ao mercado.

- Instrumentos derivativos destinados a *hedge* de risco de fluxo de caixa: esses instrumentos, que contemplam os instrumentos destinados a compensar variação no fluxo de caixa futuro estimado da instituição, devem:
 - Ser ajustados ao valor de mercado, nos balancetes e balanços;
 - Ser incorporados ao patrimônio líquido, nos balancetes e balanços, pelo valor de seus ajustes ao mercado, líquido dos efeitos tributários.

Hedge, consoante definição seguida pelo Bacen (Circular n. 3.082, de 2002) pode ser entendido da forma seguinte:

“Designação de um ou mais instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista, registrado contabilmente ou não, ou ainda grupos ou partes desses itens com características similares e cuja resposta ao risco objeto de hedge ocorra de modo semelhante”.

Operações em Moedas estrangeiras

O registro e avaliação contábil dos direitos e obrigações em moedas estrangeiras titulados pelas IF do SFN são estabelecidos pelo COSIF (cap.1, sec. 28).

Os procedimentos e práticas previstos no COSIF determinam que os direitos e obrigações em contas patrimoniais, em moedas estrangeiras, sejam ajustados pelas IF nos balancetes e balanços e incorporadas ao resultado do período. As taxas de câmbio para os ajustamentos da espécie são divulgadas pelo Bacen.

Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras contemplam, em contas patrimoniais, a escrituração dos seguintes eventos:

- Eventos decorrentes de operações de câmbio contratadas e já liquidadas (câmbio liquidado) e de operações de câmbio contratadas, a liquidar (câmbio comprado ou vendido a liquidar);
- Eventos elegíveis enquanto não eleitos à contratação de câmbio (ordens de pagamento em moedas estrangeiras recebidas para pagamento no País e valores em moedas estrangeiras a pagar sobre comissões de agentes de exportação e importação, entre outros);
- Eventos não elegíveis à contratação de câmbio (obrigações em moedas estrangeiras decorrentes de linhas para o financiamento de exportação e importação, entre outros).

3.2.3. Elaboração e Publicação das Demonstrações Financeiras

O COSIF (cap.1, sec.22) estabelece que as IF do SFN devem elaborar as seguintes demonstrações financeiras e contábeis padronizadas, em 31 de Dezembro⁸, complementadas por notas explicativas e outras informações necessárias ao esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados:

- Balanço Patrimonial Analítico;
- Balanço Patrimonial;
- Balanço Patrimonial Analítico Consolidado;
- Demonstração do Resultado do Semestre e do Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Semestre/ Exercício;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre/ Exercício.

Algumas das demonstrações financeiras elaboradas pelas IF devem ser publicadas, outras apresentadas ao Bacen. As demonstrações financeiras de publicação obrigatória, cuja divulgação deve ser efetivada até o final do trimestre civil subsequente à data-base, são as seguintes:

⁸ O exercício social das instituições do SFN tem duração de um ano, com término em 31 de Dezembro.

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Semestre/ Exercício;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre/ Exercício.

As demonstrações contábeis de remessa obrigatória ao Bacen são analíticas e atingem o nível de subtítulo contábil ou 5º grau de detalhamento. As demonstrações de publicação são sintéticas e atingem o nível de desdobramento de subgrupo ou 3º grau de detalhamento.

As instituições detentoras de dependências no exterior devem efetuar a publicação das demonstrações financeiras com a posição consolidada das operações realizadas no País e no exterior.

As estruturas de publicação dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados, que constituem as demonstrações contábeis objeto de verificação neste trabalho, são abordadas nas seções subseqüentes.

3.2.4. Estrutura de Publicação do Balanço Patrimonial

A estrutura de publicação do balanço patrimonial das IF do SFN é apresentada da tabela 3.1 seguinte. A descrição dos verbetes acha-se apresentada no anexo 1, ao final deste relatório.

Tabela 3.1: Estrutura de Publicação do Balanço Patrimonial das IF do SFN.

Ativo Circulante

Disponibilidades

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicações no Mercado Aberto

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Aplicações Voluntárias no Bacen

Aplicações em Moedas Estrangeiras

(Provisões para Perdas)

Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e Instrumentos Financeiros Derivativos

Carteira Própria

Vinculados a Compromissos de Recompra

Instrumentos Financeiros Derivativos

Vinculados ao Bacen

Moedas de Privatização

Vinculados à Prestação de Garantias

Títulos objeto de Op. Compromissadas com Livre Movimentação

(Provisões para Desvalorizações)

Relações Interfinanceiras

Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

Créditos Vinculados:

Depósitos no Bacen

Convênios

Tesouro Nacional – Recursos do Crédito Rural

SFH – Sistema Financeiro da Habitação

Repasse Interfinanceiros

Correspondentes

Relações Interdependências

Recursos em Trânsito de Terceiros

Transferências Internas de Recursos

Operações de Crédito

Operações de Crédito

Setor Público

Setor Privado

(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)

Operações de Arrendamento Mercantil

Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber

Setor Público

Setor Privado

(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)

(Provisão para Créditos de Arrend. Mercantil de Liquidação Duvidosa)

Outros Créditos

Créditos por Avais e Fianças Honrados

Carteira de Câmbio

Rendas a Receber

Negociação e Intermediação de Valores

Créditos Específicos

Operações Especiais

Diversos

(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)

Outros Valores e Bens

Investimentos Temporários

(Provisões para Perdas)

Outros Valores e Bens

(Provisões para Desvalorizações)

Despesas Antecipadas

Ativo Realizável a Longo Prazo

Este grupo abrange os mesmos verbetes do Circulante que apresentarem saldo no Longo Prazo

Ativo Permanente

Investimentos

Dependências no Exterior

Participações em Coligadas e Controladas

No País

No Exterior

Outros Investimentos

(Provisões para Perdas)

Imobilizado de Uso

Imóveis de Uso

Reavaliações de Imóveis de Uso

Outras Imobilizações de Uso

(Depreciações Acumuladas)

Imobilizado de Arrendamento

Bens Arrendados
(Depreciações Acumuladas)

Diferido

Gastos de Organização e Expansão
(Amortização Acumulada)

Passivo Circulante**Depósitos**

Depósitos à Vista
Depósitos de Poupança
Depósitos Interfinanceiros
Depósitos a Prazo
Outros Depósitos

Captações no Mercado Aberto

Carteira Própria
Carteira de Terceiros
Carteira Livre Movimentação

Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de Aceites Cambiais
Recursos de Letras Imobiliárias
Recursos de Letras Hipotecárias
Recursos de Debêntures
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário

Relações Interfinanceiras

Recebimentos e Pagamentos a Liquidar
Obrigações Vinculadas
Repasse Interfinanceiros
Correspondentes

Relações Interdependências

Recursos em Trânsito de Terceiros
Transferências Internas de Recursos

Obrigações por Empréstimo

Empréstimos no País – Instituições Oficiais

Empréstimos no País – Outras Instituições

Empréstimos no Exterior

Obrigações por Aquisições de Títulos Federais

Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Tesouro Nacional

Banco do Brasil

BNDES

CEF

FINAME

Outras Instituições

Instrumentos Financeiros Derivativos

Instrumentos Financeiros Derivativos

Obrigações por Repasses do Exterior

Repasses do Exterior

Outras Obrigações

Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Carteira de Câmbio

Sociais e Estatutárias

Fiscais e Previdenciárias

Negociação e Intermediação de Valores

Operações com Loterias

Fundos e Programas Sociais

Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Operações Especiais

Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Dívidas Subordinadas

Diversas

Passivo Exigível a Longo Prazo

Este grupo abrange os mesmos verbetes do Circulante que apresentarem saldo no Longo Prazo.

Resultados de Exercícios Futuros

Receitas de Exercícios Futuros

Receitas de Exercícios Futuros

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido

De Domiciliados no País

De Domiciliados no Exterior

(Capital a Realizar)

Reservas de Capital

Reservas de Reavaliação

Reservas de Lucros

Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos

Sobras ou Perdas Acumuladas

Lucros ou Prejuízos Acumulados

(Ações em Tesouraria)

3.2.5. Estrutura de Publicação da Demonstração de Resultados.

A estrutura de publicação da demonstração de resultados das IF do SFN é apresentada da tabela 3.2 seguinte. A descrição dos verbetes encontra-se apresentada no anexo 1, ao final deste relatório.

Tabela 3.2: Estrutura de Publicação da Demonstração de Resultados das IF do SFN **Demonstração de Resultados**

Receitas da Intermediação Financeira

Operações de Crédito

Operações de Arrendamento Mercantil

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Resultado de Operações de Câmbio

Resultado das Aplicações Compulsórias

Menos:

Despesas da Intermediação Financeira

Operações de Captação no Mercado
Operações de Empréstimos e Repasses
Operações de Arrendamento Mercantil
Resultado de Operações de Câmbio
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

= Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Mais:

Outras Receitas/ Despesas Operacionais

Receitas de Prestação de Serviços
Despesas de Pessoal
Outras Despesas Administrativas
Despesas Tributárias
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas
Outras Receitas Operacionais
Outras Despesas Operacionais

= Resultado Operacional

Mais:

Resultado não Operacional

= Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações

Menos:

Imposto de Renda e Contribuição Social

Provisão para Imposto de Renda
Provisão para Contribuição Social
Ativo Fiscal Diferido

Menos:

Participações Estatutárias no Lucro

= Lucro Líquido

3.3. Resumo do Capítulo

Baseado no COSIF e em alguns autores pesquisados, este capítulo tratou da contabilidade de IF. O capítulo apresentou as normas básicas e os critérios de avaliação e apropriação contábil constantes do COSIF e outros ordenamentos; listou as demonstrações contábeis de elaboração obrigatória, esclarecendo que algumas demonstrações analíticas devem ser apresentadas ao Bacen e outras sintéticas devem ser publicadas; apresentou a estrutura do balanço patrimonial e da demonstração de resultados de publicação e, em anexo complementar, a descrição dos respectivos verbetes.

CAPÍTULO 4: GESTÃO E ANÁLISE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Introdução

A gestão de instituições financeiras compreende a gestão do ativo, passivo, ativo-passivo e capital. As técnicas de análise econômico-financeira tratam da análise de balanços através de índices, bem como da análise da sensibilidade de juros e de indicadores de desempenho econômico.

4.2. Gestão do Ativo

A gestão do ativo consiste na alocação de fundos das IF entre as alternativas de investimento. As principais modalidades de ativos dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial podem ser evidenciadas nas categorias seguintes:

- Aplicações de liquidez;
- Investimentos em títulos;
- Operações de crédito;
- Ativos permanentes.

Reed e Gill (1994, p.129) assinalam que a gestão cotidiana dos ativos deve recair sobre as aplicações de liquidez, investimentos em títulos e operações de crédito. No COSIF, essas três categorias encontram-se consubstanciadas nos seguintes subgrupos contábeis do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, respectivamente:

- Disponibilidades e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez;
- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos;
- Operações de Crédito e Outros Créditos.

A solução ideal para a alocação de fundos das IF é aplicar em empréstimos e investimentos que prometam o maior retorno para o nível de risco desejado pela instituição.

Securato (2003, p.121) assinala que os bancos têm uma estrutura bem definida de taxas de juros a serem imputadas aos tomadores de recursos, sugerindo uma escala hierárquica crescente de taxas, em função dos seguintes agentes tomadores, dentre outros:

- Outros bancos;
- Grandes corporações;
- Pessoas físicas de grande porte;
- Empresas de porte médio;
- Pequenas empresas;
- Pessoas físicas de pequeno porte.

Não obstante limitados, alguns métodos de alocação de fundos foram desenvolvidos ao longo do tempo. Reed e Gill (1994, p.142) apresentam esses métodos, dos quais destacamos os seguintes.

- Método do *pool* de fundos: este método considera que, independentemente da origem, todos os fundos devem ser reunidos e alocados a qualquer investimento apropriado que contribua para atingir os objetivos da instituição. As características desse método podem ser resumidas às seguintes:
 - Oferecimento de regras amplas para a alocação de fundos a várias categorias de ativos, com ênfase a prioridades definidas em termos genéricos;
 - Não apresentação de um meio explícito para determinar a proporção dos fundos a ser investida em cada categoria de ativo;
 - Não oferecimento de solução para o dilema liquidez-rentabilidade.

Como se depreende, o método do *pool* de fundos é um método simples de alocação de ativos, dando muita ênfase à liquidez do ativo, sem distinguir as diferentes exigências de liquidez dos diferentes passivos.

- Método de alocação de ativos: este método reconhece que o nível de liquidez que uma IF necessita está relacionado à origem de seus fundos. As características desse método podem ser resumidas às seguintes:
 - O método procura distinguir as diferentes fontes de fundos consoante as exigências legais de reservas e a velocidade ou rotatividade dessas fontes;
 - O método estabelece vários centros de liquidez-rentabilidade independentes dentro de uma IF para a alocação dos fundos obtidos de diferentes origens. Como exemplos de centros de liquidez-rentabilidade independentes os autores destacam os seguintes:
 - ... Centro de depósitos em conta corrente: por exigir maior liquidez, deve alocar uma maior proporção de recursos às reservas primárias, uma menor proporção às reservas para investimentos em títulos públicos de curto prazo e, outra proporção, ainda menor, aos empréstimos;
 - ... Centro de depósitos a prazo: por requerer menor liquidez, deve alocar quantias maiores para investimentos e empréstimos;
 - ... Centro de capital: por demandar pouca liquidez, deve alocar recursos ao ativo permanente, aos empréstimos de longo prazo e aos investimentos em valores mobiliários de menor liquidez.

A abordagem de alocação de ativos, como se depreende, apresenta a vantagem de reduzir os ativos líquidos e alocar recursos adicionais às contas de empréstimo e investimentos, tendendo a aumentar a rentabilidade, na proporção da eliminação do excesso de liquidez do passivo e patrimônio líquido.

As características de alguns dos principais ativos negociados pelas IF do SFN, caracterizadas como bancos comerciais e múltiplos, são apresentadas nas subseções que se seguem.

4.2.1. Títulos e Valores Mobiliários e Operações Compromissadas

As IF investem em títulos e valores mobiliários (TVM) visando liquidez, diversificação e rentabilidade. Os títulos públicos de curto prazo proporcionam, em geral, rendimentos menores, mas são instrumentos de alta liquidez, sem risco de crédito e pouco risco de taxa de juros.

No Brasil, os TVM podem ser classificados como títulos públicos ou títulos privados, dependendo do emissor, e como títulos de renda variável ou títulos de renda fixa, conforme o tipo de remuneração ⁹.

O COSIF (cap. 1, sec. 4) relaciona os títulos que podem constituir a carteira de títulos de renda variável das IF do SFN, dos quais destacamos os seguintes:

- Ações subscritas destinadas à negociação;
- Bônus de subscrição de companhias abertas;
- Certificados e cotas de fundos de renda variável;
- Ações adquiridas no mercado para livre negociação.

O COSIF (cap.1, sec.4) relaciona também os títulos que podem compor a carteira de títulos de renda fixa das IF do SFN, dos quais destacamos os seguintes:

- Letras do Tesouro Nacional;
- Letras Financeiras do Tesouro;
- Notas do Tesouro Nacional;
- Obrigações dos Tesouros Estaduais e Municipais;
- Debêntures Conversíveis em Ações e Inconversíveis.

Uma carteira de títulos de renda fixa, especificamente, pode ser constituída pelas categorias seguintes, conforme destacado no COSIF (cap. 1, sec 4):

⁹ Os títulos de renda fixa podem ser remunerados a juros pré-fixados, pós-fixados ou flutuantes.

- Carteira própria, bancada: carteira composta pelos títulos adquiridos pela IF, originários de compras definitivas ou recompras, enquanto livres no seu estoque;
- Carteira própria, financiada: carteira composta pelos títulos adquiridos pela IF, originários de compras definitivas ou recompras, enquanto vinculados ao mercado aberto.
- Carteira de terceiros, bancada: carteira formada pelos títulos adquiridos pela IF, mediante compromisso de revenda, enquanto não vendidos com compromisso de recompra.
- Carteira de terceiros, financiada: carteira formada pelos títulos adquiridos pela IF, com compromisso de revenda, enquanto vendidos com compromisso de recompra.
- Aplicações em depósitos interfinanceiros: depósitos interfinanceiros aplicados em outras IF.

4.2.2. Operações de Crédito

As operações de crédito constituem aplicações realizadas pelas IF sob as modalidades seguintes:

- Empréstimos: operações de crédito sem destinação específica ou vínculo à comprovação de aplicação dos recursos pelo tomador. Os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os cheques especiais, são alguns dos exemplos de empréstimos, entre outros.
- Descontos de títulos: operações de crédito sem destinação específica ou vínculo à comprovação de aplicação dos recursos pelo tomador, mas lastreadas em títulos e efeitos comerciais ou direitos a receber de titularidade do tomador. Os descontos de duplicatas, de notas promissórias, de ordens de pagamento e de cheques, são alguns dos exemplos de títulos descontados, entre outros.

- Financiamentos: operações de crédito com destinação específica vinculada à comprovação da aplicação dos recursos pelo tomador. Os financiamentos rurais e habitacionais, bem os repasses de recursos externos ou governamentais e os créditos diretos ao consumidor, são alguns dos exemplos de financiamentos, entre outros.

As operações de crédito têm participação importante na composição dos ativos das IF e suas rendas têm grande contribuição nos lucros dessas instituições. A exemplo do que ocorrem com as vendas a crédito realizadas pelas empresas de outros segmentos, as operações de crédito das IF estão sujeitas ao risco de inadimplência e são passíveis de provisão para devedores duvidosos. Niyama e Gomes (2005, p.54) assinalam que a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa uma estimativa de perda provável dos créditos, em atendimento aos princípios da realização da receita e da confrontação das despesas e à convenção do conservadorismo¹⁰.

As regras para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa das IF estão consubstanciadas na Resolução n. 2.682, de 1999, do CMN. De acordo com o referido dispositivo, as IF do SFN devem classificar suas operações de crédito em ordem crescente de risco, com a observância de aspectos relacionados ao devedor e seus garantidores e à operação em si. As operações de crédito classificadas em ordem crescente de risco constituem os seguintes níveis de risco: AA; A; B; C; D; E; F; G; H.

As operações vencidas devem ter as classificações mínimas de risco¹¹ seguintes:

- Operações vencidas entre 15 e 30 dias, risco B;
- Operações vencidas entre 31 e 60 dias, risco C;
- Operações vencidas entre 61 e 90 dias, risco D;
- Operações vencidas entre 91 e 120 dias, risco E;
- Operações vencidas entre 121 e 150 dias, risco F;
- Operações vencidas entre 151 e 180 dias, risco G;
- Operações vencidas há mais de 180 dias, risco H.

¹⁰ Ver também Iudicibus, 2000, p. 58 e 74.

¹¹ Admitida a contagem em dobro às operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

A classificação da carteira em níveis de risco requer a constituição de provisão não inferior ao somatório dos seguintes percentuais:

- Meio por cento (0,5 %): operações classificadas no nível A;
- Um por cento (1,0 %): operações classificadas no nível B;
- Três por cento (3,0 %): operações classificadas no nível C;
- Dez por cento (10,0 %): operações classificadas no nível D;
- Trinta por cento (30,0 %): operações classificadas no nível E;
- Cinquenta por cento (50,0 %): operações classificadas no nível F;
- Setenta por cento (70,0 %): operações classificadas no nível G;
- Cem por cento (100,0 %): operações classificadas no nível H.

4.3. Gestão do Passivo

A gestão do passivo consiste nas atividades relacionadas à obtenção de recursos de terceiros e na determinação da composição apropriada de recursos de uma IF. Os principais passivos dos bancos comerciais e múltiplos do SFN compreendem as seguintes categorias básicas:

- Depósitos;
- Compromissos de recompra;
- Empréstimos;
- Emissões de dívida¹².

No COSIF, as categorias precedentes se encontram consubstanciadas nos seguintes subgrupos contábeis do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo:

- Depósitos;
- Obrigações por operações compromissadas;
- Obrigações por empréstimos e repasses;
- Outras obrigações.

¹² Inclusive instrumentos híbridos de capital e dívida e dívidas subordinadas.

A solução para o problema da obtenção de fundos pelas IF é conseguir financiamento ao mais baixo custo possível tendo em vista o retorno desejado para os seus investimentos.

Securato (2003, p.121) destaca que os bancos têm uma estrutura bem definida de taxas de juros a serem pagas aos doadores de recursos, sugerindo uma escala hierárquica crescente de taxas, em função dos seguintes agentes, entre outros:

- Pessoas físicas de pequeno porte;
- Pequenas empresas;
- Empresas de porte médio;
- Pessoas físicas de grande porte;
- Grandes corporações;
- Outros bancos.

Nas subseções seguintes são destacadas as características de alguns dos principais passivos negociados pelos bancos comerciais e múltiplos do SFN, incluindo os recolhimentos e as aplicações compulsórias subjacentes.

4.3.1. Depósitos

Os principais tipos de depósitos captados pelas IF do SFN podem ser resumidos aos seguintes:

- Depósitos à vista: recursos não onerosos acolhidos por bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial. Constituem-se em depósitos de livre movimentação mantidos em conta corrente por pessoas físicas e pessoas jurídicas, em geral.
- Depósitos a prazo: recursos onerosos acolhidos por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas e sociedades de crédito, financiamento e investimento (Circular n. 3.091, de 2002). Formalizam-se por meio de certificados ou recibos de depósito e têm data previamente estabelecida para resgate, cabendo às IF emissoras a obrigatoriedade de pagar ao investidor, ao final do prazo, a remuneração contratada.

- Depósitos de poupança: depósitos acolhidos pelas entidades do SBPE para aplicação em financiamentos direcionados à habitação. Os recursos captados são remunerados na data de aniversário mensal, a uma taxa de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, aplicada sobre os valores atualizados pela Taxa Referencial (TR).
- Depósitos interfinanceiros: instrumentos de regulação de liquidez entre as próprias IF do SFN, constituindo-se em instrumentos alternativos aos compromissos de recompra no mercado aberto e às linhas de redesconto ou assistência financeira do Bacen.

4.3.2. Venda com Compromisso de Recompra

A venda com compromisso de recompra é uma operação de captação de recursos, realizada pela IF no mercado aberto, garantida por títulos públicos ou privados de sua carteira própria, financiada ou da carteira de terceiros, financiada.

4.3.3. Empréstimos

Os empréstimos são recursos onerosos contraídos pelas IF e se formalizam por meio de contratos, os quais estabelecem o fluxo de principal e juros, dentre outras condições. Em geral, os empréstimos podem ser contraídos pelas IF, tanto no país como no exterior. Os empréstimos contraídos no país geralmente provêm de entidades governamentais como BNDES e Banco do Brasil, entre outras, e devem ser direcionados a financiamentos ou repasses específicos, em regra. Os empréstimos contratados no exterior podem ser sindicalizados ou não e tipificados por emissão ou não emissão de títulos, podendo ser livremente direcionados, em regra.

4.3.4. Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida e Dívidas Subordinadas

Os instrumentos híbridos de capital e dívida e as dívidas subordinadas são instrumentos que possibilitam às IF a captação de recursos mediante a emissão de uma dívida caracterizada como uma opção sobre o valor futuro do patrimônio.

Niyama e Gomes (2005, p.155) assinalam que os instrumentos híbridos de capital e dívida e as dívidas subordinadas são títulos que têm o atrativo de ser menos onerosos do que o lançamento e subscrição de novas ações, já que são usualmente negociados a uma taxa de juros menor que a do endividamento puro e com um preço de conversão maior que o valor de mercado das ações ao tempo do lançamento.

Fortuna (2005, p.712) realça que os instrumentos híbridos de capital e dívida referem-se à emissão de ações preferenciais resgatáveis ou empréstimos tomados sob condições tão favoráveis, sem garantia e sem prazo de vencimento, que quase equivalem a uma capitalização.

Os instrumentos híbridos de capital e dívida e as dívidas subordinadas podem ser utilizados como instrumentos de captação ou capitalização pelas IF. Os registros contábeis desses instrumentos figuram, entretanto, no grupo Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, subgrupo Outras Obrigações, desdobramento de subgrupo Diversas.

Os requisitos característicos dos instrumentos híbridos de capital e dívida e as condições e restrições para integração desses instrumentos ao nível 2 do PR, a título de dívidas subordinadas, são estabelecidos pela Resolução n. 2.837, de 2001, do CMN. Dívidas subordinadas são dívidas que se subordinam ao pagamento dos demais credores, em caso de falência do emissor.

4.3.5. Recolhimentos e Aplicações Compulsórias

Dentre os recursos de terceiros captados pelas IF, os depósitos à vista, os depósitos de poupança e os depósitos a prazo estão sujeitos a recolhimentos compulsórios e, em alguns casos, a aplicações direcionadas de crédito.

- Depósitos à vista: os depósitos à vista registrados nos passivos dos bancos comerciais e/ ou múltiplos e caixas econômicas estão gravados pela obrigatoriedade seguinte:
 - Exigibilidade de recolhimento e encaixe obrigatório: alíquota de 45% e cumprimento em espécie, sem remuneração (Circular n. 3169, de 2002 e Circular n. 3199, de 2003);

- Exigibilidade de recolhimento adicional: alíquota de 8% e cumprimento em espécie, com remuneração à taxa SELIC (Circulares n. 3.144 e n. 3.157, de 2002);
 - Aplicação direcionada ao financiamento rural: 25% do saldo médio diário das rubricas contábeis dos recursos à vista sujeitos a recolhimento compulsório, a juros administrados de 8,75%, anuais (Resolução n. 3.224, de 2003);
 - Aplicação direcionada a empréstimos à população de baixa renda: 2% da média dos depósitos à vista, a juros administrados de 2%, mensais. (Resolução n. 3.109, de 2002 e Resoluções n. 3.212, 3.220 e 3.229, de 2004).
- Depósitos a prazo: os depósitos a prazo registrados nos passivos das IF estão gravados pela obrigatoriedade seguinte:
 - Exigibilidade de recolhimento compulsório e encaixe obrigatório: alíquota de 15% e cumprimento mediante vinculação de títulos públicos no SELIC (Circular n. 3091, de 1992, Circular n. 3.127, de 2002 e Circular n. 3.262, de 2004).
 - Exigibilidade de recolhimento adicional: alíquota de 8% e cumprimento em espécie, com remuneração à taxa SELIC. (Circulares n. 3.157 e n. 3.144, de 2002).
- Depósitos de poupança: os depósitos de poupança registrados nos passivos dos bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, bancos comerciais, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo e caixas econômicas estão gravados pela obrigatoriedade seguinte:

- Exigibilidade de recolhimento compulsório e encaixe obrigatório: alíquota de 20% e cumprimento em espécie, com remuneração à taxa de 6,17% ao ano¹³, aplicada sobre o valor atualizado pela TR (Circular n. 3.093, de 2002).
- Exigibilidade de recolhimento adicional: alíquota de 10% e cumprimento em espécie, com remuneração à taxa SELIC. (Circulares n. 3144 e n. 3157, de 2002).
- Aplicação direcionada ao financiamento habitacional: 65,0%, dos quais 52,0% no âmbito do SFH e 13% em operações de financiamento imobiliário a taxas livres.

4.4. Gestão do Ativo-Passivo

A gestão do ativo-passivo ou gestão total do balanço consiste em controlar o risco das taxas de juros e configurar a composição do ativo e do passivo da IF, tendo em vista o equilíbrio apropriado entre risco e retorno. Em outras palavras, a gestão do ativo-passivo deve se basear no quanto de risco a IF está disposta a correr para tentar retornos mais altos, com foco na margem líquida de juros.

A gestão do ativo-passivo compreende a análise e o gerenciamento do descasamento. Reed e Gill (1994, p.182), ao tempo que tratam o “descasamento como a diferença entre os ativos e os passivos sensíveis às taxas de juros”, conceituam a “análise do descasamento como a estrutura analítica que relaciona as características das taxas de juros e dos vencimentos do ativo e do passivo” e o “gerenciamento do descasamento como a estrutura operacional que administra os relacionamentos das características das taxas de juros e dos vencimentos do ativo e do passivo”.

A sensibilidade de um ativo ou passivo às taxas de juros pode ser medida pela rapidez com que as rendas do ativo ou os ônus do passivo se ajustam a mudanças nas taxas de juros. Diz-se que há um descasamento positivo quando os ativos sensíveis excedem os passivos

¹³ A remuneração anual é de 3% no caso de encaixe obrigatório sobre depósitos de poupança vinculada. (CMN, 2202, Res. n. 3.005).

sensíveis e um descasamento negativo quando os passivos sensíveis excedem os ativos sensíveis.

A análise do descasamento nas grandes IF pode ser complementada pela análise da *duration*. Para Reed e Gill (1994, p.182), a *duration* é uma medida da sensibilidade temporal das taxas de juros que fornece melhor indicação do risco de taxas de juros do que a análise do descasamento tomada isoladamente.

As flutuações das taxas de juros alteram o nível de estabilidade dos ganhos das IF, promovendo riscos na formação da margem financeira. Assaf Neto (2006, p.322) assinala que as flutuações das taxas de juros decorrem, basicamente, de dois tipos de risco:

- Risco sistemático: este risco depende das condições econômicas e de mercado, que são passíveis de avaliação, mas não de influência da IF;
- Risco não sistemático: este risco depende de fatores internos representativos da qualidade e maturidade dos ativos e passivos da IF, que são passíveis de gerenciamento.

Os modelos de gestão do ativo-passivo podem ajudar a IF a compreender o que pode ocorrer quando houver alteração nas taxas de juros, mas isso pode não ser suficiente para garantir bons resultados, dadas as seguintes razões, entre outras:

- As previsões para as taxas de juros podem não estar corretas quanto à magnitude ou direção da mudança;
- O modelo pode dar mais ênfase ao risco de taxas de juros e menos importância ao risco de crédito.

Na subseção seguinte são destacadas as características dos derivativos financeiros, um dos principais instrumentos empregados pelas IF na gestão geral de seus balanços.

4.4.1. Derivativos Financeiros

Há muitas definições para instrumentos financeiros derivativos, geralmente procedentes do exterior. O Bacen, através da Circular n. 3.082, de 2002, retrata uma dessas definições originárias do IASB (IAS 39) e do FASB (FAS 133), na forma seguinte:

“Instrumento financeiro derivativo é aquele cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato e que sejam liquidados em data futura”.

Os instrumentos financeiros derivativos são geralmente contratos negociados nos mercados a termo, de futuros, de opções e de *swaps*, os quais possibilitam a aplicação ou captação de recursos, bem como a proteção contra variações de preços e taxas e a redução de custos e diluição dos riscos inerentes às atividades operacionais.

Niyama e Gomes (2005, p. 103-112), ao tratarem da contabilidade de IF do SFN, apresentam uma descrição dos contratos derivativos, da qual destacamos o seguinte:

- Operações a termo: são operações realizadas em mercados de bolsa ou de balcão, para liquidação física e financeira em uma data futura. Essas operações são configuradas por meio de acordo de compra (operação ativa) e venda (operação passiva) de um ativo, para entrega em uma data futura definida, a um preço especificado pelas partes, com liquidação financeira na data de vencimento, ao preço pactuado na contratação.
- Operações a futuro: são operações geralmente realizadas em mercados de bolsa e se caracterizam pelos ajustes diários de preço das posições em aberto e concomitante pagamento ou recebimento diário do valor de ajuste pelo emissor, bem como pela liquidação financeira do contrato, sem a entrega física do ativo objeto.
- Operações de opções: são operações geralmente realizadas em mercados de bolsa e envolvem o pagamento de um prêmio para a compra de uma opção de compra ou de

venda, sendo a liquidação efetuada em decorrência do exercício da opção pelo comprador.

- As opções de compra conferem ao comprador o direito de comprar (operação ativa) e ao vendedor a obrigação de vender (operação passiva) o ativo objeto do contrato ao preço pré-estabelecido.
- As opções de venda conferem ao comprador o direito de vender (operação ativa) e ao vendedor a obrigação de comprar (operação passiva) o bem objeto do contrato ao preço pré-estabelecido.
- Operações de *swap*: são operações realizadas em mercados de balcão ou bolsa, por meio das quais as partes assumem a obrigação recíproca de realizar e liquidar por diferença, em determinada data no futuro, a troca de resultados financeiros decorrentes da aplicação de taxas ou índices sobre ativos ou passivos utilizados como referenciais.

4.5. Gestão do Capital

A gestão do capital pode aumentar a rentabilidade de uma IF e, ao mesmo tempo, oferecer segurança aos seus depositantes. A discussão sobre a determinação do montante ideal de capital bancário sempre foi, entretanto, objeto de divergências entre banqueiros e reguladores.

Reed e Gill (1994, p.189), assim se manifestam sobre o montante ideal do capital bancário:

“Os banqueiros preferem menores índices de capitalização porque têm foco na maximização da rentabilidade dos acionistas”, ao passo que “os reguladores preferem maiores índices de capitalização porque focam a proteção dos depositantes, provisão de oferta estável de moeda e promoção de sistema financeiro competitivo”.

4.5.1. Acordo de Capital de Basiléia

O acordo de Basiléia, firmado pelos bancos centrais dos países¹⁴ do G-10 em 1988, representa o marco da regulamentação financeira dos bancos comerciais e múltiplos.

Jorion (2003, p.48) apresenta os principais objetivos do acordo de Basiléia, criado em 1988, dos quais destacamos os seguintes:

- Fortalecimento da solidez e estabilidade do sistema bancário internacional, por meio da geração de um padrão mínimo de exigência de capital;
- Criação de condições homogêneas de concorrência entre os bancos internacionais, por meio da harmonização das regulamentações globais.

A exigência de capital compatível com o risco das operações ativas das IF do SFN encontra-se consubstanciada nos seguintes ordenamentos emanados por nossas autoridades:

- Resolução n. 2.099, de 1994: prevê a obrigatoriedade de manutenção de patrimônio líquido ajustado (PLA) compatível com o risco de crédito dos ativos ponderados pelo risco. (ver: Circular n. 2.568, de 1995; Circular n. 2.916, de 1999; Circular n. 3.054, de 2001; Circular n. 3.140, de 2002; Circulares n. 3.213 e 3.216, de 2003);
- Resolução n. 2.399, de 1997: prevê a obrigatoriedade de manutenção de valor de PLA compatível com o risco de crédito das operações de *swap*. (ver: Circulares n. 2.770, 2.771 e 2.784, todas de 1997);
- Resolução n. 2.606, de 1999: prevê a obrigatoriedade de manutenção de valor de PLA compatível com o risco de exposição cambial¹⁵ assumido pelas IF do SFN e suas controladas, em bases consolidadas. (ver: Circular n. 2.894, de 1999; Circular n. 3.217, de 2003; Carta-Circular n. 2.866, de 1999; Circular n. 3.194, de 2003; Circular n. 3.156, de 2002);

¹⁴ Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e Suécia.

¹⁵ Atualmente limitado a 60% do PR (Circular n. 3.333, de 2006).

- Resolução n. 2.692, de 2000: apresenta o critério para apuração do patrimônio líquido exigido (PLE) para cobertura do risco da exposição a taxas de juros praticadas no mercado. (ver: Circular n. 2.972, de 2000).

Como se depreende, a exigência de capital compatível com o risco das operações ativas das IF do SFN deve cobrir os riscos seguintes:

- Risco de crédito dos ativos ponderados pelo risco;
- Risco de crédito de operações de *swaps*;
- Risco de exposição cambial;
- Risco de exposição a taxas de juros de mercado.

O cálculo do PLE das IF do SFN obedece à seguinte fórmula, consubstanciada na Resolução n. 2.891, de 2001, do CMN:

$$\text{PLE} = \mathbf{F} \cdot \mathbf{Apr} + \mathbf{F}' \cdot \sum_{i=1}^{n1} \mathbf{RCDi} + \mathbf{F}'' \cdot \mathbf{Max} \left[\left(\sum_{i=1}^{n2} \mathbf{Aprci} - \mathbf{K.PR} \right); \mathbf{0} \right] + \sum_{i=1}^{n3} \mathbf{ECi}$$

(4.1)

Onde:

F = fator aplicável ao Apr, equivalente a 11%;

Apr = ativo ponderado pelo risco = (produto dos títulos contábeis do grupo contábil Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo do COSIF pelos fatores de risco correspondentes) + (produto do grupo contábil Ativo Permanente pelo fator de risco correspondente) + (produto dos títulos do desdobramento de subgrupo contábil Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas pelos fatores de risco correspondentes);

F' = fator aplicável ao risco de crédito das operações de swap, igual a 20%;

n1 = número de operações de swap inscritas na conta 3.0.6.10.60-4 do COSIF;

RCDi = risco de crédito da i-ésima operação de swap inscrita na conta 3.0.6.10.60-4 do COSIF, consistente na ponderação do valor de referência da operação no momento da respectiva contratação (VNi) pelo fator de risco potencial correspondente, considerado seu prazo a decorrer, dado pela fórmula:

$$\text{RCDi} = \text{VNi} \cdot (\text{Ra}_i^2 + \text{Rp}_i^2 - 2 \text{ra}_i \text{p}_i \cdot \text{Ra}_i \cdot \text{Rp}_i)^{1/2}$$

(4.2)

Onde **Ra_i** é o risco do referencial ativo da i-ésima operação; **Rp_i** o risco do referencial passivo da i-ésima operação; **ra_i p_i** a correlação dos referenciais ativo e passivo da i-ésima operação.

F'' = fator aplicável às operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, incluídas as operações realizadas nos mercados derivativos, igual a 50%;

n2 = número de posições líquidas em cada moeda e em ouro;

Aprci = valor das posições líquidas das operações com ouro e com ativos e passivos referenciados em variação cambial, incluídas as realizadas em mercados derivativos;

K = 5% para $(\sum_{i=1}^{n2} \text{Aprci} / \text{PR})$ menor ou igual a 5%;

K = zero para $(\sum_{i=1}^{n2} \text{Aprci} / \text{PR})$ maior que 5%;

PR = patrimônio de referência¹⁶, limitado a 30%;

n3 = número de parcelas representativas do valor de PLE para cobertura de risco de mercado de taxa de juros em determinada moeda/ base de remuneração;

ECi = parcela representativa do valor do PLE para cobertura do risco de mercado de taxa de juro em determinada moeda/ base de remuneração.

O patrimônio líquido exigido (PLE) das IF do SFN tem como base o patrimônio de referência (PR), constituído pelo somatório de dois tipos de capital:

- Capital de nível 1;
- Capital de nível 2.

As definições do capital de nível 1 e do capital de nível 2 que constituem o PR das IF do SFN estão consubstanciadas na Resolução n. 2.837, de 2001, que estabelece o seguinte:

¹⁶ Nova denominação do patrimônio líquido ajustado. (Resolução nº 2.802, de 2000).

- Capital de nível 1: capital representado pelo “patrimônio líquido acrescido do saldo das contas de resultado credoras e deduzido do saldo das contas de resultado devedoras, excluídas as reservas de reavaliação, as reservas para contingências e as reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos e deduzidos os valores referentes a ações preferenciais cumulativas e ações preferenciais resgatáveis”;
- Capital de nível 2: capital representado pelas “reservas de reavaliação, reservas para contingências, reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, ações preferenciais cumulativas, ações preferenciais resgatáveis¹⁷, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida”.

O uso do capital de nível 2 pelas IF é restrito, entretanto. As limitações quanto ao uso do capital de nível 2 que constitui o PR das IF do SFN também estão consubstanciadas na Resolução n. 2.837, de 2001, dentre as quais destacamos as seguintes :

- O valor do capital de nível 2 não pode ser superior ao valor do capital de nível 1;
- As reservas de reavaliação no capital de nível 2 não podem suplantar 25% do PR;
- O valor das dívidas subordinadas, acrescido do valor das ações preferenciais resgatáveis, de prazo original de vencimento inferior a dez anos... fica limitado a 50% do valor do capital de nível 1.

4.6. Análise das Demonstrações Contábeis

A análise de IF efetuada com base nos demonstrativos contábeis publicados apresenta algumas limitações, em razão da qualidade das informações apresentadas, a exemplo do que

¹⁷ Ações emitidas pela IF, com prazo determinado para o pagamento de seu valor, não inferior a cinco anos.

ocorre em outros segmentos empresariais. Apesar dessas restrições, algumas tendências podem ser extraídas dos demonstrativos contábeis. Para Assaf Neto (2006, p.313), é importante entender os indicadores de avaliação das IF como medidas que embutem uma tendência de desempenho, indicando os potenciais pontos fortes e fracos da instituição e despertando a atenção do analista para os aspectos que demandem maior avaliação.

Os principais indicadores adaptados às IF do SFN são apresentados nas subseções seguintes.

4.6.1. Índices de Solvência e Liquidez

A solvência evidencia os recursos próprios de uma IF oferecidos ao risco de sua atividade. A IF pode ser considerada solvente quando o valor de seus ativos superar o valor de seus passivos de diferentes naturezas. A liquidez, por outro lado, reflete a capacidade financeira da IF para atender prontamente toda demanda por recursos imediatamente disponíveis. A posição de liquidez revela a habilidade da IF gerar recursos para atendimento de suas obrigações e demandas financeiras.

Assaf Neto (2006, p.314) relaciona alguns índices utilizados no estudo da liquidez das IF do SFN, elaborados com base em informações contidas nos demonstrativos contábeis, dos quais destacamos os seguintes:

- **Encaixe Voluntário:** este índice identifica a capacidade financeira imediata de uma IF para cobrir saques contra depósitos à vista na data de encerramento do exercício social. A tendência natural das IF é manter as disponibilidades no menor nível possível, já que elas não produzem rentabilidade. A participação dos depósitos à vista na carteira de captação das IF tende a ser pequena, em função das alternativas de investimentos de curto prazo disponíveis aos depositantes.

$$\text{Encaixe Voluntário} = \text{Disponibilidades} / \text{Depósitos a Vista}$$

(4.3)

- **Liquidez Imediata:** este índice adiciona ao encaixe voluntário as aplicações financeiras prontamente negociáveis ou equivalentes de caixa (ver Epstein e Mirza,

2006, p.72 e Iudicibus et al, 2003, p.399). O índice de liquidez imediata, quando superior a 100,0%, indica a existência de recursos disponíveis para cobrir integralmente os depósitos a vista e parte dos depósitos a prazo da IF.

$$\text{Liquidez Imediata} = (\text{Disponibilidades} + \text{Aplicações Interfinanceiras de Liquidez}) / \text{Depósitos à Vista} \quad (4.4)$$

- Índice Empréstimos/ Depósitos: este índice revela, para cada unidade monetária de capital emprestado pela IF, quanto foi financiado sob a forma de depósitos. Um aumento no índice pode indicar uma diminuição na capacidade da IF em atender eventuais saques da conta de seus depositantes, mas pode elevar a rentabilidade. Uma redução do índice pode indicar um aumento na capacidade da IF em atender eventuais saques da conta de seus depositantes, mas pode baixar a rentabilidade.

$$\text{Índice Empréstimos/ Depósitos} = \text{Operações de Crédito/ Depósitos} \quad (4.5)$$

- Capital de Giro Próprio: este índice indica o percentual dos recursos próprios da IF que se encontra no giro de seus negócios, financiando ativos. É um parâmetro de segurança da IF, revelando seu nível de folga financeira financiada com patrimônio líquido. Na apuração deste índice, o patrimônio líquido é geralmente admitido como fonte de aplicações no ativo permanente.

$$\text{Capital de Giro Próprio} = (\text{Patrimônio Líquido} - \text{Ativo Permanente}) / \text{Patrimônio Líquido} \quad (4.6)$$

- Participação dos Empréstimos: este índice revela o percentual do ativo total de uma IF que se encontra aplicado nas operações de crédito. As operações de crédito de uma IF são geralmente constituídas de ativos de baixa liquidez e de pouco ou nenhum mercado secundário. Desta forma, altos índices de participação dos empréstimos podem indicar menor liquidez e maior rentabilidade operacional do banco. Ao contrário, baixos índices podem indicar maior liquidez e menor rentabilidade.

Participação dos Empréstimos = Operações de Crédito/ Ativo Total

(4.7)

Outros índices popularmente utilizados no estudo da liquidez, freqüentemente mencionados por autores como Silva (2004, p. 308 e 311) podem ser adaptados ao estudo da liquidez de IF, dos quais destacamos os seguintes:

- Índice de Liquidez Geral: este índice relaciona o ativo circulante e realizável total (curto e longo prazo) com o passivo circulante e exigível total (curto e longo prazo), indicando a quantidade de ativos de curto e longo prazo por unidade do passivo total.

Índice de Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável Total)/ (Passivo Circulante + Exigível Total)

(4.8)

- Índice de Liquidez Corrente: este índice relaciona o ativo circulante e realizável a curto prazo com o passivo circulante e exigível a curto prazo, indicando a quantidade de ativos de curto prazo por unidade de passivos de curto prazo.

Índice de Liquidez Corrente = (Ativo Circulante + Realizável a Curto Prazo)/ (Passivo Circulante + Exigível a Curto Prazo)

(4.9)

Apesar de populares, os índices de liquidez geral e de liquidez corrente são estáticos e não avaliam o risco dos ativos, comprovado pelo fato de duas IF poderem apresentar o mesmo índice de liquidez geral ou liquidez corrente, mas se diferenciarem pelo tipo e qualidade de seus ativos.

4.6.2. Índices de Capital e Risco

A atividade bancária é sensível às condições econômicas, à política monetária e ao comportamento das taxas de juros. O montante de capital próprio a ser mantido por uma IF é conceitualmente dependente do risco assumido nos negócios, devendo ser suficiente para cobrir eventuais perdas.

Assaf Neto (2006, p.316) apresenta alguns indicadores financeiros de análise do capital utilizados para identificação do volume adequado de capital das IF, dos quais destacamos os seguintes:

- Independência Financeira: este índice relaciona o patrimônio líquido contábil com o ativo total da IF, indicando seu índice de capitalização.

$$\text{Independência Financeira} = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Ativo Total} \quad (4.10)$$

- *Leverage*: este índice relaciona o ativo total com o patrimônio líquido contábil da IF, indicando seu grau de alavancagem financeira.

$$\text{Leverage} = \text{Ativo Total} / \text{Patrimônio Líquido} \quad (4.11)$$

Das fórmulas 4.10 e 4.11, depreende-se que o produto da independência financeira pelo *leverage* deve resultar um (em termos decimais) ou 100,0 (em termos percentuais).

- Relação Capital/ Depositante: este índice relaciona o patrimônio líquido contábil com os depósitos totais registrados na IF, indicando a relação dos capitais próprios com os capitais de terceiros tomados sob a forma de depósitos, especificamente.

$$\text{Relação Capital/ Depositante} = \text{Patrimônio Líquido} / \text{Depósitos} \quad (4.12)$$

- Imobilização do Capital Próprio: este índice relaciona o ativo permanente com o patrimônio líquido contábil da IF, indicando quanto do capital próprio está investido no ativo permanente.

Imobilização Capital Próprio = Ativo Permanente/ Patrimônio Líquido
(4.13)

A exemplo dos índices de liquidez geral e de liquidez corrente, os indicadores de análise do capital, apesar de importantes, não avaliam o risco dos ativos das IF. A título de exemplo, dentre outros, duas IF podem apresentar o mesmo índice de independência financeira ou de *leverage*, mas se diferenciarem pela natureza e qualidade de seus ativos.

Uma IF atua em condições de risco, tomando decisões que expõem seus ativos e passivos. O risco total de uma IF é avaliado pela verificação da estrutura de suas carteiras ativas e passivas e as relações de prazo, moeda e taxa, podendo ser reduzido pela diversificação, capitalização, cessão de direitos e *hedging*, entre outras formas.

Assaf Neto (2006, p. 317) assinala que a análise do risco de uma IF passa necessariamente pela determinação de indicadores dos relatórios contábeis, baseada principalmente na relação entre patrimônio líquido e depósitos, empréstimos e ativo total.

Como se depreende, o patrimônio líquido apresentado nesta subseção refere-se ao patrimônio líquido contábil registrado no grupo “Patrimônio Líquido” (capital de nível 1), não compreendendo o capital adicional (capital de nível 2) registrado no grupo “Circulante e Exigível a Longo Prazo” do balanço.

4.6.3. Índices de Rentabilidade

A atividade bancária é similar aos demais tipos de negócios, diferenciando-se pela natureza dos fatores disponíveis, uma vez que os recursos obtidos pelas IF representam as suas matérias-primas, que são geralmente investidas sob a forma de concessão de crédito.

Assaf Neto (2006, p.319) apresenta os seguintes grupos de índices de análise de rentabilidade adaptados à atividade bancária:

- **Índices Básicos de Rentabilidade**

Os índices básicos de rentabilidade compreendem as medidas seguintes:

- Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE): fornece o ganho percentual auferido pelos proprietários como consequência das margens de lucro, da eficiência operacional, do leverage e do planejamento eficiente dos negócios. A formação do ROE é determinada pela capacidade de alavancagem das IF.

$$\text{ROE} = \text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido}$$

(4.14)

- Retorno sobre o Investimento Total (ROA): fornece os resultados dos negócios realizados pela IF, como consequência da eficiência do gerenciamento da lucratividade dos ativos e custo financeiro dos passivos. Comparados às empresas não financeiras, as IF apresentam baixos retornos sobre o investimento total.

$$\text{ROA} = \text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total}$$

(4.15)

- Margem Líquida (ML): formada pelos resultados da gestão dos ativos e passivos das IF, permite avaliar a função básica de intermediação financeira da IF.

$$\text{ML} = \text{Lucro Líquido} / \text{Receita de Intermediação Financeira}$$

(4.16)

O ROE pode ser desenvolvido analiticamente, segundo uma das seguintes fórmulas:

$$\text{ROE} = \text{Leverage} \times \text{ROA}$$

(4.17)

$$\text{ROE} = \text{Margem Líquida} \times \text{Giro do Capital Próprio} \quad (4.18)$$

Onde o giro do capital próprio é o quociente da Receita de Intermediação Financeira pelo Patrimônio Líquido.

- **Índices de Rentabilidade e Spread**

Os principais índices de rentabilidade e *spread* compreendem as medidas seguintes:

- Margem Financeira (MF): relaciona o resultado bruto da intermediação com o ativo total.

$$\text{MF} = \text{Resultado Bruto da Intermediação} / \text{Ativo Total} \quad (4.19)$$

- Retorno médio das Operações de Crédito: indica o retorno financeiro das operações de crédito em geral.

$$\text{Retorno Op. de Crédito} = \text{Rendas Op. Crédito} / \text{Op. Crédito} \quad (4.20)$$

- Lucratividade dos Ativos: relaciona as receitas totais da IF com o ativo total.

$$\text{Lucratividade dos Ativos} = \text{Receitas Intermed. Financeira} / \text{Ativo} \quad (4.21)$$

- Juros Passivos: relacionam a despesa financeira de captação com o ativo total.

$$\text{Juros Passivos} = \text{Despesa Intermed. Financeira} / \text{Passivo Total} \quad (4.22)$$

- **Índice de Eficiência Operacional**

O índice de eficiência operacional (IE) é um índice de produtividade que relaciona as despesas operacionais da IF com sua receita de intermediação financeira. Quanto menor for o IE, maior será a produtividade ou menor a estrutura operacional da IF.

$$\text{IE} = \text{Despesas Operacionais} / \text{Receitas de Intermediação Financeira}$$

(4.23)

4.6.4. Análise da Sensibilidade de Juros

A análise da sensibilidade de juros está relacionada ao *gap*, entendido como um descasamento existente entre os ativos e os passivos sensíveis aos efeitos que uma mudança nas taxas de juros pode exercer sobre a lucratividade da IF. A análise do *gap* pode ser entendida como uma técnica de administrar a sensibilidade das taxas de juros de uma IF.

Assaf Neto (2006, p.322) assinala que na análise do *gap* todos os ativos e passivos devem ser distinguidos como sensíveis ou não sensíveis, conforme a variabilidade de suas taxas de juros com os parâmetros de mercado.

- Os ativos e os passivos devem ser classificados como sensíveis quando seus resultados financeiros mostrarem sensibilidade com o comportamento das taxas de juros de curto prazo de mercado.

Os principais ativos sensíveis são encontrados nos seguintes subgrupos contábeis COSIF:

- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez;
- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos;
- Operações de Crédito;
- Outros Créditos.

Os principais passivos sensíveis são encontrados nos seguintes subgrupos COSIF

- Depósitos (depósitos remunerados);
 - Obrigações por Operações Compromissadas;
 - Obrigações por Empréstimos e Repasses;
 - Outras Obrigações.
- Os ativos e passivos identificados como não sensíveis não apresentam alterações em seus fluxos financeiros dentro de determinado intervalo de tempo.

Os principais ativos não sensíveis são encontrados no Ativo Permanente e nos seguintes subgrupos patrimoniais do COSIF:

- Disponibilidades;
- Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências.

Os principais passivos não sensíveis são encontrados no Patrimônio Líquido e nos seguintes subgrupos patrimoniais do COSIF:

- Depósitos (depósitos à vista);
- Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências.

Índice de sensibilidade dos juros = Ativos Sensíveis/ Passivos Sensíveis

(4.24)

Para Assaf Neto (2006, p.323) as possibilidades de *gap* podem ser resumidas às seguintes:

- *Gap*>1: ocorre quando os ativos sensíveis são maiores do que os passivos sensíveis, revelando uma posição de maiores possibilidades de aumento da margem financeira da IF diante de uma elevação das taxas de juros de curto prazo, e de diminuição da margem financeira, no caso de uma redução das taxas de juros.

- $Gap=1$: ocorre quando os ativos sensíveis são iguais aos passivos sensíveis, revelando uma posição de equilíbrio da margem de lucro da IF contra o risco de flutuação das taxas de juros.
- $Gap<1$: ocorre quando os ativos sensíveis são menores do que os passivos sensíveis, revelando uma posição de maiores possibilidades de diminuição da margem financeira da IF diante de uma elevação nas taxas de juros de curto prazo, e de aumento da margem financeira, no caso de uma redução das taxas.

Acrescentamos que “tanto as tendências de aumento da margem financeira da IF em cenários de elevação das taxas de juros e de diminuição da margem financeira em cenários de redução das taxas de juros”, nos casos de $gap > 1$, “como as tendências de diminuição da margem financeira em cenários de elevação das taxas de juros e de aumento da margem financeira em cenários de redução das taxas de juros”, nos casos de $gap < 1$, aplicam-se às posições em taxas de juros do tipo pós-fixadas, não se aplicando às posições em taxas de juros do tipo prefixados.

4.6.5. Custo de Capital e Desempenho Econômico

O custo de capital equivale aos retornos exigidos pelos credores e pelos proprietários de uma IF e identifica o retorno que esta deve produzir em seus investimentos para remunerar suas fontes de financiamento. Autores como Assaf Neto (2006, p.267), dentre outros, costumam apresentar o custo de capital da forma seguinte:

$$WACC = W_1.K_i + W_2.K_e$$

(4.25)

Onde:

- **WACC**: representa o custo médio ponderado de capital das fontes de financiamento;
- **W₁**: representa a proporção de capitais de terceiros na estrutura de capital;
- **K_i**: representa o custo do capital de terceiros;

- W_2 : representa a proporção de capitais próprios na estrutura de capital;
- K_e : representa o custo do capital próprio ou custo de oportunidade dos proprietários.

A comparação do retorno sobre o investimento (ROI) com o custo médio ponderado de capital (WACC) permite identificar se um empreendimento atende as expectativas mínimas de remuneração de seus proprietários ou não.

Desta forma:

- $ROI < WACC$: não atende as expectativas mínimas de remuneração dos proprietários e destrói valor econômico do empreendimento;
- $ROI > WACC$: atende as expectativas mínimas de remuneração dos proprietários e agrega valor econômico ao empreendimento.

O cálculo do K_i das IF, a partir das demonstrações contábeis de publicação, pode constituir imprecisões, dado que o balanço patrimonial apresenta o valor da dívida na data de encerramento contábil e esse valor pode não representar a dívida média anual. Além disso, as restrições de ordem legal como os recolhimentos compulsórios e as aplicações direcionadas, dentre outras, a que se subordinam os passivos das IF, dificultam o cálculo de seu K_i e, conseqüentemente, de seu WACC.

O cálculo do K_e , por sua vez, pode ser realizado a partir dos métodos básicos seguintes, não mutuamente exclusivos e também sujeitos a imprecisão em termos práticos, conforme assinalado por Silva (2004, p.224):

- *Capital Asset Pricing Model* (CAPM);
- Rendimento de Títulos da Dívida de Longo Prazo mais um prêmio de risco;
- Discounted Cash Flow (DCF).

Dadas as restrições para o cálculo do K_i , especificamente, Assaf Neto (2006, p.331) assinala que as medidas que necessitam do custo de capital bancário devem ser ajustadas a

outro indicador, como o valor econômico agregado, calculado segundo uma das fórmulas adaptadas seguintes:

$$\text{EVA} = \text{Lucro Líquido} - (K_e \times \text{Patrimônio Líquido})$$

(4.26)

$$\text{EVA} = (\text{ROE} - K_e) \times \text{Patrimônio Líquido}$$

(4.27)

O mesmo autor (2006, p. 274 e 332) assinala que o valor de mercado agregado (MVA), entendido como o valor a ser adicionado ao capital próprio da IF para obtenção de seu patrimônio, pode ser calculado a partir do EVA adaptado, segundo a expressão seguinte:

$$\text{MVA} = \text{EVA}/K_e$$

(4.28)

4.7. Resumo do Capítulo

Com base em alguns autores consultados, este capítulo tratou dos conceitos e práticas da gestão de IF. Foram abordadas a gestão do ativo, do passivo, do capital e do balanço como um todo. A gestão do ativo elencou algumas das principais operações ativas das IF do SFN, tais como as operações com títulos e valores mobiliários e operações compromissadas, bem como as operações de crédito, aí incluídas a classificação de risco e a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A gestão do passivo relacionou algumas das principais operações passivas das IF do SFN como os depósitos e suas exigibilidades compulsórias, as vendas com compromisso de recompra e os empréstimos, incluindo os instrumentos híbridos de capital e dívida e as dívidas subordinadas elegíveis a capital. A gestão do balanço total abordou a análise e gerenciamento do descasamento, apresentando os derivativos financeiros, instrumentos muitas vezes utilizados como *hedge* de balanços. A gestão do capital abordou o capital mínimo exigido das IF em face do risco de suas operações ativas, com ênfase no acordo de Basiléia. O capítulo tratou ainda da análise das demonstrações contábeis das IF, a partir dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados de divulgação. Foram

examinados, nesta parte, os principais índices financeiros de liquidez e solvência e de capital e risco e os principais índices econômicos de rentabilidade, inclusive os indicadores de desempenho relacionados ao custo de capital.

CAPÍTULO 5: ESTUDO COMPARATIVO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

5.1. Introdução

A verificação empírica foi aplicada a seis IF do SFN constituídas sob a forma de bancos múltiplos com carteiras comerciais. A seleção das IF foi direcionada para a escolha de dois grandes bancos públicos nacionais, dois grandes bancos privados nacionais e dois grandes bancos de capital estrangeiro, que à época da coleta de dados para a pesquisa tivessem publicado suas demonstrações financeiras comparadas relativas aos exercícios de 2004 e 2005. Dentro desse critério, os bancos escolhidos foram o Banco do Brasil S.A. (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Bradesco S.A. (Bradesco), o Unibanco-União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), o Banco ABN AMRO Real S.A. (ABN AMRO Real) e o HSBC-Bank Brasil S.A.-Banco Múltiplo (HSBC). Os exercícios de 2004 e 2005 foram selecionados em função de representarem períodos recentes em contexto de estabilidade econômica.

5.2. Descrição da Metodologia da Pesquisa

Os dados apresentados nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados publicados pelas IF selecionadas foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os demonstrativos originais e corrigidos constam do anexo 2, apresentado ao final deste relatório. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável pela divulgação oficial do IPCA, o indicador oficial de inflação registrou uma variação de 5,69% em 2005 e 7,60% em 2004.

A aplicação da correção nas demonstrações contábeis obedeceu aos critérios seguintes:

- Os valores originais dos balanços patrimoniais de 2004 foram multiplicados por 1,0569, passando a expressar o mesmo padrão monetário de 2005, como recomenda Leite (1994, p.46), ao tratar da análise horizontal real de balanços. Partimos do pressuposto da relevância de todos os elementos do balanço e não procedemos à sua

reclassificação, em razão de seus dados serem sintéticos e expressarem valores atuais, regularmente.

- Os valores originais das demonstrações de resultados de 2004 foram multiplicados por 1,0963 [inflação média de 2004 e inflação integral de 2005 ($1,0760^{1/2} \times 1,0569$)] e os das demonstrações de resultados de 2005 por 1,0280 [inflação média de 2005 ($1,0569^{1/2}$)], como recomenda Assaf Neto (2006, p.129), ao tratar da análise horizontal e vertical em inflação. Partimos do pressuposto da formação homogênea dos valores contábeis ao longo dos períodos e da relevância de todos os elementos das demonstrações de resultados.

A verificação prática realizada a partir dos balanços patrimoniais e dos demonstrativos de resultados corrigidos compreendeu as etapas seguintes:

- Análise horizontal das demonstrações contábeis: corresponde ao estudo das variações ocorridas, em períodos de tempos consecutivos, nos itens que compõem as demonstrações financeiras. Nesta etapa da verificação, foi apresentada a evolução, através de números índices, dos valores componentes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados, de cada IF selecionada, nos exercícios de 2004 e 2005, observado o seguinte:
 - O ano de 2004 foi adotado como base;
 - Não foram apresentadas evoluções de valores nulos na data-base.
- Análise vertical das demonstrações contábeis: corresponde ao processo comparativo que relaciona os valores de uma conta ou grupo de contas contábeis com um valor relacionável, identificado no mesmo demonstrativo contábil. Nesta etapa da verificação, foi apresentado o relacionamento, em termos percentuais, dos valores componentes dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados de 2004 e 2005, aplicado a cada IF selecionada, na forma seguinte:
 - Nos balanços patrimoniais, os grupos (1º grau) e subgrupos (2º grau) foram relacionados ao total do Ativo.

- Nas demonstrações de resultado, os desdobramentos dos subgrupos (3º grau) que constituem as Receitas Operacionais, Receitas não Operacionais, Despesas Operacionais e Despesas não Operacionais, bem como os desdobramentos de subgrupos do Imposto de Renda e das Participações no Lucro foram relacionados às Receitas de Intermediação Financeira.
 - Análise por meio de índices: relaciona contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, com objetivo de fornecer informações nem sempre identificadas de forma direta nas demonstrações, como assinala Silva (2004, p.246). Nesta etapa da verificação foram apresentados os índices de liquidez e solvência, índices de capital e risco e índices de rentabilidade aplicados às demonstrações contábeis das IF, nos exercícios de 2004 e 2005, observado o seguinte:
 - Os índices de liquidez e solvência foram apurados consoante as fórmulas 4.3 a 4.9 apresentadas no capítulo 4.
 - Os índices de capital e risco incluem os índices de análise do capital, apurados consoante as fórmulas 4.10 a 4.13, apresentadas no capítulo 4, e os índices de sensibilidade de juros, apurados na forma da fórmula 4.24, exibida no capítulo 4.
- ... O índice de sensibilidade de juros, incluiu no cômputo dos “ativos sensíveis” os seguintes subgrupos do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez; TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos; Operações de Crédito; Outros Créditos (apenas o desdobramento de subgrupo Carteira de Câmbio).
- ... No cômputo dos “passivos sensíveis” o índice de sensibilidade de juros incluiu os seguintes subgrupos do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo: Depósitos (exceto o desdobramento de subgrupo Depósitos à Vista); Captações no Mercado Aberto; Recursos de Aceites e Emissões; Obrigações por Empréstimos; Obrigações por Repasses do País; Obrigações por Repasses do Exterior; Instrumentos Financeiros

Derivativos; Outras Obrigações (apenas o desdobramento de subgrupo Dívidas Subordinadas).

- Os indicadores de rentabilidade incluem os índices básicos de rentabilidade, apurados conforme as fórmulas 4.14 a 4.18 e os índices de rentabilidade e *spread*, apurados segundo as fórmulas 4.19 a 4.22 do capítulo 4. Incluem também o índice de eficiência operacional apurado consoante a fórmula 4.23 do mesmo capítulo 4.

... O índice de eficiência operacional considerou no cômputo das “despesas operacionais” as seguintes despesas: Despesas de Pessoal e Despesas Administrativas.

... No cômputo das “receitas de intermediação financeira” o índice de eficiência operacional incluiu as seguintes rendas: Margens Financeiras; Receitas de Serviços; Receitas de Participações em Coligadas e Controladas; Outras Receitas Operacionais menos Outras Despesas Operacionais.

A metodologia aqui utilizada para a apuração do índice de eficiência operacional, dentre as várias adotadas pelas IF, é a empregada pelo Bradesco, conforme relato de sua área “Relações com Investidores”.

- Análise do desempenho econômico: indica a viabilidade econômico-financeira do empreendimento. Na parte final da verificação são apresentados o valor econômico agregado e o valor de mercado agregado das IF selecionadas, apurados a partir das demonstrações contábeis de 2004 e 2005, corrigidas. Os cálculos partiram do retorno sobre o investimento e seguiram as fórmulas 4.27 e 4.28 apresentadas no capítulo 4, observado o seguinte:
 - A título de custo de capital (K_e) foram assumidas, de forma arbitrária, sem adição de risco de negócio, as taxas médias diárias de juros anualizadas para o ano de 252 dias úteis (taxa Selic) apuradas a partir do “histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic” disponível no endereço

www.bcb.gov.br. As taxas Selic assim calculadas resultaram 15,8% no exercício de 2004 e 19,0% no exercício de 2005.

5.3. Análise Comparativa das Instituições Financeiras Examinadas

Antes de apresentar os resultados e a análise da verificação empírica, julgamos conveniente introduzir a grandeza do valor patrimonial de cada IF componente da amostra, em 2004 e 2005. Os patrimônios líquidos das IF, em moeda constante, são apresentados na tabela 5.1 seguinte.

Tabela 5.1 Patrimônio Líquido das Instituições Financeiras. (R\$ 000).

Instituição Financeira	31/12/2005	31/12/2004
Bradesco	19.409.274	16.080.359
BB	16.849.764	14.908.310
Unibanco	9.323.633	8.567.636
ABN AMRO Real	8.666.091	8.991.395
CEF	7.951.942	7.042.801
HSBC	3.371.203	2.457.315

Da tabela anterior, depreende-se que o Bradesco e o BB são as IF mais capitalizadas, situando-se o Unibanco, ABN AMRO Real e CEF numa faixa intermediária de capitalização. O HSBC é, por sua vez, a IF menos capitalizada da amostra.

5.3.1. Análise Horizontal das Demonstrações Contábeis

A análise horizontal das demonstrações contábeis foi realizada a partir dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados em moeda constante. As planilhas de análise horizontal das demonstrações contábeis encontram-se apresentadas no anexo 3, ao final deste relatório.

5.3.1.1 Análise Horizontal dos Balanços

A análise horizontal dos balanços denota que em 2005, comparativamente a 2004, as IF pesquisadas apresentaram crescimento relativo do Ativo, com exceção do BB, conforme evidenciado na tabela 5.2, seguinte.

Tabela 5.2 Crescimento horizontal do Ativo das IF. (2005/2004).

Instituição Financeira	Crescimento (%)
BB	1,0
CEF	14,0
Bradesco	14,0
Unibanco	14,0
ABN AMRO Real	24,0
HSBC	31,0

A abertura do Ativo em grupos contábeis denota que seu crescimento em 2005 ocorreu no grupo Circulante e Realizável a Longo Prazo, mais no Realizável a Longo Prazo do que no Circulante. A abertura do Circulante e Realizável a Longo Prazo em subgrupos retrata, por sua vez, o crescimento nas Operações de Crédito, conforme evidenciado na tabela 5.3, seguinte.

Tabela 5.3 Crescimento horizontal das Operações de Crédito das IF por grupos contábeis. (2005/2004).

Instituição Financeira	Circulante (%)	Realizável a Longo Prazo (%)
BB	7,0	11,0
CEF	30,0	19,0
Bradesco	14,0	23,0
Unibanco	14,0	21,0
ABN AMRO Real	22,0	67,0
HSBC	38,0	44,0

A abertura do Passivo em grupos contábeis revela que seu crescimento em 2005 ocorreu, de uma forma geral, no Circulante e Exigível a Longo Prazo, principalmente no Exigível a Longo Prazo. A abertura do Exigível a Longo Prazo em subgrupos contábeis retrata, por sua vez, o crescimento dos Depósitos, conforme evidenciado na tabela 5.4, seguinte.

Tabela 5.4 Crescimento horizontal dos Depósitos das IF por grupos contábeis. (2005/2004).

Instituição Financeira	Circulante (%)	Exigível a Longo Prazo (%)
BB	(3,0)	199,0
CEF	24,0	7,0
Bradesco	(5,0)	89,0
Unibanco	(3,0)	98,0
ABN AMRO Real	16,0	92,0
HSBC	(25,0)	80,0

5.3.1.2 Análise Horizontal das Demonstrações de Resultados

A análise horizontal das demonstrações de resultados revela que em 2005, em comparação a 2004, as IF apresentaram crescimento do Lucro líquido, conforme evidenciado na tabela 5.5, seguinte.

Tabela 5.5 Crescimento horizontal do Lucro Líquido das IF. (2005/2004).

Instituição Financeira	Crescimento (%)
BB	29,0
CEF	37,0
Bradesco	69,0
Unibanco	34,0
ABN AMRO Real	42,0
HSBC	73,0

A abertura do Lucro Líquido denota que seu crescimento em 2005 ocorreu, em regra, no Resultado Bruto da Intermediação Financeira (Margem Financeira), na Receita de Prestação de Serviços (Tarifas Bancárias) e no Resultado de Participação em Coligadas e Controladas (Equivalência Patrimonial), conforme evidenciado na tabela 5.6, seguinte.

Tabela 5.6 Crescimento horizontal do Lucro Líquido das IF por grupos de resultados. (2005/2004).

Instituição Financeira	Margem Financeira (%)	Tarifas Bancárias (%)	Equivalência Patrimonial (%)
BB	(1,0)	8,0	(9,0)
CEF	13,0	2,0	84,0
Bradesco	29,0	19,0	22,0
Unibanco	32,0	2,0	(7,0)
ABN AMRO Real	24,0	11,0	428,0
HSBC	12,0	23,0	117,0

5.3.2. Análise Vertical das Demonstrações Contábeis

A análise vertical das demonstrações contábeis, a exemplo da análise horizontal, foi realizada a partir dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultados em moeda constante. As planilhas de análise vertical das demonstrações contábeis acham-se apresentadas no anexo 3, ao final deste relatório.

5.3.2.1 Análise Vertical dos Balanços

A análise vertical revela que as Operações de Crédito, considerado o conjunto das operações classificadas no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, participaram mais do Ativo das IF em 2005 do que em 2004, conforme evidenciado na tabela 5.7, seguinte.

Tabela 5.7 Participação vertical das Operações de Crédito no Ativo das IF. (%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	30,3	32,7
CEF	17,3	17,7
Bradesco	29,2	29,9
Unibanco	29,9	30,6
ABN AMRO Real	37,8	41,2
HSBC	31,8	33,8

A análise vertical denota também que os Depósitos, classificados no Exigível a Longo Prazo, tiveram maior participação no financiamento do Ativo das IF em 2005 do que em 2004, conforme evidenciado na tabela 5.8 seguinte.

Tabela 5.8 Participação vertical dos Depósitos de Longo Prazo como fonte do Ativo das IF. (%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	2,4	7,0
CEF	0,0	0,0
Bradesco	12,0	19,9
Unibanco	14,5	25,1
ABN AMRO Real	14,0	21,7
HSBC	28,3	39,0

A análise vertical ainda demonstra a grande concentração de investimentos das IF no curto prazo, conforme evidenciado na tabela 5.9, seguinte.

Tabela 5.9 Participação vertical do Ativo Circulante na composição no Ativo das IF. (%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	53,1	53,2
CEF	61,0	50,4
Bradesco	67,1	65,7
Unibanco	68,0	62,4
ABN AMRO Real	64,3	61,0
HSBC	77,6	72,6

A análise vertical ainda revela a pequena participação do capital próprio como fonte de financiamento do ativo das IF, conforme evidenciado na tabela 5.10, seguinte.

Tabela 5.10 Participação vertical do Patrimônio Líquido como fonte de Ativo das IF. (%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	5,8	6,5
CEF	4,5	4,2
Bradesco	10,1	10,7
Unibanco	11,9	11,3
ABN AMRO Real	16,3	12,7
HSBC	6,7	7,0

5.3.2.2 Análise Vertical das Demonstrações de Resultados

A análise vertical das demonstrações de resultados revela a importante participação das Rendas de Operações de Crédito e das Rendas de Aplicações em TVM na formação da Receita de Intermediação Financeira das IF, conforme evidenciados nas tabelas 5.11 e 5.12 seguintes.

Tabela 5.11 Participação vertical das Rendas de Operações de Crédito na Receita de Intermediação Financeira das IF. (%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	55,8	55,7
CEF	26,6	28,8
Bradesco	53,3	49,5
Unibanco	49,6	47,9
ABN AMRO Real	71,8	68,7
HSBC	56,6	59,2

Tabela 5.12 Participação vertical das Rendas de Aplicações em TVM na Receita de Intermediação Financeira das IF. (%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	37,3	38,0
CEF	56,9	58,1
Bradesco	31,0	34,1
Unibanco	38,9	42,0
ABN AMRO Real	23,7	21,0
HSBC	27,4	28,3

A análise vertical das demonstrações de resultados também revela que as despesas de intermediação financeira constituíram proporção praticamente constante das receitas de intermediação financeira nos dois exercícios, conforme evidenciado na tabela 5.13, seguinte.

Tabela 5.13 Relação vertical das Despesas de Intermediação Financeira com a Receita de Intermediação Financeira das IF.(%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	66,9	67,8
CEF	61,3	61,8
Bradesco	66,0	66,1
Unibanco	68,0	68,7
ABN AMRO Real	63,0	64,2
HSBC	62,0	71,0

A análise vertical das demonstrações de resultados ainda revela que as receitas de prestação de serviços compuseram, em geral, parte significativa da receita de intermediação financeira em 2004 e 2005, como evidenciado na tabela 5.14, seguinte.

Tabela 5.14 Relação vertical das Receitas de Prestação de Serviços com a Receita de Intermediação Financeira das IF. (%).

Instituição Financeira	2004	2005
BB	20,1	21,4
CEF	22,2	19,9
Bradesco	21,2	19,4
Unibanco	17,7	13,4
ABN AMRO Real	19,5	17,0
HSBC	22,9	19,0

5.3.3. Análise por meio de Índices

A análise por meio de índices inclui os índices financeiros e econômicos.

5.3.3.1 Índices de Liquidez e Solvência

Os índices financeiros de liquidez e solvência são apresentados nas tabelas 5.15 a 5.20 seguintes.

Tabela 5.15 Banco do Brasil S.A. Índices de Liquidez e Solvência. (%).

Índices	2005	2004
Encaixe Voluntário	16,3	53,6
Liquidez Imediata	109,9	120,4
Índice Empréstimos/Depósitos	60,0	63,0
Capital de Giro Próprio	55,7	45,9
Participação dos Empréstimos	32,7	30,2
Índice de Liquidez Corrente	71,2	68,4
Índice de Liquidez Geral	103,9	102,9

Tabela 5.16 Caixa Econômica Federal. Índices de Liquidez e Solvência. (%).

Índices	2005	2004
Encaixe Voluntário	13,5	11,7
Liquidez Imediata	153,8	82,9
Índice Empréstimos/Depósitos	31,3	27,9
Capital de Giro Próprio	71,7	64,8
Participação dos Empréstimos	17,7	17,3
Índice de Liquidez Corrente	61,2	76,0
Índice de Liquidez Geral	103,2	103,1

Tabela 5.17 Banco Bradesco S.A. Índices de Liquidez e Solvência. (%).

Índices	2005	2004
Encaixe Voluntário	20,7	17,0
Liquidez Imediata	247,0	208,0
Índice Empréstimos/Depósitos	55,3	43,0
Capital de Giro Próprio	(13,1)	(15,3)
Participação dos Empréstimos	29,9	29,2
Índice de Liquidez Corrente	120,4	102,4
Índice de Liquidez Geral	98,4	98,2

Tabela 5.18 Unibanco S.A. Índices de Liquidez e Solvência. (%).

Índices	2005	2004
Encaixe Voluntário	27,0	46,7
Liquidez Imediata	485,5	709,1
Índice Empréstimos/Depósitos	61,8	59,8
Capital de Giro Próprio	28,6	28,1
Participação dos Empréstimos	30,5	29,9
Índice de Liquidez Corrente	126,2	116,3
Índice de Liquidez Geral	103,7	103,8

Tabela 5.19 Banco ABN AMRO Real S.A. Índices de Liquidez e Solvência. (%).

Índices	2005	2004
Encaixe Voluntário	30,8	28,1
Liquidez Imediata	106,3	73,2
Índice Empréstimos/Depósitos	65,6	67,7
Capital de Giro Próprio	22,8	23,5
Participação dos Empréstimos	41,3	37,8
Índice de Liquidez Corrente	104,0	102,7
Índice de Liquidez Geral	103,3	104,6

Tabela 5.20 HSBC-Bank Brasil S.A. Índices de Liquidez e Solvência. (%).

Índices	2005	2004
Encaixe Voluntário	34,3	16,8
Liquidez Imediata	208,1	155,6
Índice Empréstimos/Depósitos	53,0	44,2
Capital de Giro Próprio	15,5	6,6
Participação dos Empréstimos	33,8	31,8
Índice de Liquidez Corrente	145,3	127,5
Índice de Liquidez Geral	101,2	100,5

- **Análise dos índices de liquidez e solvência**

Índice de Liquidez Imediata: apresentou resultado percentual superior a 100,0%, em geral, tanto em 2004 como em 2005, revelando folga na posição de liquidez das IF. Os únicos resultados abaixo de 100,0% (CEF 82,9% e ABN AMRO Real 73,2%), apresentados em 2004, não revelam, a rigor, problema de liquidez, dado que o índice representa uma situação estática revertível a qualquer tempo, em função dos vários instrumentos de liquidez disponíveis às IF no mercado.

Índice Empréstimos/ Depósitos: apresentou resultados situados entre 43,0% e 68,0%. Em 2004, o ABN AMRO Real (67,7%), o BB (63,0%) e o Unibanco (59,8%) apresentaram índices na faixa de 60,0%, ao passo que o HSBC (44,2%) e o Bradesco (43,0%) apresentaram índices na ordem de 40,0%. Em 2005, o ABN AMRO Real (65,6%), o Unibanco (61,8%) e o BB (60,0%) mantiveram seus índices na ordem de 60,0%, ao passo que o Bradesco (55,3%) e o HSBC (53,0%) exibiram índices da ordem de 50,0%.

Capital de Giro Próprio: apresentou resultados positivos (maiores do que zero), em regra, à exceção do Bradesco (15,3% negativo em 2004 e 13,1% negativo em 2005), dados seus maiores investimentos permanentes em sociedades ligadas.

Participação dos Empréstimos: apresentou, em regra, resultados próximos de 30,0% nos dois exercícios sociais. O ABN AMRO Real (37,8% em 2004 e 41,3% em 2005) apresentou os maiores índices e a CEF (17,3% em 2004 e 17,7% em 2005), os menores.

Índice de Liquidez Corrente: os índices do BB (71,2% em 2005 e 68,4% em 2004) e da CEF (61,2% em 2005 e 76,0% em 2004) revelam que esses bancos financiaram parte do ativo circulante com passivo de longo prazo. Os demais bancos apresentaram índices superiores a 100,0%, denotando financiamento do ativo circulante com passivo circulante.

5.3.3.2 Índices de capital e risco

Os índices financeiros de capital e risco são apresentados nas tabelas 5.21 a 5.26 seguintes.

Tabela 5.21 Banco do Brasil S.A. Índices de Capital e Risco. (%)

Indicadores de Análise do Capital	2005	2004
Independência Financeira	6,5	5,8
Leverage	1.548,5	1.737,6
Capital/Depositantes	11,8	12,0
Imobilização do Capital Próprio	44,2	54,1
Sensibilidade de Juros (gap)		
Índice de Sensibilidade dos Juros	116,6	101,9

Tabela 5.22 Caixa Econômica Federal. Índices de Capital e Risco. (%).

Indicadores de Análise do Capital	2005	2004
Independência Financeira	4,2	4,5
Leverage	2.372,7	2.217,8
Capital/Depositantes	7,4	7,3
Imobilização do Capital Próprio	28,2	35,2
Sensibilidade de Juros (gap)		
Índice de Sensibilidade dos Juros	86,1	83,4

Tabela 5.23 Banco Bradesco S.A. Índices de Capital e Risco. (%).

Indicadores de Análise do Capital	2005	2004
Independência Financeira	10,7	10,1
Leverage	932,5	985,6
Capital/Depositantes	19,9	20,8
Imobilização do Capital Próprio	113,1	115,3
Sensibilidade de Juros (gap)		
Índice de Sensibilidade dos Juros	97,1	96,4

Tabela 5.24 Unibanco S.A. Índices de Capital e Risco. (%).

Indicadores de Análise do Capital	2005	2004
Independência Financeira	11,2	11,9
Leverage	882,6	840,0
Capital/Depositantes	23,0	23,8
Imobilização do Capital Próprio	71,4	71,9
Sensibilidade de Juros (gap)		
Índice de Sensibilidade dos Juros	103,1	102,1

Tabela 5.25 Banco ABN AMRO Real S.A. Índices de Capital e Risco. (%).

Indicadores de Análise do Capital	2005	2004
Independência Financeira	12,7	16,3
Leverage	787,9	613,2
Capital/Depositantes	20,2	29,2
Imobilização do Capital Próprio	77,2	76,6
Sensibilidade de Juros (gap)		
Índice de Sensibilidade dos Juros	108,2	110,3

Tabela 5.26 HSBC-Bank Brasil S.A. Índices de Capital e Risco. (%).

Indicadores de Análise do Capital	2005	2004
Independência Financeira	7,0	6,7
Leverage	1.431,0	1.500,0
Relação Capital/Depositantes	10,9	9,3
Imobilização do Capital Próprio	84,5	93,4
Sensibilidade de Juros (gap)		
Índice de Sensibilidade dos Juros	101,7	104,0

- **Análise dos índices de capital e risco**

Leverage: refletiu o alto grau de alavancagem ou dependência financeira das IF. Em 2004, o BB (1.737,6% ou 17,37 vezes) e a CEF (2.217,8% ou 22,17 vezes) apresentaram os maiores índices dentre as IF analisadas. Em 2005, o BB (1548,5 ou 15,48 vezes) e a CEF (2.372,7% ou 22,72 vezes) apresentaram novamente os maiores índices. O ABN AMRO Real apresentou o menor índice em 2004 (613,2% ou 6,13 vezes) e novamente em 2005 (787,7% ou 7,87 vezes).

Independência Financeira: função inversa do *leverage*, o índice refletiu o baixo grau de independência financeira das IF. Em 2004, o BB (5,8%) e a CEF (4,5%) apresentaram os menores índices dentre as IF analisadas. Em 2005, o BB (6,5%) e a

CEF (4,2%) apresentaram novamente os menores índices. O ABN AMRO Real apresentou o maior índice em 2004 (16,3%) e novamente em 2005 (12,7%).

Relação Capital/ Depositantes: refletiu, uma vez mais, a alta dependência financeira com que as IF operam. Os índices do BB (11,8% em 2005 e 12,0% em 2004), os da CEF (7,4% em 2005 e 7,3% em 2004) e os do HSBC (10,9% em 2005 e 9,3% em 2004) foram os menores encontrados dentre as IF analisadas, denotando maior dependência dessas IF por recursos de terceiros captados sob a modalidade de Depósitos.

Imobilização do Capital Próprio: refletiu a imobilização parcial do capital próprio das IF, em regra. Como exceção, o Bradesco (115,3% em 2004 e 113,1% em 2005) imobilizou mais do que o capital próprio para financiar os Investimentos do Ativo Permanente. A CEF, com baixo valor investido em sociedades ligadas, apresentou o menor índice de imobilização do capital próprio (35,2% em 2004 e 28,2% em 2005), seguida pelo BB (54,1% em 2004 e 44,20% em 2005). O índice de imobilização do capital próprio é o inverso do índice do capital de giro próprio.

Índice de Sensibilidade dos Juros: apresentou-se próximo de 100,0 (cem por cento) em regra, denotando que, em princípio, as variações nas taxas de juros de mercado pouco pressionaram o desempenho das IF no curto prazo.

5.3.3.3 Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade são apresentados nas tabelas 5.27 a 5.32 seguintes.

Tabela 5.27 Banco do Brasil S.A. Índices de Rentabilidade. (%).

Índices Básicos de Rentabilidade	2005	2004
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	25,3	22,2
Retorno sobre o Investimento Total	1,6	1,3
Margem Líquida	12,5	9,9

Índices de Rentabilidade e Spread	2005	2004
Margem Financeira	4,2	4,3
Retorno Médio das Operações de Crédito	22,9	23,8
Lucratividade dos Ativos	13,1	13,0
Juros Passivos	8,9	8,7
Índice de Eficiência	2005	2004
IE Operacional	60,6	68,1

Tabela 5.28 Caixa Econômica Federal. Índices de Rentabilidade. (%).

Índices Básicos de Rentabilidade	2005	2004
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	26,8	22,1
Retorno sobre o Investimento Total	1,1	1,0
Margem Líquida	8,0	6,7
Índices de Rentabilidade e Spread	2005	2004
Margem Financeira	5,4	5,8
Retorno Médio das Operações de Crédito	23,1	23,1
Lucratividade dos Ativos	14,2	15,0
Juros Passivos	8,8	9,2
Índice de Eficiência	2005	2004
IE Operacional	70,6	77,5

Tabela 5.29 Banco Bradesco S.A. Índices de Rentabilidade. (%).

Índices Básicos de Rentabilidade	2005	2004
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	29,2	20,9
Retorno sobre o Investimento Total	3,1	2,1
Margem Líquida	20,2	15,5
Índices de Rentabilidade e Spread	2005	2004
Margem Financeira	5,2	4,6
Retorno Médio das Operações de Crédito	25,7	24,8
Lucratividade dos Ativos	15,5	13,6
Juros Passivos	10,2	9,0

Índice de Eficiência	2005	2004
IE Operacional	54,8	67,8

Tabela 5.30 Unibanco S.A. Índices de Rentabilidade. (%).

Índices Básicos de Rentabilidade	2005	2004
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	20,3	16,4
Retorno sobre o Investimento Total	2,3	2,0
Margem Líquida	14,5	14,6
Índices de Rentabilidade e Spread	2005	2004
Margem Financeira	4,9	4,3
Retorno Médio das Operações de Crédito	24,8	22,3
Lucratividade dos Ativos	15,8	13,4
Juros Passivos	10,9	9,1
Índice de Eficiência	2005	2004
IE Operacional	51,5	64,0

Tabela 5.31 Banco ABN AMRO Real S.A. Índices de Rentabilidade. (%).

Índices Básicos de Rentabilidade	2005	2004
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	11,3	7,6
Retorno sobre o Investimento Total	1,4	1,2
Margem Líquida	8,5	7,7
Índices de Rentabilidade e Spread	2005	2004
Margem Financeira	6,0	6,0
Retorno Médio das Operações de Crédito	27,9	30,9
Lucratividade dos Ativos	16,8	16,1
Juros Passivos	10,8	10,1
Índice de Eficiência	2005	2004
IE Operacional	72,3	74,5

Tabela 5.32 HSBC-Bank Brasil S.A. Índices de Rentabilidade. (%).

Índices Básicos de Rentabilidade	2005	2004
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	23,9	19,0
Retorno sobre o Investimento Total	1,7	1,3
Margem Líquida	8,3	7,1
Índices de Rentabilidade e Spread	2005	2004
Margem Financeira	5,8	6,8
Retorno Médio das Operações de Crédito	35,1	31,7
Lucratividade dos Ativos	20,0	17,8
Juros Passivos	14,2	11,0
Índice de Eficiência	2005	2004
IE Operacional	72,4	76,0

- **Análise dos Índices de Rentabilidade**

ROE: refletiu o ganho crescente obtido pelas IF nos exercícios analisados, em decorrência das margens de lucro e do *leverage*, entre outros fatores. Em 2004, o BB (22,2%), a CEF (22,1%) e o Bradesco (20,9%) já apresentaram índice superior a 20,0%, ficando o ABN AMRO Real (7,6%) com o menor índice. Em 2005, apenas o ABN AMRO Real (11,3%) apresentou índice inferior a 20,0%.

ROA: refletiu os resultados das oportunidades de negócios acionadas pelas IF, guardando relação com o ROE e com o *leverage*. Os maiores índices foram apresentados pelo Bradesco (2,1% em 2004 e 3,1% em 2005) e os menores pelo ABN AMRO Real (1,2% em 2004 e 1,4% em 2005), entre outros.

A formulação analítica dos índices ROA do Bradesco e do ABN AMRO Real, em função dos respectivos índices ROE e *leverage*, apresenta a composição seguinte:

Bradesco (2004): {2,1% = 20,9% / 9,86}

Bradesco (2005): {3,1% = 29,2% / 9,33}

ABN AMRO Real (2004): $\{1,2\% = 7,6\% / 6,13\}$

ABN AMRO Real (2005): $\{1,4\% = 11,3\% / 7,9\}$

Margem Líquida: refletiu os resultados da gestão dos ativos e passivos das IF, guardando relação com o ROE e com o giro do capital próprio. Os maiores índices foram apresentados pelo Bradesco (15,5% em 2004 e 20,2% em 2005) e pelo Unibanco (14,6% em 2004 e 14,5% em 2005). Dentre os menores índices acham-se os apresentados pelo ABN AMRO Real (7,7% em 2004 e 8,5% em 2005) e pelo HSBC (7,1% em 2004 e 8,3% em 2005).

A formulação analítica dos índices de Margem Líquida do Bradesco, Unibanco e HSBC, em função dos respectivos índices ROE e giro do capital próprio, apresenta a composição seguinte:

Bradesco (2004): $15,5\% = \{20,9\% / (\text{R\$ } 21.579.867 / \text{R\$ } 16.080.359)\}$

Bradesco (2005): $20,2\% = \{29,2 / (\text{R\$ } 28.029.201 / \text{R\$ } 19.409.274)\}$

Unibanco (2004): $14,6\% = \{16,4\% / (\text{R\$ } 9.654.338 / \text{R\$ } 8.567.636)\}$

Unibanco (2005): $14,5\% = \{20,2 / (\text{R\$ } 12.996.761 / \text{R\$ } 9.323.633)\}$

HSBC (2004): $7,1\% = \{19,0\% / (\text{R\$ } 6.564.744 / \text{R\$ } 2.457.315)\}$

HSBC (2005): $8,3\% = \{23,9 / (\text{R\$ } 9.675.013 / \text{R\$ } 3.371.203)\}$

Margem Financeira: apresentou comportamento variável, ora maior em 2004, ora maior em 2005, como sintetizado nas alíneas seguintes:

a) O BB apresentou *Spread* estável (4,3% em 2004 e 4,2% em 2005), mantendo também estável a Lucratividade dos Ativos (13,0% em 2004 e 13,1% em 2005) e os Juros Passivos (8,7% em 2004 e 8,9% em 2005);

b) O Bradesco apresentou elevação do *Spread* de 4,6% em 2004 para 5,2% em 2005, elevando mais a Lucratividade dos Ativos (13,6% em 2004 e 15,5% em 2005) do que os Juros Passivos (9,0% em 2004 e 10,2% em 2005);

c) O Unibanco apresentou elevação do *Spread* de 4,3% em 2004 para 4,9% em 2005, elevando mais a Lucratividade dos Ativos (13,4% em 2004 e 15,8% em 2005) do que os Juros Passivos (9,1% em 2004 e 10,9% em 2005).

d) O ABN AMRO Real apresentou *Spread* estável (6,0% em 2004 e 2005), elevando a Lucratividade dos Ativos (16,1% em 2004 e 16,8% em 2005) e os Juros Passivos (10,1% em 2004 e 10,8% em 2005) na mesma proporção;

e) O HSBC apresentou redução do *Spread* de 6,8% em 2004 para 5,8% em 2005, elevando menos a Lucratividade dos Ativos (17,8% em 2004 e 20,0% em 2005) do que os Juros Passivos (11,0% em 2004 e 14,2% em 2005).

Retorno Médio das Operações de Crédito: refletiu a taxa média de juros obtida pelas IF nas operações de crédito. As operações de crédito constituem operações ativas realizadas pelas IF a taxas de juros diferenciadas, abrangendo os créditos livres alocados a taxas de juros de mercado e os créditos direcionados aplicados a taxas de juros administradas, entre outras. As IF apresentaram índices variando de 22,3% a 35,1% nos períodos analisados. Os maiores índices foram apresentados pelo HSBC (31,7% em 2004 e 35,1% em 2005) e os menores pelo BB (23,8% em 2004 e 22,9% em 2005) e CEF (23,1% em 2004 e 2005).

Índice de Eficiência Operacional:

As IF apresentaram bons índices de eficiência operacional, menores e melhores em 2005 do que em 2004, em regra. Os melhores índices foram apresentados pelo Unibanco (64,0% em 2004 e 51,5% em 2005) e pelo Bradesco (67,8% em 2004 e 54,5% em 2005).

5.3.4. Análise de Desempenho Econômico

Os indicadores de valor adicionado são apresentados nas tabelas 5.33 a 5.38 seguintes.

Tabela 5.33 Banco do Brasil S.A. EVA e MVA. (R\$ 000).

	2005	2004
Valor Econômico Agregado	1.061.535	954.132
Valor de Mercado Agregado	5.587.027	6.038.809

$$\text{EVA 2005} = (0,253 - 0,190) \times \text{R\$ } 16.849.764 = \text{R\$ } 1.061.535.$$

$$\text{MVA 2005} = \text{R\$ } 1.061.535 / 0,190 = \text{R\$ } 5.587.027.$$

$$\text{EVA 2004} = (0,222 - 0,158) \times \text{R\$ } 14.908.310 = \text{R\$ } 954.132.$$

$$\text{MVA 2004} = \text{R\$ } 954.132 / 0,158 = \text{R\$ } 6.038.809$$

Tabela 5.34 Caixa Econômica Federal. EVA e MVA (R\$ 000).

	2005	2004
Valor Econômico Agregado	620.251	443.696
Valor de Mercado Agregado	3.264.479	2.808.203

$$\text{EVA 2005} = (0,268 - 0,190) \times \text{R\$ } 7.951.942 = \text{R\$ } 620.251.$$

$$\text{MVA 2005} = \text{R\$ } 621.251 / 0,190 = \text{R\$ } 3.264.479.$$

$$\text{EVA 2004} = (0,221 - 0,158) \times \text{R\$ } 7.042.801 = \text{R\$ } 443.696.$$

$$\text{MVA 2004} = \text{R\$ } 443.696 / 0,158 = \text{R\$ } 2.808.203.$$

Tabela 5.35 Banco Bradesco S.A. EVA e MVA. (R\$ 000).

	2005	2004
Valor Econômico Agregado	1.979.746	820.098
Valor de Mercado Agregado	10.419.715	5.190.494

$$\text{EVA 2005} = (0,292 - 0,190) \times \text{R\$ } 19.409.274 = \text{R\$ } 1.979.746.$$

$$\text{MVA 2005} = \text{R\$ } 1.979.746 / 0,190 = \text{R\$ } 10.419.715.$$

$$\text{EVA 2004} = (0,209 - 0,158) \times \text{R\$ } 16.080.359 = \text{R\$ } 820.098.$$

$$\text{MVA 2004} = \text{R\$ } 820.098 / 0,158 = \text{R\$ } 5.190.494.$$

Tabela 5.36 Unibanco S.A. EVA e MVA. (R\$ 000).

	2005	2004
Valor Econômico Agregado	121.207	51.406
Valor de Mercado Agregado	637.932	325.354

EVA 2005 = $(0,203 - 0,190) \times R\$ 9.323.633 = R\$ 121.207$.

MVA 2005 = $R\$ 121.207 / 0,190 = R\$ 637.932$.

EVA 2004 = $(0,164 - 0,158) \times R\$ 8.567.636 = R\$ 51.406$.

MVA 2004 = $R\$ 51.406 / 0,158 = R\$ 325.354$.

Tabela 5.37 Banco ABN AMRO Real S.A. EVA e MVA. (R\$ 000).

	2005	2004
Valor Econômico Agregado	- 667.289	- 737.294
Valor de Mercado Agregado	- 3.512.047	- 4.666.420

EVA 2005 = $(0,113 - 0,190) \times R\$ 8.666.091 = R\$ (667.289)$.

MVA 2005 = $R\$ (667.289) / 0,190 = R\$ (3.512.047)$

EVA 2004 = $(0,076 - 0,158) \times R\$ 8.991.395 = R\$ (737.294)$.

MVA 2004 = $R\$ (737.294) / 0,158 = R\$ (4.666.420)$.

Tabela 5.38 HSBC–Bank Brasil S.A. EVA e MVA. (R\$ 000).

	2005	2004
Valor Econômico Agregado	165.189	78.634
Valor de Mercado Agregado	869.415	497.684

EVA 2005 = $(0,239 - 0,190) \times R\$ 3.371.203 = R\$ 165.189$.

MVA 2005 = $R\$ 165.189 / 0,190 = R\$ 869.415$

EVA 2004 = $(0,190 - 0,158) \times R\$ 2.457.315 = R\$ 78.634$.

MVA 2004 = $R\$ 78.634 / 0,158 = R\$ 497.684$.

Admitidos os custos de oportunidade dos acionistas de 15,8% em 2004 e 19,0% em 2005, os desempenhos das IF foram suficientes para remunerar as expectativas de ganho mínima dos investidores, gerando criação de valor, com exceção do ABN AMRO Real.

Os bancos que geraram maiores valores foram o BB em 2004 (EVA de R\$ 954.132 e ROE de 22,2%) e o Bradesco em 2005 (EVA de R\$ 1.979.746 e ROE de 29,2%).

O ABN AMRO Real destruiu valor nos dois anos analisados (EVA negativo de R\$ 737.294 com ROE de 7,6% em 2004 e EVA negativo de R\$ 667.289 com ROE de 11,3% em 2005). Conforme os demonstrativos analisados, os Resultados de Equivalência Patrimonial (R\$ 11.749 em 2004 e R\$ 62.081 em 2005) não remuneraram os Investimentos (R\$ 5.347.370 em 2004 e R\$ 5.378.308 em 2005) do ABN AMRO Real no Ativo Permanente.

5.4. Resumo do Capítulo

Este capítulo apresentou a verificação empírica. Esta foi aplicada a seis bancos comerciais e múltiplos do SFN, nos exercícios sociais de 2004 e 2005, e compreendeu a análise horizontal e vertical dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados corrigidos, bem como a análise por meio de índices e a análise de indicadores de desempenho econômico. Dentre os índices foram analisados os índices financeiros de solvência e liquidez e de capital e risco e os índices econômicos de rentabilidade. Dentre os indicadores de desempenho foram analisados o valor econômico agregado e apresentados o valor de mercado agregado de cada IF.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho determinou como objetivo central aplicar as técnicas de análise econômico-financeira aos relatórios balanço patrimonial e demonstração de resultados dos bancos comerciais e múltiplos do sistema financeiro nacional, em moeda constante, e examinar a eficácia dessas técnicas pela análise dos resultados obtidos. Para atingir o objetivo geral, surgiram como objetivos específicos as abordagens do sistema de intermediação financeira e da contabilidade de instituições financeiras, bem como da gestão e análise de balanços de instituições financeiras.

A análise econômico-financeira compreendeu as análises horizontal e vertical, as análises de índices financeiros e econômicos e as análises do valor econômico agregado, aplicadas aos demonstrativos contábeis de seis instituições financeiras selecionadas, nos exercícios de 2004 e 2005.

As análises horizontais e verticais aplicadas aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados revelaram-se adequadas, dadas as razões seguintes:

- As análises horizontais contribuíram para identificar a variação temporal dos itens dos relatórios contábeis, principalmente para estabelecer a comparação entre IF;
- As análises verticais identificaram, nos balanços, as estruturas dos recursos aplicados e captados, e nas demonstrações de resultados, as estruturas das receitas e despesas.

As análises verticais se apresentaram, em geral, mais informativas do que as análises horizontais, dadas as razões seguintes:

- As análises verticais evidenciaram, em cada demonstração contábil, a relevância de cada item em relação à base adotada, ao contrário das análises horizontais;

- As análises horizontais apresentaram itens que mudaram de sinal em relação à data base, bem como itens com valor nulo na data-base, os quais influenciaram suas interpretações, sem reflexos nas análises verticais.

Não obstante o longo ciclo dos exercícios sociais, nos quais os balanços patrimoniais espelham situação estática e as demonstrações de resultados retratam situação dinâmica não traduzida por fluxos uniformes, os índices econômico-financeiros aplicados a esses demonstrativos contábeis de IF revelaram-se também adequados, enquanto medidas relativas de grandeza, dadas as razões seguintes:

- Os significados dos índices retrataram interpretações semelhantes às apresentadas nas análises de balanços de empresas industriais e comerciais, onde aplicáveis;
- Os índices permitiram comparações históricas em cada IF, com base na observação de seus comportamentos temporais;
- Os índices de uma IF puderam ser comparados com os índices de outras IF em cada período.

Apesar da grandeza relativa adequada oferecida pelos índices econômico-financeiros, algumas restrições qualitativas caracterizam alguns índices, dentre as quais destacamos as seguintes:

- O índice de liquidez imediata das IF adiciona às Disponibilidades, no numerador, as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, as quais compreendem as Aplicações em Operações Compromissadas e as Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, entre outras, mas não adiciona aos Depósitos à Vista, no denominador, as captações através de Depósitos Interfinanceiros e as Obrigações por Operações Compromissadas, entre outras;
- O índice empréstimos/depósitos das IF relaciona as Operações de Crédito aos Depósitos totais, mas as operações de crédito, constituídas por empréstimos, financiamentos e repasses são também financiadas por recursos de outras origens

como os Recursos de Aceites e as Obrigações por Empréstimos e Repasses, entre outras, além de sofrerem a influência da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;

- O índice de liquidez corrente das IF, a exemplo do que ocorre quando aplicado a outros segmentos empresariais, relaciona o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, mas não fornece detalhes sobre a qualidade e a maturidade dos direitos e obrigações circulantes;
- Os indicadores de análise do capital não avaliam o risco dos ativos das IF;
- O índice de sensibilidade dos juros não distingue as taxas de juros prefixadas das pós-fixadas aplicadas aos ativos e passivos;
- O retorno médio das operações de crédito das IF relaciona as Rendas de Operações de Crédito às Operações de Crédito, mas o índice pode traduzir informação pouco relevante, dado que as operações de crédito compreendem as operações conduzidas a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas, bem como a taxas de juros livres e administradas, indistintamente;
- O índice de eficiência operacional das IF relaciona as Despesas Operacionais às Receitas de Intermediação Financeira, mas a composição dessas variáveis não segue um padrão uniforme entre as IF.

De um modo geral, os indicadores de análise do capital e os índices de rentabilidade denotaram-se mais eficazes do que os índices de liquidez e solvência.

Os indicadores de valor econômico agregado aplicado aos balanços patrimoniais e às demonstrações de resultados revelaram-se também adequados, considerados os custos de capital assumidos.

Coloca-se como sugestão para estudos posteriores a aplicação das técnicas de análise econômico-financeira a demonstrativos contábeis analíticos de IF, na tentativa de obter

resultados mais adequados do que os produzidos pela aplicação dessas técnicas aos demonstrativos sintéticos de publicação. A aplicação sugerida é possível, dentre outras possibilidades, pela pesquisa experimental direcionada a estudos de casos específicos ou a pequenas amostras de IF, possibilitando, inclusive, a criação e divulgação de indicadores de análise de balanços, outros que não os tradicionalmente encontrados na literatura contábil-financeira. Outra sugestão colocada é o estudo da avaliação do risco dos ativos das IF, não cobertos pelos indicadores de análise do capital.

BIBLIOGRAFIA

ANDREZO, Andréa F; LIMA, Iran S. *Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado financeiro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRIGHAM, Eugene F; HOUSTON, Joel F. *Fundamentos da moderna administração financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CFC – IBRACON: *Sumário da comparação das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade*. Edição 2006.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger; *Pesquisa em administração*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSIF: *Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional*. Banco Central do Brasil. 2005.

EPSTEIN, Barry J; NACH, Ralph; BRAGG, Steven M. *GAAP 2006: interpretation and application of generally accepted accounting principles*. New Jersey: Wiley, 2006.

_____; MIRZA, Abbas A. *IFRS 2006: interpretation and application of international financial reporting standards*. New Jersey: Wiley, 2006.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços*. 16. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.

_____. *Princípios de Administração Financeira*. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GREMAUD, Amaury P; VASCONCELOS, Marco Antonio S; TONETO JUNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GRINBLATT, Mark; TITMAN, Sheridan. *Mercados financeiros & estratégia corporativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IUDICIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Teoria da Contabilidade*. 6.ed.São Paulo: Atlas 2000.

_____. (Org). *Contabilidade Introdutória*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JORION, Philippe. *Value at risk: a nova fonte de referência para gestão do risco financeiro*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuros, 2003.

KIDWELL, David S; PETERSON, Richard L; BLACKWELL, David W. *Financial institutions, markets and money*. 5. ed. Orlando: The Dryden Press, 1993.

KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional: teoria e política*. 5.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LEITE, Hélio de P. *Introdução à Administração Financeira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, Gilberto de A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antonio CA. *Introdução à Administração*. 5.ed. ver e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

MISHKIN, Frederic S. *Moeda, bancos e mercados financeiros*. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2000.

NIYAMA, Jorge K. *Contabilidade Internacional*. São Paulo: Atlas, 2005.

_____ ; GOMES, Amaro L.O. *Contabilidade de instituições financeiras*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PINHO, Diva B (Org); VASCONCELLOS, Marco A S (Org). *Manual de economia: equipe de professores da USP*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REED, Edward W; GILL, Edward K. *Bancos comerciais e múltiplos*. São Paulo: Makron Books, 1994.

RICHARDSON, Roberto J (Org); PERES, José A S; Wanderley José C V; Correia, Lindoya M; Peres, Maria H M. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBERTS, Richard. *Por dentro das finanças Internacionais: guia prático dos mercados e instituições financeiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SAMUELSON, Paul A; NORDHAUS, William D. *Economia*. 14. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1993.

SAUNDERS, Anthony. *Administração de instituições financeiras*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SECURATO, José R (Org.); SILVA, ANDERSON C D; ODA, André L; OLIVEIRA, Edson F; MALUF FILHO, J A; FUENTES, Junio; PERERA, Luiz C J; FRALETTI, Paulo B; ROCHA, Ricardo H. *Cálculo financeiro das tesourarias: bancos e empresas*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Saint Paul Institute of Finance, 2.003.

SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, José P. *Análise financeira das empresas*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, Sylvia C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo; Atlas, 2006.

WESTON, J. Fred e BRIGHAM, Eugene F. *Essentials of Managerial Finance*. 10. ed. Orlando: The Dryden Press, 1993.

Referências Regulamentares

BRASIL. Lei n. 6.404. 1974.

_____. Lei n. 6.385, de 1976.

_____. Lei n. 6.099, de 1974.

_____. Lei n. 4.728, de 1965.

_____. Lei n. 4.595, de 1964.

_____. Lei n. 4.380, de 1964.

_____. Lei n. 4.357, de 1964.

_____. Decreto n. 91.152, de 1985.

_____. Medida Provisória n. 1.334, de 1996.

_____. Medida Provisória n. 1.182, de 1995.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução n. 3.265, de 2005.

_____. Resolução n. 3.229, de 2004.

_____. Resolução n. 3.224, de 2003.

_____. Resolução n. 3.220, de 2004.

_____. Resolução n. 3.212, de 2004.

_____. Resolução n. 2.891, de 2001.

_____. Resolução n. 2.874, de 2001.

_____. Resolução n. 2.844, de 2001.

_____. Resolução n. 2.837, de 2001.

_____. Resolução n. 2.828, de 2001.

_____. Resolução n. 2.804, de 2000.

_____. Resolução n. 2.802, de 2000.
_____. Resolução n. 2.788, de 2000.
_____. Resolução n. 2.692, de 2000.
_____. Resolução n. 2.682, de 2000.
_____. Resolução n. 2.606, de 1999.
_____. Resolução n. 2.399, de 1997.
_____. Resolução n. 2.302, de 1996.
_____. Resolução n. 2.193, de 1995.
_____. Resolução n. 2.122, de 1994.
_____. Resolução n. 2.099, de 1994.
_____. Resolução n. 1.690, de 1990.
_____. Resolução n. 1.552, de 1989.
_____. Resolução n. 1.524, de 1988.
_____. Resolução n. 0351, de 1975.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular n. 3.333, de 2006.

_____. Circular n. 3.297, de 2005.
_____. Circular n. 3.280, de 2005.
_____. Circular n. 3.270, de 2004.
_____. Circular n. 3.262, de 2004.
_____. Circular n. 3.217, de 2003.
_____. Circular n. 3.213, de 2003.
_____. Circular n. 3.210, de 2003.
_____. Circular n. 3.199, de 2003.
_____. Circular n. 3.194, de 2003.
_____. Circular n. 3.169, de 2002.
_____. Circular n. 3.157, de 2002.
_____. Circular n. 3.156, de 2002.
_____. Circular n. 3.144, de 2002.
_____. Circular n. 3.140, de 2002.
_____. Circular n. 3.127, de 2002.
_____. Circular n. 3.093, de 2002.
_____. Circular n. 3.091, de 2002.
_____. Circular n. 3.082, de 2002.
_____. Circular n. 3.068, de 2001.

- _____ . Circular n. 3.054, de 2001.
- _____ . Circular n. 2.972, de 2000.
- _____ . Circular n. 2.916, de 1999.
- _____ . Circular n. 2.894, de 1999.
- _____ . Circular n. 2.784, de 1997.
- _____ . Circular n. 2.771, de 1997.
- _____ . Circular n. 2.770, de 1997.
- _____ . Circular n. 2.698, de 1996.
- _____ . Circular n. 2.568, de 1995.
- _____ . Circular n. 1.273, de 1987.
- _____ . Carta-Circular n. 2.866, de 1999.

ANEXOS

Anexo 1: Descrição do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados

A 1.1: Balanço Patrimonial

Grupo: Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

O grupo Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo compreende os seguintes subgrupos: (i) Disponibilidades; (ii) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez; (iii) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos; (iv) Relações Interfinanceiras; (v) Relações Interdependências; (vi) Operações de Crédito; (vii) Operações de Arrendamento Mercantil; (viii) Outros Créditos; (ix) Outros Valores e Bens.

Subgrupo: Disponibilidades

O subgrupo Disponibilidades inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Caixa; (b) Reservas Livres; (c) Aplicações em Ouro; (d) Disponibilidades em Moedas Estrangeiras.

Caixa: registra a moeda corrente nacional em espécie.

Reservas livres¹⁸: registram a parcela do saldo da reserva compulsória em espécie que exceder à exigibilidade relativa ao recolhimento compulsório no último dia do mês.

Aplicações em ouro: registram o valor do saldo de ouro adquirido no mercado físico.

Disponibilidades em moedas estrangeiras: registram os depósitos em bancos no exterior e os haveres em espécie, em moedas estrangeiras, pertencentes aos bancos autorizados a operar em câmbio.

¹⁸As reservas em espécie sujeitas a recolhimento compulsório ou a encaixe obrigatório são registradas no subgrupo “Relações Interfinanceiras”, desdobramento de subgrupo “Créditos Vinculados”. COSIF (cap.1, sec.3).

Subgrupo: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

O subgrupo Aplicações Interfinanceiras de Liquidez inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Aplicações em Operações Compromissadas; (b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros; (c) Aplicações Voluntárias no Bacen; (d) Aplicações em Moedas Estrangeiras.

Aplicações em operações compromissadas: registram compras de títulos com compromisso de revenda lastreadas em títulos do vendedor ou de terceiros e os compromissos de revenda de títulos negociados em operações compromissadas com acordo de livre negociação, cujos títulos recebidos como lastro tenham sido vendidos em definitivo, bem como as contratadas e liquidadas por intermédio de câmara ou prestador de serviços de liquidação e de compensação sob a modalidade genérica.

Aplicações em depósitos interfinanceiros: registram as aplicações efetuadas em outras instituições do mercado e a provisão para perdas da espécie.

Aplicações voluntárias no Bacen: registram os depósitos voluntários no Bacen correspondentes a recursos não aplicados no SFH.

Aplicações em moedas estrangeiras: registram as aplicações em moedas estrangeiras no exterior.

Subgrupo: Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

O subgrupo Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Livres; (b) Vinculados a Operações Compromissadas; (c) Instrumentos Financeiros Derivativos; (d) Vinculados ao Bacen; (e) Vinculados a Aquisições de Empresas Estatais; (f) Vinculados a Prestação de Garantias; (g) Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação.

Livres ou carteira própria: registram as seguintes aplicações, entre outras: títulos de renda fixa para negociação; cotas de fundos de investimento; títulos de renda variável; títulos de desenvolvimento econômico, commodities, TVM no exterior.

Vinculados a operações compromissadas: registram os títulos de renda fixa da instituição entregues como lastro nas operações de venda com compromisso de recompra.

Instrumentos financeiros derivativos: registram os seguintes eventos, entre outros: os diferenciais a receber das operações de *swap* avaliados pelo valor de mercado; o preço a vista do bem objeto do contrato de compra a termo para a carteira própria e os valores a receber de contratos de venda a termo de ações e outros ativos financeiros e mercadorias avaliados pelo valor de mercado; os ajustes diários negativos das operações com ações, outros ativos financeiros e mercadorias realizadas nos mercados futuros; os prêmios pagos pelas aquisições de opções de compra e de venda de ações e outros ativos financeiros e mercadorias até o vencimento ou a liquidação da operação, avaliados pelo valor de mercado; os derivativos de crédito – ativo.

Vinculados ao Bacen: registram, entre outros: os títulos recolhidos ao Bacen pelas parcelas recebidas em dinheiro para a integralização do capital social subscrito; os recolhimentos compulsórios à ordem do Bacen realizados mediante vinculação de títulos; os títulos entregues ao Bacen em garantia de assistência financeira.

Vinculados a aquisição de ações de empresas estatais: registram nas IF os valores não securitizados, aceitos como moedas de privatização pelo Tesouro.

Vinculados a prestação de garantias: registram os títulos dados em garantia de operações em bolsa e em câmaras de liquidação e compensação.

Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação: registram os TVM dados como lastro em operações compromissadas de livre movimentação.

Subgrupo: Relações Interfinanceiras

O subgrupo Relações Interfinanceiras inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Direitos junto a Participantes do Sistema de Liquidação; (b) Créditos Vinculados; (c) Repasses Interfinanceiros; (d) Relações com Correspondentes.

Direitos junto a participantes do sistema de liquidação registram, entre outros: os cheques e papéis a serem devolvidos a participantes de sistemas de liquidação; os cheques e papéis que não alcançaram a sessão de troca ou não foram enviados a participantes de sistemas de liquidação; os cheques e papéis remetidos a participantes de sistemas de liquidação; os recebimentos enviados por participantes de sistemas de liquidação.

Créditos vinculados registram, entre outros: os depósitos constituídos no Bacen, compulsórios ou vinculados a operações, tais como os depósitos em dinheiro para integralização de capital subscrito e pendente de liberação pelo Bacen, o recolhimento de recursos do crédito rural, as reservas compulsórias em espécie; os recolhimentos obrigatórios; a provisão para perdas em créditos vinculados.

Repasses interfinanceiros registram os repasses do banco às outras instituições, tais como os repasses de recursos do crédito rural e os repasses de recursos externos e a provisão para perdas em repasses interfinanceiros por liquidação duvidosa.

Relações com correspondentes registram os fluxos de recursos das operações conduzidas com correspondentes no país e no exterior, em moeda nacional.

Subgrupo: Relações Interdependências

O subgrupo Relações Interdependências inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Recursos em Trânsito de Terceiros e (b) Transferências Internas de Recursos.

Recursos em trânsito de terceiros: registram, entre outros: os débitos e créditos entre dependências pela cobrança de títulos de terceiros; as ordens de pagamento emitidas sobre praças no país; os pagamentos por conta de sociedades ligadas ou de terceiros, em trânsito pelas dependências no País; os recebimentos efetuados por conta de sociedades ligadas ou de terceiros, não caracterizados como cobrança ou ordem de pagamento.

Transferências internas de recursos: registram, entre outros: os cheques e outros papéis recebidos de congêneres ou correspondentes; os débitos e créditos entre dependências pela cobrança de títulos por conta própria; os débitos e créditos por transações realizadas entre dependências; a transferência de recursos entre dependências da instituição sob a forma de numerário; o suprimento de recursos entre dependências que não numerário.

Subgrupo: Operações de Crédito

O subgrupo Operações de Crédito inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Empréstimos e Títulos Descontados; (b) Financiamentos; (c) Financiamentos Rurais e Agroindustriais; (d) Financiamentos Imobiliários; (e) Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários; (f) Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento e (g) Provisão para Operações de Crédito.

Empréstimos e Títulos Descontados: registram as operações realizadas sob a modalidade de empréstimo, adiantamentos a depositantes e desconto de títulos.

Financiamentos: registram, entre outros, os financiamentos em moeda nacional a agentes financeiros e à produção para exportação e os financiamentos em moeda estrangeira à importação e a bancos no exterior.

Financiamentos rurais e agroindustriais: registram os financiamentos concedidos ao crédito rural, com recursos livres, obrigatórios ou de repasses e refinanciamentos e os financiamentos realizados sob a modalidade de financiamento agroindustrial.

Financiamentos Imobiliários: registram as operações de crédito destinadas à construção, reforma, ampliação e aquisição de unidades industriais e comerciais e habitacionais.

Financiamentos de TVM: registram as operações realizadas sob as modalidades de empréstimos de ações e de financiamentos para aquisição de ações.

Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento: registram as operações realizadas em condições especiais, para entidades governamentais e privadas, com recursos próprios ou de terceiros (sistema financeiro da habitação ou instituições internacionais).

Provisão para operações de crédito: registra os valores provisionados pela classificação das operações de empréstimo e títulos descontados, financiamentos, financiamentos rurais e agroindustriais, financiamentos imobiliários, financiamentos de TVM e financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento.

Subgrupo: Operações de Arrendamento Mercantil

O subgrupo Operações de Arrendamento Mercantil inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Arrendamentos Financeiros a Receber; (b) Arrendamentos Operacionais a Receber; (c) Subarrendamentos a Receber; (d) Valores Residuais a Realizar; (e) Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos financeiros a receber: registram as operações realizadas sob a modalidade de arrendamento mercantil financeiro com recursos externos e internos, as operações de arrendamento mercantil especial e os adiantamentos concedidos a fornecedores com recursos internos e externos para fabricação de bens especificados pelos arrendatários e respectivas rendas a apropriar e comissões de compromisso.

Arrendamentos operacionais a receber: registram as operações realizadas sob a forma de arrendamento mercantil operacional com recursos externos e internos e respectivas rendas a apropriar.

Subarrendamentos a receber: registram as operações realizadas sob a modalidade de subarrendamento mercantil e os valores relativos a adiantamentos efetuados a fornecedores com recursos internos e externos para fabricação de bens especificados pelos subarrendatários e as respectivas rendas a apropriar e comissões de compromisso.

Valores residuais a receber: registram o valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil.

Provisões para operações de arrendamento mercantil: registram os valores provisionados em decorrência da classificação das operações de arrendamento mercantil financeiro, arrendamento mercantil financeiro especial, arrendamento mercantil operacional e subarrendamento.

Subgrupo: Outros Créditos

O subgrupo Outros Créditos inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Avais e Fianças Honrados; (b) Câmbio; (c) Rendas a Receber; (d) Negociação e Intermediação de Valores; (e) Créditos Específicos; (f) Operações Especiais; (g) Valores Específicos; (h) Diversos; (i) Provisão para Outros Créditos.

Avais e fianças honrados: registram os créditos honrados decorrentes de avais e fianças e outras obrigações.

Câmbio: registra, entre outras: as compras de moedas estrangeiras a liquidar; os valores em moedas estrangeiras recebidos antes da entrega da moeda nacional nas compras de câmbio interbancárias; as cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras; os direitos em moeda nacional pelas operações de venda de câmbio a liquidar; os valores em moeda nacional recebidos antes da entrega da moeda estrangeira nas vendas de câmbio; rendas de realização futura sobre adiantamentos concedidos em moeda nacional ou estrangeira e sobre financiamentos concedidos a importadores com câmbio contratado; as despesas por adiantamentos recebidos em moeda nacional ou estrangeira.

Rendas a receber: registram as rendas a receber de comissões sobre avais, fianças e outras obrigações e os dividendos e bonificações em dinheiro por investimentos ou aplicações em títulos de renda variável.

Negociação e intermediação de valores: registra, entre outros: os valores em espécie depositados nas bolsas para garantia de operações próprias; os valores referentes a operações realizadas nas bolsas por conta própria e de terceiros; os saldos devedores de clientes face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço; o principal e rendimentos dos valores entregues aos sistemas de liquidação para formação do fundo, até o limite individual do membro de compensação; os valores de operações realizadas com mercadorias e ativos financeiros nas bolsas de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros, bem como as correspondentes liquidações.

Créditos específicos¹⁹: registra, entre outras: as diferenças de prêmios pagos a maior a revendedores lotéricos e bilhetes entregues em consignação; os adiantamentos concedidos por conta do PIS/ PASEP.

Operações especiais²⁰: registram, entre outros: os empréstimos concedidos para honrar compromissos externos; os empréstimos deferidos em condições

¹⁹ Operações típicas da CEF.

²⁰ Operações típicas do BB.

especiais, com recursos do Governo Federal; os adiantamentos feitos por conta Governo Federal para formação de estoques reguladores e subsídios de preços; os desembolsos efetuados para execução de serviços e programas de interesse do Governo.

Valores específicos²¹: registram os valores pagos às entidades contratadas para a elaboração de concurso público e operações atinentes às aplicações especiais efetuadas pelo extinto BNH no BNDES.

Diversos: registram, entre outros: os adiantamentos ao FGC, funcionários, diretores, prepostos ou terceiros; os cheques e outros papéis pendentes de recebimento; as aquisições de direitos de crédito de exportação de titularidade de exportadores brasileiros; os impostos e contribuições a recolher, devidos pela instituição ou retidos na fonte; as participações mensais e semestrais pagas antecipadamente por conta do resultado do exercício.

Provisões para outros créditos: registram os valores que se destinem a amparar eventuais perdas em outros créditos de liquidação duvidosa.

Subgrupo: Outros Valores e Bens

O subgrupo Outros Valores e Bens incluem os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Investimentos Temporários; (b) Outros Valores e Bens; (c) Despesas Antecipadas.

Investimentos temporários: registram as participações societárias de caráter transitório e minoritário em empresas de interesse sócio-econômico da região e a provisão para perdas em participações societárias.

Outros valores e bens: registram, entre outros: os bens de propriedade da instituição não utilizados no desempenho da atividade social; as aquisições de mercadorias no mercado físico (exceto ouro) em bolsas de mercadorias e de futuros; o material para estoque; a provisão para eventuais desvalorizações.

²¹ Operações típicas da CEF.

Despesas antecipadas: registram a aplicação de recursos em pagamentos antecipados que devem gerar benefícios ou prestação de serviços futuros à instituição.

Grupo: Ativo Permanente

O grupo Ativo Permanente compreende os seguintes subgrupos: (i) Investimentos; (ii) Imobilizado de Uso; (iii) Imobilizado de Arrendamento; (iv) Diferido.

Subgrupo: Investimentos

O subgrupo Investimentos inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Investimentos no Exterior; (b) Participações em Coligadas e Controladas no País; (c) Investimentos por Incentivos Fiscais; (d) Títulos Patrimoniais; (e) Ações e Cotas; (f) Outros Investimentos.

Investimentos no Exterior: registram, entre outros: o capital remetido a dependências no exterior e os ajustes de equivalência patrimonial; as participações permanentes no capital social de sociedades no exterior, sujeitas ou não à equivalência patrimonial; a provisão para perdas de caráter permanente em participações e em agências no exterior.

Participações em coligadas e controladas no País: registram as participações de caráter permanente no capital social de sociedades coligadas e controladas nacionais e provisão para perdas permanentes em participações societárias em coligadas e controladas.

Investimentos por incentivos fiscais: registram as aplicações permanentes de recursos em investimentos incentivados representados por certificados de investimento e participações de capital oriundas de incentivos fiscais e provisão para perdas permanentes em investimentos por incentivos fiscais.

Títulos patrimoniais: registram, entre outros: os títulos patrimoniais de bolsas e cotas patrimoniais da CETIP; os ágios pagos na aquisição de títulos patrimoniais; a provisão para perdas permanentes em investimentos em títulos patrimoniais.

Ações e cotas: registram as ações e cotas de propriedade da instituição e a provisão para perdas permanentes em investimentos em ações e cotas.

Outros investimentos: registram outros investimentos permanentes e a provisão para perdas permanentes em investimentos da espécie.

Subgrupo: Imobilizado de Uso

O subgrupo Imobilizado de Uso inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Móveis e Equipamentos em Estoque; (b) Imobilizações em Curso; (c) Imóveis de Uso; (d) Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso; (e) Outros.

Móveis e equipamentos em estoque: registram o valor dos móveis e equipamentos de uso mantidos em estoque e conceituados como bens de consumo durável.

Imobilizações em curso: registram os valores transferidos, pagos ou devidos que se destinem à aquisição, para utilização futura, de bens em fase de construção, fabricação, instalação ou processo de encomenda ou importação.

Imóveis de uso: registram os terrenos e as edificações próprias em uso e as depreciações acumuladas dos imóveis de uso.

Instalações, móveis e equipamentos de uso: registram os gastos efetuados em imóveis de uso próprio; os bens móveis utilizados na exploração da atividade social, que não se consomem ao primeiro uso; as depreciações acumuladas de instalações e móveis e equipamentos de uso em uso na exploração da atividade social.

Outros: registram os equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, transporte e as respectivas depreciações acumuladas.

Subgrupo: Imobilizado de Arrendamento

O subgrupo Imobilizado de Arrendamento inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Bens Arrendados – Arrendamento Financeiro e (b) Bens Arrendados – Arrendamento Operacional.

Bens arrendados – arrendamento financeiro: registram, entre outros: o custo de aquisição dos bens objeto de contratos de arrendamento mercantil financeiro e superveniências e insuficiências dos contratos em andamento; as depreciações acumuladas dos bens de arrendamento financeiro de propriedade da sociedade arrendados a terceiros.

Bens arrendados – arrendamento operacional: registram, entre outros: o custo de aquisição dos bens objeto de contratos de arrendamento mercantil operacional e valores provisionados contra perdas na realização de bens de arrendamento mercantil operacional; as depreciações acumuladas dos bens de arrendamento operacional de propriedade da sociedade arrendados a terceiros.

Subgrupo: Diferido

O subgrupo Diferido inclui o seguinte desdobramento de subgrupo: (a) Gastos de Organização e Expansão.

Gastos de organização e expansão: registram, entre outros: os ágios de incorporação; os gastos com benfeitorias em imóveis alugados de terceiros; os descontos concedidos nas transferências e liquidações antecipadas de contratos de financiamentos habitacionais; os gastos com aquisição de direitos ao exercício de atividades financeiras; os certificados por cartas patentes ou outros títulos; os gastos efetuados com benfeitorias em imóveis próprios não registráveis no imobilizado de uso; o prejuízo apurado na venda do valor residual de bens arrendados; os gastos com reorganização administrativa e

reestruturação e modernização de sistemas operacionais; as amortizações acumuladas do diferido.

Grupo: Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

O grupo Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo compreende os seguintes subgrupos: (i) Depósitos; (ii) Obrigações por Operações Compromissadas; (iii) Recursos de Aceites Cambiais; Letras Imobiliárias e Hipotecárias; Debêntures e Similares; (iv) Relações Interfinanceiras; (v) Relações Interdependências; (vi) Obrigações por Empréstimos e Repasses; (vii) Instrumentos Financeiros Derivativos; (viii) Outras Obrigações.

Subgrupo: Depósitos

O subgrupo Depósitos inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Depósitos à Vista; (b) Depósitos de Poupança; (c) Depósitos Interfinanceiros; (d) Depósitos sob Aviso; (e) Depósitos a Prazo; (f) Obrigações por Depósitos Especiais e de Fundos e Programas; (g) Depósitos em Moedas Estrangeiras; (h) Outros Depósitos.

Depósitos à vista: registram, entre outros: os depósitos de livre movimentação, de titularidade de pessoas físicas ou jurídicas ligadas ou não; os cheques marcados e cheques salário; os depósitos de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no exterior; os depósitos do Tesouro; os depósitos obrigatórios; os depósitos vinculados; os saldos credores em contas de empréstimos e financiamentos.

Depósitos de poupança: registram os depósitos de poupança de livre movimentação de pessoas físicas ou jurídicas, de instituições financeiras não contribuintes do FGC, poupança programada, etc.

Depósitos interfinanceiros: registram os recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado.

Depósitos sob aviso: registram os depósitos de movimentação sujeita a aviso prévio, em moeda nacional ou estrangeira.

Depósitos a prazo: registram os depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado de depósito bancário, os depósitos em moedas estrangeiras efetuados no País, sujeitos a condições definidas de prazo e rendimentos, etc.

Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas: registram os depósitos onerosos de movimentação condicionada a contratos de aplicação ou à legislação pertinente, os depósitos extrajudiciais de pagamentos por consignação, os de fundos e programas com ou sem remuneração, etc.

Depósitos em moedas estrangeiras no País: registram a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no País em nome de embaixadas, delegações estrangeiras e organismos internacionais, empresas de transporte internacional, entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

Outros depósitos: registram os valores dos depósitos para investimento isentos de cobrança da CPMF.

Subgrupo: Obrigações por Operações Compromissadas

O subgrupo Obrigações por Operações Compromissadas inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Carteira Própria; (b) Carteira de Terceiros; (c) Carteira de Livre Movimentação.

Carteira própria: registra os compromissos de recompras com lastro em títulos próprios.

Carteira de terceiros: registra os compromissos de recompra com lastro em títulos de terceiros.

Carteira de livre movimentação: registra, entre outros: os compromissos de recompras realizados com acordo de livre movimentação; os compromissos de recompras em operações compromissadas com cláusula de livre

movimentação, contratadas e liquidadas por intermédio de câmara ou prestador de serviços de liquidação e de compensação sob a modalidade genérica; as obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação quando da venda definitiva desses títulos, avaliadas pelo valor de mercado dos títulos.

Subgrupo: Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.

O subgrupo Recursos de Aceites e Emissão de Títulos inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Recursos de Aceites Cambiais; (b) Recursos de Letras Imobiliárias; (c) Recursos de Letras Hipotecárias; (d) Recursos de Debêntures; (e) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e (f) Recursos de Letras de Crédito Imobiliário.

Recursos de aceites cambiais: registram as obrigações da instituição representadas por aceites de letras de câmbio emitidas, colocadas e a colocar no mercado.

Recursos de letras imobiliárias: registram as obrigações por letras imobiliárias emitidas pela instituição, colocadas e a colocar no mercado.

Recursos de letras hipotecárias: registram as obrigações por letras hipotecárias emitidas pela instituição, colocadas e a colocar no mercado e por letras hipotecárias de emissão especial da CEF para pagamento de débitos junto ao FCVS.

Recursos de debêntures: registram as obrigações por debêntures emitidas pela instituição, colocadas e a colocar no mercado e por cédulas pignoratícias de debêntures.

Obrigações por TVM no exterior: registram as obrigações por TVM emitidos pela instituição e colocados no mercado externo.

Recursos de letras de crédito imobiliário: registram as obrigações por letras de crédito imobiliário emitidas pela instituição, colocadas e a colocar no mercado.

Subgrupo: Relações Interfinanceiras

O subgrupo Relações Interfinanceiras inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Obrigações junto a Participantes de Sistema de Liquidação; (b) Obrigações Vinculadas; (c) Repasses Interfinanceiros; (d) Relações com Correspondentes.

Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação: registram entre outros: os cheques e outros papéis girados contra a instituição, apresentados por participantes de sistemas de liquidação; os recebimentos não acolhidos e que serão devolvidos ao sistema de liquidação; os recebimentos remetidos aos sistemas de liquidação pela centralizadora; devoluções, por participantes de sistemas de liquidação, de recebimentos anteriormente remetidos.

Obrigações vinculadas: registram as obrigações por operações realizadas com o Bacen a título de compra com compromisso de revenda envolvendo títulos públicos federais e outros ativos e redesconto.

Repasses Interfinanceiros: registram as obrigações por recursos obtidos junto a instituições financeiras para repasse.

Relações com correspondentes: registram os valores relacionados com correspondentes no País e os decorrentes de transações conduzidas em moeda nacional com instituições financeiras, dependências, matriz e congêneres no exterior.

Subgrupo: Relações Interdependências

O subgrupo Relações Interdependências inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Recursos em Trânsito de Terceiros e (b) Transferências Internas de Recursos.

Recursos em trânsito de terceiros: registram, entre outros: a movimentação entre dependências, resultante da cobrança de títulos de terceiros; as ordens de pagamento emitidas sobre praças no País; os pagamentos por conta de sociedades ligadas ou de terceiros, em trânsito pelas dependências; os recebimentos efetuados por conta de sociedades ligadas ou de terceiros, não caracterizados como cobrança ou ordem de pagamento; as ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

Transferências internas de recursos: registram, entre outros: os cheques e outros papéis recebidos de congêneres ou correspondentes; os débitos e créditos entre dependências por cobrança de títulos próprios por conta própria ou transações; a transferência de numerário e suprimento de recursos que não numerário entre dependências.

Subgrupo: Obrigações por Empréstimos e Repasses

O subgrupo Obrigações por Empréstimos e Repasses inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Empréstimos no País – Instituições Oficiais; (b) Empréstimos no País – Outras Instituições; (c) Empréstimos no Exterior; (d) Repasses do País – Instituições Oficiais e (e) Repasses do Exterior.

Empréstimos no país – instituições oficiais: registram, entre outros: as obrigações por assistência financeira junto ao Bacen; as obrigações por refinanciamentos de operações; obrigações por empréstimos junto ao SFH; as obrigações em moedas estrangeiras pela utilização de linhas de crédito concedidas pelo Bacen; os saldos credores apresentados em reservas compulsórias em espécie no Bacen.

Empréstimos no país – outras instituições: registram as obrigações por recursos obtidos junto a outras instituições no País e as obrigações por recursos obtidos através de refinanciamentos de operações de arrendamento.

Empréstimos no exterior: registram, entre outros: as obrigações em moedas estrangeiras pela utilização de linhas de crédito junto a instituições financeiras do exterior; as cartas de crédito de importação e descobertos em conta corrente no exterior; os empréstimos contraídos no exterior; as obrigações por contratos de arrendamento efetivados com empresas no exterior, cujos bens sejam objeto de subarrendamento.

Repasses do país – instituições oficiais: registram as obrigações assumidas por recursos obtidos junto ao Tesouro, BB, BNDES, CEF, FINAME e outras instituições oficiais, para fins de repasse.

Repasses do exterior: registram as obrigações por recursos obtidos pela instituição, em moeda estrangeira, para repasses a mutuários no País.

Subgrupo: Instrumentos Financeiros Derivativos

O subgrupo Instrumentos Financeiros Derivativos inclui o seguinte desdobramento de subgrupo: (a) Instrumentos Financeiros Derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos: registram, entre outros: os valores a pagar por despesas incorridas, decorrentes de operações de *swap*, avaliados pelo valor de mercado; o valor dos contratos de compra a termo, realizados por conta própria, de ações, outros ativos financeiros e mercadorias, pendentes de pagamento, avaliados pelo valor de mercado; o valor do preço à vista do bem objeto do contrato de venda a termo, a descoberto e por conta própria, de ações, outros ativos financeiros e mercadorias, avaliado pelo valor de mercado; o valor dos ajustes diários positivos de operações com ações, outros ativos financeiros e mercadorias, realizadas no mercado futuro; o valor dos prêmios recebidos no lançamento de opções de compra e de venda de ações, ativos

financeiros e mercadorias, até o vencimento ou liquidação da operação, avaliados pelo valor de mercado; os derivativos de crédito – passivo.

Subgrupo: Outras Obrigações

O subgrupo Outras Obrigações inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados; (b) Câmbio; (c) Sociais e Estatutárias; (d) Fiscais e Previdenciárias; (e) Negociação e Intermediação de Valores; (f) Recursos para Destinação Específica; (g) Operações Especiais; (h) Obrigações Diversas; (i) Diversas.

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados: registram, entre outros: o IOF a recolher; o adicional e as multas sobre financiamentos amparados pelo PROAGRO; os recebimentos de contribuição sindical, contribuições previdenciárias, tributos estaduais e municipais, tributos federais e a movimentação de valores ligados ao FGTS.

Câmbio: registra, entre outros: as vendas de moedas estrangeiras a liquidar; o adiantamento em moeda estrangeira desembolsada em operações de câmbio de venda interbancárias; a importação financiada – câmbio contratado; as obrigações em moeda nacional por operações de câmbio de compra a liquidar; os adiantamentos concedidos em moeda nacional sobre contratos de câmbio de compra; os encargos exigíveis em períodos seguintes relativos a adiantamentos recebidos em moeda nacional ou estrangeira; as rendas de adiantamentos concedidos em moeda nacional e estrangeira a serem apropriadas pelo regime de competência.

Sociais e estatutárias: registram, entre outros: os lucros a distribuir aos acionistas sob a forma de dividendos ou bonificações em dinheiro; a provisão para despesas com participações e gratificações; as gratificações e participações a pagar; os impostos e participações devidos pelos bancos estrangeiros sediados no País à matriz no exterior; os depósitos para garantia do patrimônio líquido exigido.

Fiscais e previdenciárias: registram, entre outros: o IR e contribuição social a pagar; a provisão para fazer face às despesas com IR e contribuição social; os impostos e contribuições a recolher; outros impostos e taxas e contribuições à Previdência Social e outras contribuições e encargos; a provisão para impostos e contribuições a pagar em períodos futuros.

Negociação e intermediação de valores: registram, entre outros: as obrigações pela aquisição e subscrição de títulos de renda fixa ou variável; os valores referentes a operações realizadas nas bolsas de valores, por conta própria e de clientes, bem como liquidações, valor das comissões e corretagens devidas; os valores referentes a operações realizadas com mercadorias e ativos financeiros nas bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de clientes, bem como liquidações; as obrigações assumidas por contratos de mútuo de ouro, ajustadas pelo valor de mercado do metal e pelos encargos contratuais; as obrigações por empréstimos de ações.

Recursos para destinação específica: registram, entre outros: as obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias; as obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela instituição; os recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos de governos ou entidades públicas, administrados pela instituição; as captações efetuadas em títulos de desenvolvimento econômico.

Operações especiais: registram, entre outros: a movimentação dos recursos do Governo Federal a serem aplicados pelo BB; a movimentação dos recursos financeiros de responsabilidade do Bacen, em poder do BB; os recursos do Governo Federal, transferidos ao BB para execução de serviços e programas de interesse governamental; os recebimentos em favor do Governo Federal por serviços e programas de interesse governamental.

Obrigações diversas: registram as taxas de inscrição para concurso público efetuado pela CEF, para admissão de empregados novos e as obrigações decorrentes do convênio da CEF com o Bacen para compra de ouro.

Diversas: registram, entre outros: os cheques administrativos contra a própria instituição; as importâncias devidas a mutuários que revenderem seus imóveis financiados à instituição; os contratos de assunção de obrigações; as contribuições devidas ao SFH; o recebimento de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões, pecúlios, rendimentos e outros benefícios oriundos de órgãos oficiais; o recebimento de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora; os valores destinados à provisão para pagamentos de encargos e despesas de competência do período; a provisão específica para cobertura de risco de crédito aplicada sobre o valor de referência dos derivativos de crédito; o diferencial entre o valor apurado a maior na venda de bens recebidos em dação de pagamento e o seu saldo devedor, enquanto não devolvido ao cliente; as obrigações híbridas de capital e dívida e dívidas subordinadas.

Grupo: Resultados de Exercícios Futuros

O grupo Resultados de Exercícios Futuros compreende o seguinte subgrupo: (i) Receitas de Exercícios Futuros.

(i) Subgrupo: Receitas de Exercícios Futuros

O subgrupo Receitas de Exercício Futuros inclui o seguinte desdobramento de subgrupo: (a) Receitas de Exercícios Futuros.

Receitas de exercícios futuros: registram as rendas recebidas antecipadamente, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes, a serem apropriadas em períodos seguintes e que não sejam restituíveis.

Grupo: Patrimônio Líquido

O grupo Patrimônio Líquido compreende o seguinte subgrupo: (i) Patrimônio Líquido.

Subgrupo: Patrimônio Líquido

O subgrupo Patrimônio Líquido inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Capital Social; (b) Reservas de Capital; (c) Reservas de Reavaliação; (d) Reservas de Lucros; (e) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos; (f) Lucros ou Prejuízos Acumulados; (g) Ações em Tesouraria.

Capital social: registra, entre outros: o capital da instituição; o aumento de capital em processo; os valores relativos à redução de capital social, deliberada em assembléia de acionistas; as responsabilidades dos acionistas pela integralização do capital inicial e de seus aumentos, em espécie.

Reservas de capital: registram, entre outros: o valor da contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal destas e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social; os prêmios recebidos na emissão de debêntures; as atualizações anuais de títulos patrimoniais de bolsas e da CETIP.

Reservas de reavaliação: registram as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a imóveis de uso próprio reavaliados e a contrapartida de aumentos de valor contábil do investimento avaliado pela equivalência patrimonial, em virtude de reavaliação de bens do ativo da sociedade avaliada.

Reservas de lucros: registram, entre outros: a reserva legal; as reservas estatutárias; as reservas para contingências; as reservas para expansão; as reservas de lucro a realizar; as reservas especiais de lucros.

Ajuste ao valor de mercado – TVM e instrumentos financeiros derivativos: registram a valorização ou desvalorização pelo ajuste ao valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda, próprios e das coligadas e controladas e a parcela efetiva da valorização ou desvalorização pelo ajuste ao valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa.

Lucros ou prejuízos acumulados: registram o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos, após as reversões, ajustes e destinações e os dividendos ou lucros antecipados distribuídos à conta de resultado de período ainda não encerrado.

Ações em tesouraria: registram o valor das ações próprias adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento.

A 1.2: Demonstração de Resultados

Grupo: Contas de Resultado Credoras

O grupo Contas de Resultado Credoras compreende os seguintes subgrupos: (i) Receitas Operacionais e (ii) Receitas não Operacionais.

Subgrupo: Receitas Operacionais

O subgrupo Receitas Operacionais inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Rendas de Operações de Crédito; (b) Rendas de Arrendamento Mercantil; (c) Rendas de Câmbio; (d) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez; (e) Rendas de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos; (f) Rendas de Prestação de Serviços; (g) Rendas de Participações; (h) Outras Receitas Operacionais.

Rendas de operações de crédito: registram, entre outras, as rendas decorrentes de adiantamentos a depositantes, de empréstimos, de títulos descontados, de financiamentos e de direitos por empréstimos de ações.

Rendas de arrendamento mercantil: registram as rendas de arrendamento mercantil financeiro e operacional realizados com recursos internos e externos, as rendas de operações de subarrendamentos e os lucros apurados na venda do valor residual de bens arrendados.

Rendas de câmbio: registram, entre outras, as rendas decorrentes de operações de câmbio, as variações e diferenças de taxas entre compras e vendas de câmbio, as rendas de variação da taxa de câmbio decorrentes da manutenção de disponibilidades em moedas estrangeiras.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez: registram as rendas decorrentes de aplicações em operações compromissadas, de depósitos interfinanceiros e de aplicações voluntárias no Bacen.

Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos: registram, entre outras: as rendas de títulos de renda fixa, de títulos de renda variável, de participações societárias, de aplicações em fundos de investimento, de aplicações em fundo de desenvolvimento social, de aplicações em títulos de desenvolvimento econômico, de operações com instrumentos financeiros derivativos; os ajustes positivos nas aplicações temporárias em ouro; os lucros apurados na venda definitiva de títulos de renda fixa; as valorizações decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos TVM classificados na categoria títulos para negociação; os valores positivos transferidos ao resultado do período dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda por ocasião da venda definitiva ou transferência de categoria.

Rendas de prestação de serviços: registram, entre outras, as rendas decorrentes de serviços de administração de fundos de investimento, de administração de fundos e programas, de administração de loterias, de administração de sociedades de investimento, de tarifas, portes e comissões sobre cobranças, de tarifas e comissões pela prestação de serviços de colocação de TVM de terceiros, de administração de ativos redescontados, de serviços prestados na intermediação de operações em bolsas, de serviços de custódia, de serviços prestados a sociedades ligadas, de tarifas, portes e comissões pela prestação de serviços de transferência de fundos.

Rendas de participações: registram o aumento do valor do investimento em dependências no exterior e em sociedade coligada ou controlada, em razão de lucros ou ganhos efetivos, inclusive por incentivos fiscais.

Outras receitas operacionais: registram, entre outras: as recuperações de créditos compensados como prejuízo, a renda de aquisições de direitos de crédito de exportação, a recuperação de encargos e despesas, as receitas de aplicações de saldos disponíveis e em TVM no exterior, as rendas de crédito por avais e fianças honrados, as receitas de créditos vinculados ao crédito rural, as rendas de depósitos em moedas estrangeiras e de outros depósitos ou recolhimentos efetuados no Bacen, as rendas de créditos vinculados ao SFH, as rendas de garantias prestadas, as rendas de operações especiais, as rendas de

repasses interfinanceiros, as rendas de créditos específicos, as reversões de provisões constituídas em exercícios ou semestres anteriores.

Subgrupo: Receitas não Operacionais

O subgrupo Receitas não Operacionais inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Lucros em Transações com Valores e Bens e (b) Outras Receitas não Operacionais.

Lucros em transações com valores e bens: registram os lucros apurados na alienação de investimentos, de participações societárias, de bens móveis, imóveis e outros valores.

Outras receitas não operacionais: registram, entre outras: o aumento do valor de investimentos em função de ganhos efetivos por variação da porcentagem de participação em coligadas e controladas e os ganhos de capital por insubsistências passivas e superveniências ativas; as rendas decorrentes de aluguéis de bens imóveis de propriedade da instituição; as reversões de provisões não operacionais constituídas em exercícios ou semestres anteriores.

Grupo: Contas de Resultado Devedoras

O grupo Contas de Resultado Devedoras compreende os seguintes subgrupos: (i) Despesas Operacionais; (ii) Despesas não Operacionais; (iii) Apuração de Resultado.

Subgrupo: Despesas Operacionais

O subgrupo Despesas Operacionais inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Despesas de Captação; (b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses; (c) Despesas de Arrendamento Mercantil; (d) Despesas de Câmbio; (e) Despesas com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos; (f) Despesas de Participações; (g) Despesas Administrativas; (h) Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais; (i) Outras Despesas Operacionais.

Despesas de captação: registram, entre outras, as despesas decorrentes de depósitos de poupança, de obrigações por TVM no exterior, de captação de depósitos interfinanceiros, de captação de depósitos a prazo, de depósitos judiciais, de captação de depósitos especiais, de depósitos de fundos e programas, de captação de depósitos do FGTS, de captação de recursos para operações compromissadas, de contratos de assunção de obrigações, de captação de recursos de aceites cambiais, de letras de crédito imobiliário, de letras hipotecárias e letras imobiliárias, de contribuição ao FGC, de captação de recursos de emissão de debêntures em moeda estrangeira e em moeda nacional, de captação de cédulas pignoratícias de debêntures.

Despesas de obrigações por empréstimos e repasses: registram, entre outras, as despesas decorrentes de operações de empréstimos com recursos do SFH, de operações de assistência financeira e programas especiais do Bacen, de redescontos no Bacen, de captação de recursos de refinanciamentos, de variações cambiais e outros encargos sobre empréstimos contraídos no exterior para repasses no País, de captação de recursos junto à STN, BB, BNDES, CEF, FINAME e outras instituições oficiais para repasses, de captação de recursos interfinanceiros, de captação de recursos do exterior para repasse a mutuários no País, de juros, descontos e comissões pela utilização de linhas de crédito em banqueiros no exterior.

Despesas de arrendamento mercantil: registram as seguintes despesas: despesas de depreciação e manutenção de bens arrendados e as relacionadas a operações de arrendamento financeiro e operacional; despesas de captação de recursos destinados para subarrendamento; prejuízos apurados na venda de bens arrendados por valor inferior ao valor residual contábil dos mesmos.

Despesas de câmbio: registram as despesas de operações de câmbio e o valor das variações e diferenças de taxas entre compras e vendas de câmbio.

Despesas com TVM e instrumentos financeiros derivativos: registram, entre outros: os deságios na colocação de títulos de emissão própria; os prejuízos na alienação de títulos de renda fixa e variável; as despesas em operações com

instrumentos financeiros derivativos; os ajustes negativos e prejuízos nas alienações das aplicações temporárias em ouro; as desvalorizações pelo ajuste ao valor de mercado dos TVM classificados na categoria títulos para negociação e os valores negativos transferidos ao resultado do período daqueles classificados na categoria disponíveis para venda por ocasião da venda definitiva ou transferência de categoria; as perdas permanentes em TVM classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Despesas de participações: registram a diminuição do valor do investimento decorrente de prejuízo ou perda efetiva apurado em dependências ou subsidiárias no exterior e sociedades coligadas ou controladas.

Despesas administrativas: registram, entre outras, as despesas de água, energia e gás, de aluguéis de imóveis e de outros bens, de arrendamento de bens de terceiros, de comunicações, de contribuições e doações a entidades filantrópicas, de honorários de membros da diretoria e de conselhos, de manutenção e conservação de bens próprios ou alugados, de material de expediente, de processamento de dados, de promoções, relações públicas e confraternizações, de propaganda e publicidade, de publicações, de seguros, de serviços do sistema financeiro, de serviços de terceiros, de serviços de vigilância e segurança, de serviços técnicos especializados realizados por terceiros, de transportes, de tributos, de viagens, de multas aplicadas pelo Bacen.

Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais: registram os encargos necessários à formação de provisão para amortização de aplicações do Diferido, os encargos decorrentes de depreciações calculadas sobre bens do imobilizado de uso, os encargos necessários à formação das diversas provisões operacionais retificadoras do Ativo.

Outras despesas operacionais: registram, entre outras, as despesas de administração de fundos e programas sociais, de administração de loterias, de ISS sobre serviços prestados pela instituição, de contribuição ao COFINS,

PIS/PASEP e SFH, de créditos de arrendamento mercantil cedido a terceiros, de cessão de crédito decorrentes de contratos de exportação, de operações de crédito cedidas, de descontos concedidos em renegociações de operações de crédito, de juros pagos ou creditados a sócios ou acionistas, referentes à remuneração do capital próprio, de fundos financeiros e de desenvolvimento, de operações especiais.

Subgrupo: Despesas não Operacionais

O subgrupo Despesas não Operacionais inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Prejuízos em Transações com Valores e Bens e (b) Outras Despesas não Operacionais.

Prejuízos em transações com valores e bens: registram os prejuízos ocorridos na alienação de investimentos de caráter permanente, participações societárias, bens móveis, imóveis e valores de propriedade da instituição.

Outras despesas não operacionais: registram, entre outras, as perdas de capital pela redução da percentagem de participação no capital social de sociedade coligada e controlada e outras insubsistências ativas ou superveniências passivas, os encargos necessários à formação de provisões não operacionais retificadoras do Ativo.

Subgrupo: Apuração de Resultado

O subgrupo Apuração de Resultado inclui os seguintes desdobramentos de subgrupo: (a) Apuração de Resultado; (b) Imposto de Renda; (c) Participações no Lucro.

Apuração de resultado: registra, no dia do balanço, a apuração do resultado da instituição no período balanceado.

Imposto de renda: registra as parcelas necessárias à constituição ou reversão de provisão para imposto de renda e contribuição social e os valores relativos à constituição e baixa de créditos tributários.

Participações no lucro: registram as parcelas necessárias à formação de provisão para participações no lucro.

Anexo 2: Demonstrações Contábeis: 2004 e 2005

A 2.1**Banco do Brasil S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Ativo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004
Circulante	138.847.145	130.149.366	138.847.145	137.554.865
Disponibilidades	5.827.939	15.476.523	5.827.939	16.357.137
Aplicações Interf Liquidez	33.432.480	19.250.019	33.432.480	20.345.345
Aplicações Mercado Aberto	8.097.193	2.731.593	8.097.193	2.887.021
Aplicações Depositos Interf.	25.335.287	16.518.426	25.335.287	17.458.324
TVM Instr Financ Derivativos	16.522.147	19.822.081	16.522.147	20.949.957
Carteira Própria	13.834.797	9.869.119	13.834.797	10.430.672
Vinc Compromisso Recompra	2.329.486	9.026.512	2.329.486	9.540.121
Instr Financeiros Derivativos	152.614	593.246	152.614	627.002
Vinculados ao Bacen	97.762	333.204	97.762	352.163
Vinculado Prestação Garantias	107.488		107.488	-
Relações Interfinanceiras	24.385.310	22.097.817	24.385.310	23.355.183
Pagamentos Receb Liquidar	881.930	54.018	881.930	57.092
Créditos Vinculados				-
Depósitos no Bacen	23.413.855	21.930.863	23.413.855	23.178.729
Tes Nac Rec Cred Rural	10.335	3.829	10.335	4.047
SFH - Sist Fin Habitação	1.578	1.764	1.578	1.864
Repasses Interfinanceiros	339	4.837	339	5.112
Correspondentes	77.273	102.506	77.273	108.339
Relações Interdependências	121.311	147.141	121.311	155.513
Transf Internas Recursos	121.311	147.141	121.311	155.513
Operações de Crédito	44.055.096	38.886.007	44.055.096	41.098.621
Op Crédito-Setor Público	867.751	768.323	867.751	812.041
Op Crédito-Setor Privado	46.521.730	40.852.100	46.521.730	43.176.584
(Prov Op Crédito Liq Duvid)	-3.334.385	-2.734.416	-3.334.385	(2.890.004)
Operações Arrend Mercantil	8.157	8.589	8.157	9.078
Arrend Sub Rec S Publico	48.539	20.961	48.539	22.154
Arrend Sub Rec S Privado	5.124	4.094	5.124	4.327
(Rend Apropr Arrend Merc)	-45.257	-15.240	-45.257	(16.107)
(Prov Arr Merc Liq Duvidosa)	-249	-1.226	-249	(1.296)

Outros Créditos	13.989.213	14.237.154	13.989.213	15.047.248
Créd Avais Fianças Honrados	125.611	68.080	125.611	71.954
Carteira de Câmbio	9.155.727	8.529.983	9.155.727	9.015.339
Rendas a Receber	613.202	443.073	613.202	468.284
Negoc Intermediação Valores	3.427	203.065	3.427	214.619
Créditos Específicos		271.921		287.393
Operações Especiais	575	1.355	575	1.432
Diversos	6.790.861	6.514.926	6.790.861	6.885.625
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-2.700.190	-1.795.249	-2.700.190	(1.897.399)
Outros Valores e Bens	505.492	224.035	505.492	236.783
Participações Societárias	4	4	4	4
Outros Valores e Bens	312.214	327.955	312.214	346.616
(Provisões p/Desvalorizações)	-178.232	-179.292	-178.232	(189.494)
Despesas Antecipadas	371.506	75.368	371.506	79.656
Realizável a Longo Prazo	114.614.314	107.315.482	114.614.314	113.421.733
Aplicações Interf Liquidez	3.133.942	2.563.827	3.133.942	2.709.709
Aplicações no Mercado Aberto		53.576		56.624
Aplicações em Dep Interf	3.133.942	2.510.251	3.133.942	2.653.084
TVM e Instr Fin Derivativos	48.792.679	52.428.611	48.792.679	55.411.799
Carteira Própria	22.778.619	15.697.287	22.778.619	16.590.463
Vinculados Compr Recompra	22.396.530	34.625.469	22.396.530	36.595.658
Vinculados ao Bacen	3.160.437	1.626.821	3.160.437	1.719.387
Vinculados Prestação Garantias	322.491	451.765	322.491	477.470
Instr Financeiros Derivativos	134.602	27.269	134.602	28.821
Operações de Crédito	41.300.377	35.178.060	41.300.377	37.179.692
Op Crédito Setor Público	2.834.145	3.372.900	2.834.145	3.564.818
Op Crédito Setor Privado	41.288.247	33.992.884	41.288.247	35.927.079
(Provisão Op Cred Liq Duvid)	-2.822.015	-2.187.724	-2.822.015	(2.312.205)
Operações de Arrend Mercantil	8.491	12.544	8.491	13.258
Op Arr Sub Rec Setor Publico	50.520	32.926	50.520	34.799
Op Arr Sub Rec Setor Privado	5.295	1.942	5.295	2.052
(Rend Aprop Arrend Merc)	-47.065	-20.144	-47.065	(21.290)
(Prov Op Arr Merc Liq Duv)	-259	-2.180	-259	(2.304)

Outros Créditos	21.378.825	17.132.440	21.378.825	18.107.276
Cred Avais Fianças Honrados	34.058		34.058	-
Rendas a Receber	32.611	33.914	32.611	35.844
Créditos Específicos	610.151	271.921	610.151	287.393
Diversos	20.898.562	16.959.893	20.898.562	17.924.911
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-196.557	-133.288	-196.557	(140.872)
Permanente	7.456.572	7.630.235	7.456.572	8.064.395
Investimentos	3.653.358	3.994.306	3.653.358	4.221.582
Part Colig Contr País	2.038.758	2.396.718	2.038.758	2.533.091
Part Colig Contr Exterior	1.575.660	1.557.195	1.575.660	1.645.799
Outros Investimentos	193.552	195.116	193.552	206.218
(Provisões para Perdas)	-154.612	-154.723	-154.612	(163.527)
Imobilizado de Uso	3.118.277	3.050.967	3.118.277	3.224.567
Imóveis de Uso	2.235.201	2.284.394	2.235.201	2.414.376
Outras Imobilizações de Uso	4.319.103	3.927.693	4.319.103	4.151.179
(Depreciação Acumulada)	-3.436.027	-3.161.120	-3.436.027	(3.340.988)
Imobilizado Arrendamento	88.648	37.736	88.648	39.883
Bens Arrendados	98.799	39.943	98.799	42.216
(Depreciação Acumulada)	-10.151	-2.207	-10.151	(2.333)
Diferido	596.289	547.226	596.289	578.363
Gastos Organização Expansão	1.129.238	952.471	1.129.238	1.006.667
(Amortização Acumulada)	-532.949	-405.245	-532.949	(428.303)
Total	260.918.031	245.095.083	260.918.031	259.040.993

Fonte: www.bb.com.br

A 2.1 (continuação)**Banco do Brasil S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Passivo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	194.860.462	190.195.658	194.860.462	201.017.791
Depósitos	123.873.552	111.729.077	123.873.552	118.086.461
Depósitos a Vista	35.725.505	28.847.272	35.725.505	30.488.682
Depósitos de Poupança	32.844.214	31.069.451	32.844.214	32.837.303
Depósitos Interfinanceiros	9.809.483	7.092.059	9.809.483	7.495.597
Depósitos a Prazo	45.360.026	44.682.188	45.360.026	47.224.604
Outros Depósitos	134.324	38.107	134.324	40.275
Captações no Mercado Aberto	26.169.114	40.556.453	26.169.114	42.864.115
Carteira Própria	20.248.664	38.191.387	20.248.664	40.364.477
Carteira de Terceiros	5.920.450	2.365.066	5.920.450	2.499.638
Recursos Aceites/Emissões	470.052	201.452	470.052	212.915
Obrigações TVM no Exterior	470.052	201.452	470.052	212.915
Relações Interfinanceiras	980.143	5.873	980.143	6.207
Receb Pagamentos Liquidar	979.330	5.873	979.330	6.207
Correspondentes	813	-	813	-
Relações Interdependências	1.972.847	1.724.676	1.972.847	1.822.810
Recursos Trânsito Terceiros	1.883.420	1.724.558	1.883.420	1.822.685
Transf Internas Recursos	89.427	118	89.427	125
Obrigações por Empréstimos	3.518.262	14.893.959	3.518.262	15.741.425
Empréstimos Exterior	3.518.262	14.893.959	3.518.262	15.741.425
Obrig Rep País- Inst Oficiais	9.053.227	3.069.697	9.053.227	3.244.363
Tesouro Nacional	4.156.519	3.068.535	4.156.519	3.243.135
BNDES	1.637.854	-	1.637.854	-
FINAME	2.703.454	-	2.703.454	-
Outras Instituições	555.400	1.162	555.400	1.228
Instr Financeiros Derivativos	417.139	445.268	417.139	470.604
Instr Financeiros Derivativos	417.139	445.268	417.139	470.604
Obrigações por Repasses Ext	156.751	742.837	156.751	785.104
Repasses do Exterior	156.751	742.837	156.751	785.104

Outras Obrigações	28.249.375	16.826.366	28.249.375	17.783.786
Cobr Arrec Tributos e Assem	343.607	254.684	343.607	269.176
Carteira de Câmbio	17.499.609	7.869.765	17.499.609	8.317.555
Sociais e Estatutárias	1.168.274	421.970	1.168.274	445.980
Fiscais e Previdenciárias	1.315.562	762.319	1.315.562	805.695
Negoc Intermediação Valores	689.750	212.773	689.750	224.880
Fundos Financ Desenvolv	118.665	161.857	118.665	171.067
Operações Especiais		2.387		2.523
Dividas Subordinadas		210		222
Diversas	7.113.908	7.140.401	7.113.908	7.546.690
Exigível a Longo Prazo	49.083.243	40.660.149	49.083.243	42.973.711
Depósitos	18.333.298	5.794.183	18.333.298	6.123.872
Depósitos Interfinanceiros	481.522	935.498	481.522	988.728
Depósitos a Prazo	17.851.776	4.858.685	17.851.776	5.135.144
Captação do Mercado Aberto	5.013.178	4.877.753	5.013.178	5.155.297
Carteira Própria	3.547.596	4.316.255	3.547.596	4.561.850
Carteira de Terceiros	1.465.582	561.498	1.465.582	593.447
Recursos Aceites e Emissão	150.024	657.722	150.024	695.146
Obrigações TVM no Exterior	150.024	657.722	150.024	695.146
Obrigações por Empréstimos	4.257.516	4.735.437	4.257.516	5.004.883
Empréstimos no Exterior	4.257.516	4.735.437	4.257.516	5.004.883
Obrigações Rep País - Inst Ofic	4.307.061	7.534.090	4.307.061	7.962.780
Tesouro Nacional		292.794		309.454
BNDES	2.270.503	3.559.403	2.270.503	3.761.933
FINAME	2.036.558	3.018.399	2.036.558	3.190.146
Outros		663.494		701.247
Obrigações Repasses Exterior	430.800	0	430.800	-
Repasses do Exterior	430.800		430.800	-
Instr Financeiros Derivativos	153.638	77.615	153.638	82.031
Instr Financeiros Derivativos	153.638	77.615	153.638	82.031
Outras Obrigações	16.437.728	16.983.349	16.437.728	17.949.702
Negoc e Intermed Valores	1.890.792	3.348.604	1.890.792	3.539.140
Fundos Financ Desenvolv	1.813.656	1.705.344	1.813.656	1.802.378

Operações Especiais	2.388		2.388	-
Dívidas Subordinadas	7.840.318	6.832.768	7.840.318	7.221.552
Diversas	4.890.574	5.096.633	4.890.574	5.386.631
Resultados Exercícios Futuros	124.562	133.580	124.562	141.181
Receitas Exercícios Futuros	124.562	133.580	124.562	141.181
Receitas Exercícios Futuros	124.562	133.580	124.562	141.181
Patrimônio Líquido	16.849.764	14.105.696	16.849.764	14.908.310
Patrimônio Líquido	16.849.764	14.105.696	16.849.764	14.908.310
Domiciliados País	10.751.490	9.841.635	10.751.490	10.401.624
Domiciliados Exterior	45.847	22.518	45.847	23.799
Reservas de Capital	4.778	4.769	4.778	5.040
Reservas de Reavaliação	23.351	25.717	23.351	27.180
Reservas de Lucros	6.020.150	4.294.251	6.020.150	4.538.594
Ajuste Mercado TVM/Deriv	129.927	42.585	129.927	45.008
(Ações em Tesouraria)	-125.779	-125.779	-125.779	(132.936)
Total	260.918.031	245.095.083	260.918.031	259.040.993

Fonte:www.bb.com.br

A 2.1 (continuação)**Banco do Brasil S.A.****Demonstrações de Resultados Comparados dos Exercícios 2005 e 2004**

	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005 1,028	2004 1,0963
Receitas Intermed Financeira	32.870.047	30.398.663	33.790.408	33.326.054
Operações de Crédito	18.977.322	16.958.829	19.508.687	18.591.964
Operações de Arrend Mercantil	28.557	8.705	29.357	9.543
Resultado Operações com TVM	12.501.274	11.334.616	12.851.310	12.426.140
Resultado Inst Fin Derivativos	-326.019	-292.022	(335.148)	(320.144)
Resultado Operações de Câmbio		1.075.567	-	1.179.144
Resultado Aplic Compulsórias	1.688.913	1.312.968	1.736.203	1.439.407
Despesas Intermed Financeira	-22.280.591	-20.341.134	(22.904.448)	(22.299.985)
Operações Captação Mercado	-15.271.664	-12.902.750	(15.699.271)	(14.145.285)
Operações Emprest Repasses	-1.601.766	-2.880.419	(1.646.615)	(3.157.803)
Operações Arrend Mercantil	-13.656	-4.131	(14.038)	(4.529)
Resultado Operações de Câmbio	-24.343		(25.025)	-
Provisão Cred Liquid Duvidosa	-5.369.162	-4.553.834	(5.519.499)	(4.992.368)
Resultado Bruto Intermed Financeira	10.589.456	10.057.529	10.885.961	11.026.069
Out Receitas/Despesas Operacion	-3.776.414	-5.619.752	(3.882.154)	(6.160.934)
Receitas Prestação Serviços	7.045.699	6.114.938	7.242.979	6.703.807
Despesas de Pessoal	-7.395.465	-7.031.817	(7.602.538)	(7.708.981)
Out Despesas Administrativas	-5.580.719	-5.387.981	(5.736.979)	(5.906.844)
Despesas Tributárias	-1.623.889	-1.374.247	(1.669.358)	(1.506.587)
Resultado Part Colig Controladas	411.279	423.632	422.795	464.428
Outras Receitas Operacionais	7.615.797	5.820.541	7.829.039	6.381.059
Outras Despesas Operacionais	-4.249.116	-4.184.818	(4.368.091)	(4.587.816)
Resultado Operacional	6.813.042	4.437.777	7.003.807	4.865.135
Resultado não Operacional	208.354	130.057	214.188	142.581
Receitas não Operacionais	309.770	219.774	318.444	240.938
Despesas não Operacionais	-101.416	-89.717	(104.256)	(98.357)
Result antes Trib s/ Lucro Partic	7.021.396	4.567.834	7.217.995	5.007.716
Imposto de Renda e Contrib Social	-2.336.802	-1.172.400	(2.402.232)	(1.285.302)
Provisão para o Imp de Renda	-1.814.129	-860.016	(1.864.925)	(942.836)

Provisão para a Contr Social	-660.179	-315.206	(678.664)	(345.560)
Ativo Fiscal Diferido	137.506	2.822	141.356	3.094
Participação no				
Lucro	-530.992	-371.428	(545.860)	(407.197)
Lucro Líquido	4.153.602	3.024.006	4.269.903	3.315.218

Número de Ações (2005 e 2004): 810.617.415

Ações em Tesouraria (2005 e 2004): (11.257.677)

Número de Ações usadas no cálculo do lucro por ação (2005 e 2004): 799.359.738

Lucro Líquido por Ação: R\$ 5,20 3,78

Fonte:www.bb.com.br

A 2.2**Caixa Econômica Federal****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Ativo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004
				1,0569
Circulante	95.062.098	90.202.067	95.062.098	95.334.565
Disponibilidades	935.710	700.557	935.710	740.419
Aplicações Interf Liquidez	9.738.005	4.249.985	9.738.005	4.491.809
Aplicações Mercado Aberto	9.738.005	4.249.985	9.738.005	4.491.809
TVM Instr Financ Derivativos	42.234.271	50.927.358	42.234.271	53.825.125
Carteira Própria	23.832.496	43.548.695	23.832.496	46.026.616
Vinc Compromisso Recompra	18.336.622	6.650.249	18.336.622	7.028.648
Instr Financeiros Derivativos	62.351	87.778	62.351	92.773
Vinculados ao Bacen		559.033		590.842
Vinculado Prestação Garantias	2.802	81.603	2.802	86.246
Relações Interfinanceiras	19.514.402	17.956.457	19.514.402	18.978.179
Pagamentos Receb Liquidar	56.274	58.043	56.274	61.346
Créditos Vinculados				-
Depósitos no Bacen	19.434.853	17.830.793	19.434.853	18.845.365
Correspondentes	23.275	67.621	23.275	71.469
Relações Interdependências	108.955	145.446	108.955	153.722
Recursos Trânsito Terceiros	664	166	664	175
Transf Internas Recursos	108.291	145.280	108.291	153.546
Operações de Crédito	14.890.552	10.820.649	14.890.552	11.436.344
Emprest/Tit Desc/Financ	12.384.652	8.378.147	12.384.652	8.854.864
Financiamentos Imobiliários	4.201.115	3.610.183	4.201.115	3.815.602
(Prov Op Crédito Liq Duvid)	-1.695.215	-1.167.681	-1.695.215	(1.234.122)
Outros Créditos	6.616.367	4.511.844	6.616.367	4.768.568
Créd Avais Fianças Honrados	9.812	12.352	9.812	13.055
Carteira de Câmbio	7.814		7.814	-
Rendas a Receber	894.462	751.185	894.462	793.927
Negoc Intermediação Valores	236		236	-
Créditos Específicos	77.951	31.961	77.951	33.780
Diversos	5.626.092	3.716.346	5.626.092	3.927.806
Outros Valores e Bens	1.023.836	889.771	1.023.836	940.399
Outros Valores e Bens	1.157.061	1.161.634	1.157.061	1.227.731
(Provisões p/Desvalorizações)	-268.611	-272.581	-268.611	(288.091)

Despesas Antecipadas	135.386	718	135.386	759
Realizável a Longo Prazo	91.369.320	55.237.119	91.369.320	58.380.111
TVM e Instr Fin Derivativos	51.226.237	21.906.512	51.226.237	23.152.993
Carteira Própria	44.828.737	18.727.527	44.828.737	19.793.123
Vinculados Compr Recompra	4.266.644	3.178.985	4.266.644	3.359.869
Vinculados ao Bacen	1.695.333		1.695.333	-
Vinculados Prestação Garantias	435.523		435.523	-
Relações Interfinanceiras	19.720.891	16.237.678	19.720.891	17.161.602
Créditos Vinculados-SFH	19.720.891	16.237.678	19.720.891	17.161.602
Operações de Crédito	18.532.234	14.743.081	18.532.234	15.581.962
Emprest/Tit Descont/Financ	2.956.993	2.265.052	2.956.993	2.393.933
Financiamentos Imobiliarios	16.006.679	13.615.680	16.006.679	14.390.412
Financ Infraestr e desenv	1.645.936	1.110.018	1.645.936	1.173.178
(Provisão Op Cred Liq Duvid)	-2.077.374	-2.247.669	-2.077.374	(2.375.561)
Outros Créditos	1.856.734	2.349.848	1.856.734	2.483.554
Rendas a Receber	331.761	328.044	331.761	346.710
Diversos	2.158.218	2.684.994	2.158.218	2.837.770
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-633.245	-663.190	-633.245	(700.926)
Outros Valores e Bens	33.224	0	33.224	-
Despesas Antecipadas	33.224		33.224	-
Permanente	2.246.243	2.347.373	2.246.243	2.480.939
Investimentos	527.497	400.369	527.497	423.150
Part Colig Contr País	464.377	367.323	464.377	388.224
Part Colig Contr Exterior	19.742	20.595	19.742	21.767
Outros Investimentos	54.456	23.525	54.456	24.864
(Provisões para Perdas)	-11.078	-11.074	-11.078	(11.704)
Imobilizado de Uso	1.475.561	1.612.221	1.475.561	1.703.956
Imóveis de Uso	209.510	209.728	209.510	221.662
Reavaliação Imoveis de Uso	574.859	574.346	574.859	607.026
Outras Imobilizações de Uso	1.995.103	2.058.330	1.995.103	2.175.449
(Depreciação Acumulada)	-1.303.911	-1.230.183	-1.303.911	(1.300.180)
Diferido	243.185	334.783	243.185	353.832
Gastos Organização Expansão	976.957	973.050	976.957	1.028.417
(Amortização Acumulada)	-733.772	-638.267	-733.772	(674.584)
Total	188.677.661	147.786.559	188.677.661	156.195.614

Fonte: www.cef.gov.br

A 2.2 (continuação)**Caixa Econômica Federal****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Passivo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004
Circulante	155.377.616	118.707.370	155.377.616	125.461.819
Depósitos	106.842.851	91.746.662	106.842.851	96.967.047
Depósitos a Vista	6.937.756	5.969.669	6.937.756	6.309.343
Depósitos de Poupança	53.280.825	48.963.863	53.280.825	51.749.907
Depósitos Interfinanceiros	26.073	-	26.073	-
Depósitos a Prazo	38.679.569	30.095.900	38.679.569	31.808.357
Dep Espec e de Fund e Progr	7.881.303	6.693.460	7.881.303	7.074.318
Outros Depósitos	37.325	23.770	37.325	25.123
Captações no Mercado Aberto	32.312.027	14.050.778	32.312.027	14.850.267
Carteira Própria	22.574.022	9.801.607	22.574.022	10.359.318
Carteira de Terceiros	7.003	4.249.171	7.003	4.490.949
Carteira Livre Movimentação	9.731.002	-	9.731.002	-
Recursos Aceites/Emissões	1.124.878	1.305.240	1.124.878	1.379.508
Recursos Let Hipotecárias	925.686	1.130.757	925.686	1.195.097
Recursos Letras Cred Imob	199.192	174.483	199.192	184.411
Relações Interfinanceiras	51.298	69.097	51.298	73.029
Receb Pagamentos Liquidar	51.272	69.089	51.272	73.020
Correspondentes	26	8	26	8
Relações Interdependências	471.735	410.260	471.735	433.604
Recursos Trânsito Terceiros	388.518	357.202	388.518	377.527
Transf Internas Recursos	83.217	53.058	83.217	56.077
Instr Financeiros Derivativos	157.426	71.936	157.426	76.029
Instr Financeiros Derivativos	157.426	71.936	157.426	76.029
Outras Obrigações	14.417.401	11.053.397	14.417.401	11.682.335
Cobr Arrec Tributos e Assem	116.766	102.801	116.766	108.650
Carteira de Câmbio	7.814	-	7.814	-
Sociais e Estatutárias	736.994	75.054	736.994	79.325
Fiscais e Previdenciárias	1.575.016	1.343.918	1.575.016	1.420.387
Negoc Intermediação Valores	4.140	6	4.140	6

Recursos Destinaç Específica			-	
Operações com Loterias	348.081	291.828	348.081	308.433
Fundos Programas Sociais	1.452.954	1.167.066	1.452.954	1.233.472
Fundos Financ Desenvolv	1.333.887	1.357.392	1.333.887	1.434.628
Diversas	8.841.749	6.715.332	8.841.749	7.097.434
Exigível a Longo Prazo	25.348.103	22.415.549	25.348.103	23.690.994
Depósitos	56.737	26.032	56.737	27.513
Depósitos a Prazo	56.737	26.032	56.737	27.513
Recursos Aceites e Emissão	8.869.613	10.456.102	8.869.613	11.051.054
Recursos Let Hipotecárias	5.153.131	10.176.820	5.153.131	10.755.881
Recursos Let Cred Imob	3.716.482	279.282	3.716.482	295.173
Obrigações por Empréstimos	29.661	39.263	29.661	41.497
Empréstimos no Exterior	29.661	39.263	29.661	41.497
Obrigações Rep País - Inst Ofic	12.399.241	11.426.453	12.399.241	12.076.618
Tesouro Nacional	505.529	413.228	505.529	436.741
BNDES	538.196	407.359	538.196	430.538
FGTS	11.105.749	10.380.658	11.105.749	10.971.317
Outros	249.767	225.208	249.767	238.022
Outras Obrigações	3.992.851	467.699	3.992.851	494.311
Fiscais e Previdenciárias	127.645	133.596	127.645	141.198
Obrig Fundos e Progr Sociais	8.545	9.295	8.545	9.824
Dívidas Subordinadas Elegiv	3.499.581		3.499.581	-
Diversas	357.080	324.808	357.080	343.290
Patrimônio Líquido	7.951.942	6.663.640	7.951.942	7.042.801
Patrimônio Líquido	7.951.942	6.663.640	7.951.942	7.042.801
Domiciliados País	5.917.080	5.083.532	5.917.080	5.372.785
Reservas de Capital		10		11
Reservas de Reavaliação	389.599	400.778	389.599	423.582
Reservas de Lucros	416.666	302.732	416.666	319.957
Ajuste Mercado TVM/Deriv	76.469	130.548	76.469	137.976
Lucros/Prej Acumulados	1.152.128	746.040	1.152.128	788.490
			-	
Total	188.677.661	147.786.559	188.677.661	156.195.614

Fonte:www.cef.gov.br

A 2.2 (continuação)

Caixa Econômica Federal

Demonstrações de Resultados Comparados dos Exercícios 2005 e 2004

	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005 1,028	2004 1,0963
Receitas Intermed Financeira	26.012.847	21.344.249	26.741.207	23.399.700
Operações de Crédito	7.497.183	5.681.680	7.707.104	6.228.826
Resultado Operações com TVM	15.099.675	12.135.216	15.522.466	13.303.837
Resultado Inst Fin Derivativos	-239.895	35.033	(246.612)	38.407
Resultado Operações de Câmbio	7.393		7.600	-
Resultado Aplic Compulsórias	3.648.491	3.492.320	3.750.649	3.828.630
	-	-		
Despesas Intermed Financeira	16.086.193	13.094.492	(16.536.606)	(14.355.492)
Operações Captação Mercado	13.822.924	11.726.132	(14.209.966)	(12.855.359)
Operações Emprést Repasses	-1.283.229	-862.061	(1.319.159)	(945.077)
Operações Arrend Mercantil		-422	-	(463)
Provisão Cred Liquid Duvidosa	-980.040	-505.877	(1.007.481)	(554.593)
Resultado Bruto Intermed Financeira	9.926.654	8.249.757	10.204.600	9.044.209
Out Receitas/Despesas Operacion	-6.845.236	-6.454.938	(7.036.903)	(7.076.549)
Receitas Prestação Serviços	5.166.384	4.752.269	5.311.043	5.209.913
Despesas de Pessoal	-5.584.780	-4.739.574	(5.741.154)	(5.195.995)
Out Despesas Administrativas	-4.155.057	-3.949.201	(4.271.399)	(4.329.509)
Despesas Tributárias	-942.152	-728.670	(968.532)	(798.841)
Resultado Part Colig Controladas	140.300	71.372	144.228	78.245
Outras Receitas Operacionais	3.339.147	1.384.922	3.432.643	1.518.290
Outras Despesas Operacionais	-4.809.078	-3.246.056	(4.943.732)	(3.558.651)
Resultado Operacional	3.081.418	1.794.819	3.167.698	1.967.660
Resultado não Operacional	-29.650	-52.404	(30.480)	(57.451)
Result antes Trib s/ Lucro Partic	3.051.768	1.742.415	3.137.218	1.910.210
Imposto de Renda e Contrib Social	-762.176	-134.979	(783.517)	(147.977)
Provisão para o Imp de Renda	-386.941	-67.281	(397.775)	(73.760)
Provisão para a Contr Social Ativo Fiscal	-100.242	-18.366	(103.049)	(20.135)
Diferido	-274.993	-49.332	(282.693)	(54.083)

Participação no Lucro	-216.576	-187.634	(222.640)	(205.703)
Lucro Líquido	2.073.016	1.419.802	2.131.060	1.556.529

Fonte: www.cef.gov.br

A 2.3**Banco Bradesco S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Ativo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	118.947.380	100.625.228	118.947.380	106.350.803
Disponibilidades	3.291.374	2.582.410	3.291.374	2.729.349
Aplicações Interf Liquidez	35.913.919	28.952.636	35.913.919	30.600.041
Aplicações Mercado Aberto	20.566.210	16.526.159	20.566.210	17.466.497
Aplicações Depositos Interf.	15.348.021	12.428.460	15.348.021	13.135.639
Aplicações Voluntárias Bacen	-312	-1.983	-312	(2.096)
TVM Instr Financ Derivativos	13.519.996	10.721.599	13.519.996	11.331.658
Carteira Própria	1.946.354	1.632.668	1.946.354	1.725.567
Vinc Compromisso Recompra	9.863.480	3.409.541	9.863.480	3.603.544
Instr Financeiros Derivativos	457.141	449.901	457.141	475.500
Vinculados ao Bacen	667.735	4.279.088	667.735	4.522.568
Moedas de Privatização		13.880		14.670
Vinculado Prestação Garantias	585.286	935.681	585.286	988.921
Tit obj Op Comp Livre Mov		840		888
Relações Interfinanceiras	16.493.609	15.728.621	16.493.609	16.623.580
Pagamentos Receb Liquidar	39.053	22.145	39.053	23.405
Créditos Vinculados				-
Depósitos no Bacen	16.437.132	15.682.386	16.437.132	16.574.714
Tes Nac Rec Cred Rural	578	578	578	611
SFH - Sist Fin Habitação	7.065	18.419	7.065	19.467
Correspondentes	9.781	5.093	9.781	5.383
Relações Interdependências	171.146	145.123	171.146	153.380
Transf Internas Recursos	171.146	145.123	171.146	153.380
Operações de Crédito	36.493.397	30.270.420	36.493.397	31.992.807
Op Crédito-Setor Público	205.302	335.765	205.302	354.870
Op Crédito-Setor Privado	39.282.329	32.465.921	39.282.329	34.313.232
(Prov Op Crédito Liq Duvid)	-2.994.234	-2.531.266	-2.994.234	(2.675.295)
Outros Créditos	12.758.833	11.973.613	12.758.833	12.654.912
Créd Avais Fianças Honrados		811		857
Carteira de Câmbio	6.937.144	7.336.806	6.937.144	

				7.754.270
Rendas a Receber	1.090.397	1.150.502	1.090.397	1.215.966
Negoc Intermediação Valores	331.794	296.715	331.794	313.598
Diversos	4.529.294	3.326.327	4.529.294	3.515.595
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-129.796	-137.548	-129.796	(145.374)
Outros Valores e Bens	305.106	250.806	305.106	265.077
Outros Valores e Bens	185.927	211.243	185.927	223.263
(Provisões p/Desvalorizações)	-106.964	-120.296	-106.964	(127.141)
Despesas Antecipadas	226.143	159.859	226.143	168.955
Realizável a Longo Prazo	40.084.047	31.787.143	40.084.047	33.595.831
Aplicações Interf Liquidez	6.040.396	3.642.474	6.040.396	3.849.731
Aplicações em Dep Interf	6.040.396	3.643.456	6.040.396	3.850.769
Provisão para Perdas		-982		(1.038)
TVM e Instr Fin Derivativos	12.216.029	9.553.114	12.216.029	10.096.686
Carteira Própria	6.758.962	5.546.888	6.758.962	5.862.506
Vinculados Compr Recompra	3.245.311	3.290.366	3.245.311	3.477.588
Vinculados ao Bacen	1.838.437	233.475	1.838.437	246.760
Moedas de Privatização	36.688	10.267	36.688	10.851
Vinculados Prestação Garantias	287.261	356.927	287.261	377.236
Instr Financeiros Derivativos	49.370	115.191	49.370	121.745
Relações Interfinanceiras	219.822	161.618	219.822	170.814
Créditos Vinculados-SFH	219.822	161.618	219.822	170.814
Operações de Crédito	17.587.005	13.565.376	17.587.005	14.337.246
Op Crédito Setor Público	546.094	201.210	546.094	212.659
Op Crédito Setor Privado	18.243.926	14.459.756	18.243.926	15.282.516
(Provisão Op Cred Liq Duvid)	-1.203.015	-1.095.590	-1.203.015	(1.157.929)
Outros Créditos	3.747.969	4.647.239	3.747.969	4.911.667
Negoc Intermed Valores	41.730		41.730	-
Diversos	3.711.072	4.652.201	3.711.072	4.916.911
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-4.833	-4.962	-4.833	(5.244)
Outros Valores e Bens	272.826	217.322	272.826	229.688
Despesas Antecipadas	272.826	217.322	272.826	229.688
Permanente	21.953.446	17.538.316	21.953.446	18.536.246
Investimentos	20.157.619	15.389.848	20.157.619	16.265.530
Part Colig Contr País	19.362.781	14.701.056	19.362.781	15.537.546
Part Colig Contr Exterior	815.169	723.470	815.169	764.635

Outros Investimentos	67.091	82.802	67.091	87.513
(Provisões para Perdas)	-87.422	-117.480	-87.422	(124.165)
Imobilizado de Uso	1.126.511	1.348.180	1.126.511	1.424.891
Imóveis de Uso	261.734	513.669	261.734	542.897
Outras Imobilizações de Uso	2.831.924	2.770.072	2.831.924	2.927.689
(Depreciação Acumulada)	-1.967.147	-1.935.561	-1.967.147	(2.045.694)
Diferido	669.316	800.288	669.316	845.824
Gastos Organização Expansão	2.029.239	1.968.908	2.029.239	2.080.939
(Amortização Acumulada)	-1.359.923	-1.168.620	-1.359.923	(1.235.114)
Total	180.984.873	149.950.687	180.984.873	158.482.881

Fonte: www.bradesco.com.br

A 2.3 (continuação)**Banco Bradesco S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Passivo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	98.766.453	98.227.692	98.766.453	103.816.848
Depósitos	61.818.778	55.259.593	61.818.778	58.403.864
Depósitos a Vista	15.870.729	15.161.742	15.870.729	16.024.445
Depósitos de Poupança	26.201.463	24.782.646	26.201.463	26.192.779
Depósitos Interfinanceiros	7.782.845	2.489.211	7.782.845	2.630.847
Depósitos a Prazo	11.697.420	12.741.759	11.697.420	13.466.765
Outros Depósitos	266.321	84.235	266.321	89.028
Captações no Mercado Aberto	14.768.240	20.983.678	14.768.240	22.177.649
Carteira Própria	2.761.153	6.291.538	2.761.153	6.649.527
Carteira de Terceiros	12.004.050	14.483.896	12.004.050	15.308.030
Carteira Livre Movimentação	3.037	208.244	3.037	220.093
Recursos Aceites/Emissões	1.341.122	2.366.538	1.341.122	2.501.194
Recursos Let Hipotecárias	827.036	663.600	827.036	701.359
Obrigações TVM no Exterior	514.086	1.702.938	514.086	1.799.835
Relações Interfinanceiras	139.193	174.068	139.193	183.972
Rec Pag a				
Liquidar		2		2
Correspondentes	139.193	174.066	139.193	183.970
Relações Interdependências	1.898.679	1.743.464	1.898.679	1.842.667
Recursos Trânsito Terceiros	1.898.679	1.743.464	1.898.679	1.842.667
Obrigações por Empréstimos	6.652.300	6.875.197	6.652.300	7.266.396
Empréstimos Exterior	6.652.300	6.875.197	6.652.300	7.266.396
Obrig Rep País- Inst Oficiais	3.323.228	2.562.400	3.323.228	2.708.201
Tesouro Nacional	52.318	72.165	52.318	76.271
BNDES	1.369.947	987.294	1.369.947	1.043.471
CEF	6.563	32.426	6.563	34.271
FINAME	1.893.919	1.469.554	1.893.919	1.553.172
Outras Instituições	481	961	481	1.016
Instr Financeiros Derivativos	234.719	167.494	234.719	177.024

Instr Financeiros Derivativos	234.719	167.494	234.719	177.024
Obrigações por Repasses Ext	183	8.189	183	8.655
Repasses do Exterior	183	8.189	183	8.655
Outras Obrigações	8.590.011	8.087.071	8.590.011	8.547.225
Cobr Arrec Tributos e Assem	103.414	152.999	103.414	161.705
Carteira de Câmbio	2.206.478	3.011.421	2.206.478	3.182.771
Sociais e Estatutárias	1.232.873	879.550	1.232.873	929.596
Fiscais e Previdenciárias	367.118	293.209	367.118	309.893
Negoc Intermediação Valores	173.431	272.810	173.431	288.333
Dívidas Subordinadas	42.532	44.543	42.532	47.077
Diversas	4.464.165	3.432.539	4.464.165	3.627.850
Exigível a Longo Prazo	62.805.963	36.503.508	62.805.963	38.580.558
Depósitos	35.944.244	18.013.943	35.944.244	19.038.936
Depósitos Interfinanceiros	15.108.015	2.488.195	15.108.015	2.629.773
Depósitos a Prazo	20.836.229	15.525.748	20.836.229	16.409.163
Captação do Mercado Aberto	10.288.542	2.008.978	10.288.542	2.123.289
Carteira Própria	10.288.542	2.008.978	10.288.542	2.123.289
Recursos Aceites e Emissão	2.244.816	3.231.488	2.244.816	3.415.360
Recursos Let Hipotecárias	285	10.832	285	11.448
Obrigações TVM no Exterior	2.244.531	3.220.656	2.244.531	3.403.911
Obrigações por Empréstimos	573.983	688.149	573.983	727.305
Empréstimos no Exterior	573.983	688.149	573.983	727.305
Obrigações Rep País - Inst Ofic	5.902.788	5.588.602	5.902.788	5.906.593
BNDES	2.868.026	2.684.713	2.868.026	2.837.473
CEF	43.419	351.316	43.419	371.306
FINAME	2.989.364	2.549.890	2.989.364	2.694.979
Outros	1.979	2.683	1.979	2.836
Instr Financeiros Derivativos	5.768	8.873	5.768	9.378
Instr Financeiros Derivativos	5.768	8.873	5.768	9.378
Outras Obrigações	7.845.822	6.963.475	7.845.822	7.359.697
Fiscais e Previdenciárias	1.341.976	1.055.434	1.341.976	1.115.488
Dívidas Subordinadas	6.049.833	5.303.358	6.049.833	5.605.119
Diversas	454.013	604.683	454.013	639.089

Resultados Exercícios Futuros	3.183	4.841	3.183	5.116
Receitas Exercícios Futuros	3.183	4.841	3.183	5.116
Receitas Exercícios Futuros	3.183	4.841	3.183	5.116
Patrimônio Líquido	19.409.274	15.214.646	19.409.274	16.080.359
Patrimônio Líquido	19.409.274	15.214.646	19.409.274	16.080.359
Domiciliados País	11.914.375	6.959.015	11.914.375	7.354.983
Domiciliados Exterior	1.085.625	740.985	1.085.625	783.147
(Capital a Realizar)		-700.000		(739.830)
Reservas de Capital	36.032	10.853	36.032	11.471
Reservas de Lucros	5.895.214	7.745.713	5.895.214	8.186.444
Ajuste Mercado TVM/Deriv	507.959	458.080	507.959	484.145
(Ações em Tesouraria)	-29.931		-29.931	-
Total	180.984.873	149.950.687	180.984.873	158.482.881

Fonte: www.bradesco.com.br

A 2.3 (continuação)**Banco Bradesco S.A.****Demonstrações de Resultados Comparados dos Exercícios 2005 e 2004**

	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005 1,028	2004 1,0963
Receitas Intermed Financeira	27.265.760	19.684.272	28.029.201	21.579.867
Operações de Crédito	13.506.290	10.487.637	13.884.466	11.497.596
Resultado Operações com TVM	9.303.910	6.107.239	9.564.419	6.695.366
Resultado Inst Fin Derivativos	2.366.098	1.272.030	2.432.349	1.394.526
Resultado Operações de Câmbio	617.559	686.495	634.851	752.604
Resultado Aplic Compulsórias	1.471.903	1.130.871	1.513.116	1.239.774
	-	-		
Despesas Intermed Financeira	18.031.117	12.985.817	(18.535.988)	(14.236.351)
Operações Captação Mercado	14.492.236	-9.839.145	(14.898.019)	(10.786.655)
Operações Emprést Repasses	-1.496.208	-1.349.198	(1.538.102)	(1.479.126)
Provisão Cred Liquid Duvidosa	-2.042.673	-1.797.474	(2.099.868)	(1.970.571)
Resultado Bruto Intermed Financeira	9.234.643	6.698.455	9.493.213	7.343.516
Out Receitas/Despesas Operacion	-3.053.506	-3.672.532	(3.139.004)	(4.026.197)
Receitas Prestação Serviços	5.281.658	4.170.936	5.429.544	4.572.597
Despesas de Pessoal	-4.587.190	-4.203.207	(4.715.631)	(4.607.976)
Out Despesas Administrativas	-4.201.240	-3.929.830	(4.318.875)	(4.308.273)
Despesas Tributárias	-1.058.694	-844.994	(1.088.337)	(926.367)
Resultado Part Colig Controladas	2.725.868	2.090.090	2.802.192	2.291.366
Outras Receitas Operacionais	426.298	460.370	438.234	504.704
Outras Despesas Operacionais	-1.640.206	-1.415.897	(1.686.132)	(1.552.248)
Resultado Operacional	6.181.137	3.025.923	6.354.209	3.317.319
Resultado não Operacional	-6.720	-58.580	(6.908)	(64.221)
Receitas não Operacionais	169.046	108.085	173.779	118.494
Despesas não Operacionais	-175.766	-166.665	(180.687)	(182.715)
Result antes Trib s/ Lucro Partic	6.174.417	2.967.343	6.347.301	3.253.098
Imposto de Renda e Contrib Social	-660.343	92.808	(678.833)	101.745
Participação no Lucro			-	-
Lucro Líquido	5.514.074	3.060.151	5.668.468	3.354.844

Número de Ações (2005 e 2004):

Ações em Tesouraria (2005 e 2004):

Número de Ações usadas no cálculo do lucro por ação (2005 e 2004):

Lucro Líquido por Ação: R\$

Fonte: www.bradesco.com.br

A 2.4**Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Ativo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	51.383.884	46.314.501	51.383.884	48.949.796
Disponibilidades	1.026.279	1.329.115	1.026.279	1.404.742
Aplicações Interf Liquidez	17.392.183	18.857.552	17.392.183	19.930.547
Aplicações Mercado Aberto	9.955.982	11.628.038	9.955.982	12.289.673
Aplicações Depositos Interf.	7.382.013	7.125.050	7.382.013	7.530.465
Aplicações em ME	54.188	104.464	54.188	110.408
TVM Instr Financ Derivativos	7.400.051	5.034.206	7.400.051	5.320.652
Carteira Própria	3.146.429	1.496.909	3.146.429	1.582.083
Vinc Compromisso Recompra	2.368.957	1.512.704	2.368.957	1.598.777
Instr Financeiros Derivativos	763.640	584.129	763.640	617.366
Vinculados ao Bacen	621.123	1.305.352	621.123	1.379.627
Vinculado Prestação Garantias	499.902	131.165	499.902	138.628
Tit obj Op Comp Livre Mov		3.947		4.172
Relações Interfinanceiras	5.041.283	4.597.369	5.041.283	4.858.959
Pagamentos Receb Liquidar	6.862	6.855	6.862	7.245
Depósitos no Bacen	4.998.720	4.558.523	4.998.720	4.817.903
SFH - Sist Fin Habitação	2.274	2.678	2.274	2.830
Correspondentes	33.427	29.313	33.427	30.981
Relações Interdependências	81.872	142.462	81.872	150.568
Recursos Trânsito Terceiros	821	663	821	701
Transf Internas Recursos	81.051	141.799	81.051	149.867
Operações de Crédito	15.453.438	12.792.321	15.453.438	13.520.204
Op Crédito-Setor Público	122.935	234.725	122.935	248.081
Op Crédito-Setor Privado	16.279.785	13.344.969	16.279.785	14.104.298
(Prov Op Crédito Liq Duvid)	-949.282	-787.373	-949.282	(832.175)
Outros Créditos	4.732.913	3.365.436	4.732.913	3.556.929
Carteira de Câmbio	2.790.790	2.014.363	2.790.790	2.128.980
Rendas a Receber	116.583	128.463	116.583	135.773
Negoc Intermediação Valores	56.923	68	56.923	72

Créditos Tributários	685.447	365.895	685.447	386.714
Diversos	1.124.010	882.560	1.124.010	932.778
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-40.840	-25.913	-40.840	(27.387)
Outros Valores e Bens	255.865	196.040	255.865	207.195
Outros Valores e Bens	87.247	58.470	87.247	61.797
(Provisões p/Desvalorizações)	-21.787	-16.511	-21.787	(17.450)
Despesas Antecipadas	190.405	154.081	190.405	162.848
Realizável a Longo Prazo	24.246.711	15.946.567	24.246.711	16.853.927
Aplicações Interf Liquidez	937.952	921.094	937.952	973.504
Aplicações em Dep Interf	937.952	921.094	937.952	973.504
TVM e Instr Fin Derivativos	10.944.173	4.197.690	10.944.173	4.436.539
Carteira Própria	5.240.756	2.126.400	5.240.756	2.247.392
Vinculados Compr Recompra	5.336.404	1.475.607	5.336.404	1.559.569
Vinculados ao Bacen		121.003		127.888
Vinculados Prestação Garantias	121.626	346.855	121.626	366.591
Instr Financeiros Derivativos	245.387	127.825	245.387	135.098
Relações Interfinanceiras	49.514	45.963	49.514	48.578
Créditos Vinculados-SFH	49.514	45.963	49.514	48.578
Operações de Crédito	9.660.628	7.536.036	9.660.628	7.964.836
Op Crédito Setor Público	877.208	444.499	877.208	469.791
Op Crédito Setor Privado	9.166.734	7.421.578	9.166.734	7.843.866
(Provisão Op Cred Liq Duvid)	-383.314	-330.041	-383.314	(348.820)
Outros Créditos	2.400.656	3.045.846	2.400.656	3.219.155
Cred Avais Fianças Honrados	29.850	35	29.850	37
Carteira de Câmbio	42.113	29	42.113	31
Rendas a Receber	5.335	2.259	5.335	2.388
Créditos Tributários	608.164	1.280.888	608.164	1.353.771
Diversos	1.719.464	1.765.503	1.719.464	1.865.960
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-4.270	-2.868	-4.270	(3.031)
Outros Valores e Bens	253.788	199.938	253.788	211.314
Despesas Antecipadas	253.788	199.938	253.788	211.314
Permanente	6.657.624	5.831.227	6.657.624	6.163.024
Investimentos	5.907.858	5.078.311	5.907.858	5.367.267
Part Colig Contr País	4.527.521	3.655.676	4.527.521	3.863.684
Part Colig Contr Exterior	976.699	990.390	976.699	

				1.046.743
Ágio Aquisição Emp Contr	371.246	400.486	371.246	423.274
Outros Investimentos	63.127	62.539	63.127	66.097
(Provisões para Perdas)	-30.735	-30.780	-30.735	(32.531)
Imobilizado de Uso	330.830	348.610	330.830	368.446
Imóveis de Uso	176.426	164.871	176.426	174.252
Outras Imobilizações de Uso	824.127	776.391	824.127	820.568
(Depreciação Acumulada)	-669.723	-592.652	-669.723	(626.374)
Diferido	418.936	404.306	418.936	427.311
Gastos Organização Expansão	933.743	799.392	933.743	844.877
(Amortização Acumulada)	-514.807	-395.086	-514.807	(417.566)
				-
Total	82.288.219	68.092.295	82.288.219	71.966.747

Fonte: Valor Econômico, 17/02/2006

A 2.4 (continuação)**Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Passivo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	40.716.006	39.841.113	40.716.006	42.108.072
Depósitos	19.930.777	24.137.446	19.930.777	25.510.867
Depósitos a Vista	3.793.975	2.846.784	3.793.975	3.008.766
Depósitos de Poupança	5.172.307	5.471.323	5.172.307	5.782.641
Depósitos Interfinanceiros	383.851	1.356.291	383.851	1.433.464
Depósitos a Prazo	10.579.539	14.462.886	10.579.539	15.285.824
Outros Depósitos	1.105	162	1.105	171
Captações no Mercado Aberto	11.773.024	7.756.015	11.773.024	8.197.332
Carteira Própria	7.585.077	2.999.523	7.585.077	3.170.196
Carteira de Terceiros	3.579.930	4.144.452	3.579.930	4.380.271
Carteira Livre Movimentação	608.017	612.040	608.017	646.865
Recursos Aceites/Emissões	1.234.830	1.276.509	1.234.830	1.349.142
Recursos Let Hipotecárias	511.219	329.910	511.219	348.682
Obrigações TVM no Exterior	723.611	946.599	723.611	1.000.460
Relações Interfinanceiras	85.340	30.918	85.340	32.677
Receb Pagamentos Liquidar	30.849	6.694	30.849	7.075
Correspondentes	54.491	24.224	54.491	25.602
Relações Interdependências	423.088	387.346	423.088	409.386
Recursos Trânsito Terceiros	413.721	387.341	413.721	409.381
Transf Internas Recursos	9.367	5	9.367	5
Obrigações por Empréstimos	2.364.643	2.088.848	2.364.643	2.207.703
Empréstimos País- Inst Oficiais	316	349	316	369
Empréstimos Exterior	2.364.327	2.088.499	2.364.327	2.207.335
Obrig Rep País- Inst Oficiais	1.554.469	1.256.490	1.554.469	1.327.984
BNDES	645.685	720.791	645.685	761.804
FINAME	860.846	465.965	860.846	492.478
Outras Instituições	47.938	69.734	47.938	73.702
Instr Financeiros Derivativos	635.795	255.929	635.795	270.491

Instr Financeiros Derivativos	635.795	255.929	635.795	270.491
Obrigações por Repasses Ext	36.283	45.871	36.283	48.481
Repasses do Exterior	36.283	45.871	36.283	48.481
Outras Obrigações	2.677.757	2.605.741	2.677.757	2.754.008
Cobr Arrec Tributos e Assem	23.568	47.603	23.568	50.312
Carteira de Câmbio	1.146.226	943.902	1.146.226	997.610
Sociais e Estatutárias	405.059	333.671	405.059	352.657
Fiscais e Previdenciárias	190.604	167.837	190.604	177.387
Negoc Intermediação Valores	35.789	9.156	35.789	9.677
Obrig Aquisiç Bens Direitos	2.588	23.330	2.588	24.657
Dividas Subordinadas	98.331	11.367	98.331	12.014
Diversas	775.592	1.068.875	775.592	1.129.694
Exigível a Longo Prazo	32.236.100	20.125.457	32.236.100	21.270.596
Depósitos	20.657.373	9.862.035	20.657.373	10.423.185
Depósitos Interfinanceiros	4.771.089	366.516	4.771.089	387.371
Depósitos a Prazo	15.886.284	9.495.519	15.886.284	10.035.814
Recursos Aceites e Emissão	493.660	350.809	493.660	370.770
Recursos Let Hipotecárias	3.824	3.717	3.824	3.928
Obrigações TVM no Exterior	489.836	347.092	489.836	366.842
Obrigações por Empréstimos	947.424	747.704	947.424	790.248
Emprest País - Inst Oficiais	597	732	597	774
Empréstimos no Exterior	946.827	746.972	946.827	789.475
Obrigações Rep País - Inst Ofic	3.642.461	3.180.896	3.642.461	3.361.889
BNDES	1.921.548	2.040.599	1.921.548	2.156.709
FINAME	1.580.063	1.004.978	1.580.063	1.062.161
Outros	140.850	135.319	140.850	143.019
Obrigações Repasses Exterior	106.989	208.385	106.989	220.242
Repasses do Exterior	106.989	208.385	106.989	220.242
Instr Financeiros Derivativos	115.610	82.860	115.610	87.575
Instr Financeiros Derivativos	115.610	82.860	115.610	87.575
Outras Obrigações	6.272.583	5.692.768	6.272.583	6.016.686
Carteira de Câmbio	42.812		42.812	-
Fiscais e Previdenciárias	899.829	601.775	899.829	636.016
Obrig Aquisiç Bens Direitos		2.506		2.649

Dívidas Subordinadas	2.896.585	1.902.452	2.896.585	2.010.702
Diversas	2.433.357	3.186.035	2.433.357	3.367.320
Resultados Exercícios Futuros	12.480	19.342	12.480	20.443
Receitas Exercícios Futuros	12.480	19.342	12.480	20.443
Receitas Exercícios Futuros	12.480	19.342	12.480	20.443
Patrimônio Líquido	9.323.633	8.106.383	9.323.633	8.567.636
Patrimônio Líquido	9.323.633	8.106.383	9.323.633	8.567.636
Domiciliados País	3.477.860	3.472.222	3.477.860	3.669.791
Domiciliados Exterior	1.522.140	1.527.778	1.522.140	1.614.709
Reservas de Capital	160.139	158.894	160.139	167.935
Reservas de Reavaliação	5.507	7.492	5.507	7.918
Reservas de Lucros	4.181.532	3.075.280	4.181.532	3.250.263
Ajuste Mercado TVM/Deriv	27.283	-83.860	27.283	(88.632)
(Ações em Tesouraria)	-50.828	-51.423	-50.828	(54.349)
				-
Total	82.288.219	68.092.295	82.288.219	71.966.747

Fonte: Valor Econômico, 17/02/2006

A 2.4 (continuação)**Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.****Demonstrações de Resultados Comparados dos Exercícios 2005 e 2004**

	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005 1,028	2004 1,0963
Receitas Intermed Financeira	12.642.764	8.806.292	12.996.761	9.654.338
Operações de Crédito	6.048.019	4.369.055	6.217.364	4.789.795
Resultado Operações com TVM	5.311.941	3.425.589	5.460.675	3.755.473
Resultado Inst Fin Derivativos	712.347	604.148	732.293	662.327
Resultado Aplic Compulsórias	570.457	407.500	586.430	446.742
Despesas Intermed Financeira	-8.689.210	-5.992.231	(8.932.508)	(6.569.283)
Operações Captação Mercado	-7.263.482	-4.962.904	(7.466.859)	(5.440.832)
Operações Emprést Repasses	-417.454	-390.268	(429.143)	(427.851)
Resultado Operações de Câmbio	-208.978	-82.628	(214.829)	(90.585)
Provisão Cred Liquid Duvidosa	-799.296	-556.431	(821.676)	(610.015)
Resultado Bruto Interm Financeira	3.953.554	2.814.061	4.064.254	3.085.055
Out Receitas/Despesas Operacion	-1.469.051	-1.383.154	(1.510.184)	(1.516.352)
Receitas Prestação Serviços	1.694.549	1.559.819	1.741.996	1.710.030
Despesas de Pessoal	-1.507.893	-1.491.116	(1.550.114)	(1.634.710)
Out Despesas Administrativas	-1.634.723	-1.613.590	(1.680.495)	(1.768.979)
Despesas Tributárias	-475.571	-316.049	(488.887)	(346.485)
Resultado Part Colig Controladas	1.065.153	1.076.339	1.094.977	1.179.990
Outras Receitas Operacionais	170.042	139.098	174.803	152.493
Outras Despesas Operacionais	-780.608	-737.655	(802.465)	(808.691)
Resultado Operacional	2.484.503	1.430.907	2.554.069	1.568.703
Resultado não Operacional	-21.432	-19.337	(22.032)	(21.199)
Result antes Trib s/ Lucro Partic	2.463.071	1.411.570	2.532.037	1.547.504
Imposto de Renda e Contrib Social	-363.255	35.805	(373.426)	39.253
Provisão para o Imp de Renda	-50.277	-314.144	(51.685)	(344.396)
Provisão para a Contr Social	-18.244	-16.882	(18.755)	(18.508)
Ativo Fiscal Diferido	-294.734	366.831	(302.987)	402.157
Participação no Lucro	-261.333	-163.025	(268.650)	(178.724)
Administradores	-5.458	-5.090	(5.611)	(5.580)

Empregados	-255.875	-157.935	(263.040)	(173.144)
Resultado Extraordinário		-1.142	-	(1.252)
Lucro Líquido	1.838.483	1.283.208	1.889.961	1.406.781

Número de Ações em Circulação(2005):
1.397.592.458

Número de Ações em
Circulação(2004):1.396.114.220

Lucro Líquido por Ação: R\$ 1,32 0,92

Valor patrimonial por Ação: R\$ 6,67 5,81

Fonte: Valor Econômico, 17/02/2006

A 2.5**Banco ABN AMRO Real S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Ativo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	41.629.271	33.532.280	41.629.271	35.440.267
Disponibilidades	1.418.151	1.003.699	1.418.151	1.060.809
Aplicações Interf Liquidez	3.469.722	1.608.847	3.469.722	1.700.390
Aplicações Mercado Aberto	1.079.439		1.079.439	-
Aplicações Depositos Interf.	2.391.235	1.609.799	2.391.235	1.701.397
(Provisões para Perdas)	-952	-952	-952	(1.006)
TVM Instr Financ Derivativos	7.475.589	8.963.528	7.475.589	9.473.553
Carteira Própria	1.998.578	1.938.357	1.998.578	2.048.650
Vinc Compromisso Recompra	792.028	2.274.958	792.028	2.404.403
Instr Financeiros Derivativos	828.541	1.218.432	828.541	1.287.761
Vinculados ao Bacen	2.764.428	2.390.172	2.764.428	2.526.173
Vinculado Prestação Garantias	1.092.014	1.141.609	1.092.014	1.206.567
Relações Interfinanceiras	5.662.021	4.277.444	5.662.021	4.520.831
Pagamentos Receb Liquidar	13.522	9.724	13.522	10.277
Depósitos no Bacen	5.567.842	4.230.298	5.567.842	4.471.002
SFH - Sist Fin Habitação	4.362	4.383	4.362	4.632
Repasses Interfinanceiros	65.977	28.983	65.977	30.632
Correspondentes	10.318	4.056	10.318	4.287
Relações Interdependências	15.873	14.358	15.873	15.175
Recursos Trânsito Terceiros	2.461	3.768	2.461	3.982
Transf Internas Recursos	13.412	10.590	13.412	11.193
Operações de Crédito	17.711.432	13.752.702	17.711.432	14.535.231
Op Crédito-Setor Público	23.195	4.537	23.195	4.795
Op Crédito-Setor Privado	18.502.839	14.336.098	18.502.839	15.151.822
(Prov Op Crédito Liq Duvid)	-814.602	-587.933	-814.602	(621.386)
Outros Créditos	5.638.938	3.801.995	5.638.938	4.018.329
Cred Avais Fianças Honrados	55	60	55	63
Carteira de Câmbio	4.040.585	2.721.241	4.040.585	2.876.080
Rendas a Receber	91.545	89.902	91.545	95.017

Negoc Intermediação Valores	7.505	18.145	7.505	19.177
Diversos	1.548.897	1.041.580	1.548.897	1.100.846
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-49.649	-68.933	-49.649	(72.855)
Outros Valores e Bens	237.545	109.707	237.545	115.949
Investimentos Temporários	1.320	1.320	1.320	1.395
Outros Valores e Bens	19.885	26.523	19.885	28.032
(Provisões p/Desvalorizações)	-3.224	-13.963	-3.224	(14.757)
Despesas Antecipadas	219.564	95.827	219.564	101.280
Realizável a Longo Prazo	19.957.412	12.126.098	19.957.412	12.816.073
Aplicações Interf Liquidez	603.916	733.155	603.916	774.872
Aplicações em Dep Interf	603.916	733.155	603.916	774.872
TVM e Instr Fin Derivativos	7.421.784	3.917.229	7.421.784	4.140.119
Carteira Própria	1.082.947	1.425.368	1.082.947	1.506.471
Vinculados Compr Recompra	2.071.997	1.045.593	2.071.997	1.105.087
Vinculados ao Bacen	2.223.966	200.158	2.223.966	211.547
Vinculados Prestação Garantias	892.731	747.666	892.731	790.208
Instr Financeiros Derivativos	1.150.143	498.444	1.150.143	526.805
Relações Interfinanceiras	66.574	21.788	66.574	23.028
Créditos Vinculados-SFH	18.477	21.788	18.477	23.028
Repasses Interfinanceiros	48.097		48.097	-
Operações de Crédito	10.486.709	5.944.367	10.486.709	6.282.601
Op Crédito Setor Público	169.266	4.337	169.266	4.584
Op Crédito Setor Privado	10.777.994	6.178.274	10.777.994	6.529.818
(Provisão Op Cred Liq Duvid)	-460.551	-238.244	-460.551	(251.800)
Outros Créditos	1.378.282	1.509.394	1.378.282	1.595.279
Carteira de Câmbio	20.613	168	20.613	178
Diversos	1.357.780	1.509.440	1.357.780	1.595.327
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-111	-214	-111	(226)
Outros Valores e Bens	147	165	147	174
Despesas Antecipadas	147	165	147	174
Permanente	6.693.701	6.512.120	6.693.701	6.882.660
Investimentos	5.430.931	5.112.928	5.430.931	5.403.854
Part Colig Contr País	5.378.308	5.059.485	5.378.308	5.347.370
Part Colig Contr Exterior	8.274	8.469	8.274	8.951

Outros Investimentos	60.408	60.692	60.408	64.145
(Provisões para Perdas)	-16.059	-15.718	-16.059	(16.612)
Imobilizado de Uso	476.842	513.651	476.842	542.878
Imóveis de Uso	292.893	293.476	292.893	310.175
Reavaliação Imóveis de Uso	4.405	4.950	4.405	5.232
Outras Imobilizações de Uso	748.126	776.546	748.126	820.731
(Depreciação Acumulada)	-568.582	-561.321	-568.582	(593.260)
Diferido	785.928	885.541	785.928	935.928
Gastos Organização Expansão	3.941.905	3.715.061	3.941.905	3.926.448
(Amortização Acumulada)	-3.155.977	-2.829.520	-3.155.977	(2.990.520)
Total	68.280.384	52.170.498	68.280.384	55.138.999

Fonte: DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços, 06/03/2006

A 2.5 (continuação)**Banco ABN AMRO Real S.A.****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Passivo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	40.009.616	32.633.273	40.009.616	34.490.106
Depósitos	28.181.771	21.810.059	28.181.771	23.051.051
Depósitos a Vista	4.596.188	3.569.210	4.596.188	3.772.298
Depósitos de Poupança	5.846.293	5.516.902	5.846.293	5.830.814
Depósitos Interfinanceiros	3.656.623	3.054.559	3.656.623	3.228.363
Depósitos a Prazo	14.055.713	9.659.380	14.055.713	10.208.999
Outros Depósitos	26.954	10008	26.954	10.577
Captações no Mercado Aberto	2.431.330	3.316.300	2.431.330	3.504.997
Carteira Própria	1.898.872	3.316.300	1.898.872	3.504.997
Carteira de Terceiros	532.458		532.458	-
Recursos Aceites/Emissões	769.371	839.491	769.371	887.258
Recursos Let Hipotecárias	363.669	219.461	363.669	231.948
Obrigações TVM no Exterior	405.702	620.030	405.702	655.310
Relações Interfinanceiras	51.616	44.145	51.616	46.657
Receb Pagamentos Liquidar	3.701	347	3.701	367
Correspondentes	47.915	43.798	47.915	46.290
Relações Interdependências	775.887	636.726	775.887	672.956
Recursos Trânsito Terceiros	775.355	636.329	775.355	672.536
Transf Internas Recursos	532	397	532	420
Obrigações por Empréstimos	1.647.352	1.681.340	1.647.352	1.777.008
Empréstimos Exterior	1.647.352	1.681.340	1.647.352	1.777.008
Obrig Rep País- Inst Oficiais	445.396	291.377	445.396	307.956
Tesouro Nacional	4.035	23.206	4.035	24.526
BNDES	110.111	98.451	110.111	104.053
FINAME	331.250	169.720	331.250	179.377
Instr Financeiros Derivativos	885.363	560.559	885.363	592.455
Instr Financeiros Derivativos	885.363	560.559	885.363	592.455
Obrigações por Repasses Ext	61.885	39.444	61.885	41.688
Repasses do Exterior	61.885	39.444	61.885	41.688
Outras Obrigações	4.759.645	3.413.832	4.759.645	3.608.079
Cobr Arrec Tributos e Assem	17.069	16.181	17.069	

				17.102
Carteira de Câmbio	3.062.655	1.828.423	3.062.655	1.932.460
Sociais e Estatutárias	175.333	289.952	175.333	306.450
Fiscais e Previdenciárias	182.020	119.518	182.020	126.319
Negoc Intermediação Valores	37.237	52.292	37.237	55.267
Diversas	1.285.331	1.107.466	1.285.331	1.170.481
Exigível a Longo Prazo	19.584.071	11.011.101	19.584.071	11.637.633
Depósitos	14.802.753	7.280.936	14.802.753	7.695.221
Depósitos Interfinanceiros	1.903.374	464.016	1.903.374	490.419
Depósitos a Prazo	12.899.379	6.816.920	12.899.379	7.204.803
Captações no Mercado Aberto	962.483	0	962.483	-
Carteira Própria	962.483		962.483	-
Recursos Aceites e Emissão	1.120.754	996.437	1.120.754	1.053.134
Obrigações TVM no Exterior	1.120.754	996.437	1.120.754	1.053.134
Obrigações por Empréstimos	245.587	157.920	245.587	166.906
Empréstimos no Exterior	245.587	157.920	245.587	166.906
Obrigações Rep País - Inst Ofic	817.978	519.625	817.978	549.192
BNDES	215.100	190.209	215.100	201.032
FINAME	586.542	311.311	586.542	329.025
Tesouro Nacional	16.336	18.105	16.336	19.135
Obrigações Repasses Exterior	389.143	643.885	389.143	680.522
Repasses do Exterior	389.143	643.885	389.143	680.522
Instr Financeiros Derivativos	146.792	308.538	146.792	326.094
Instr Financeiros Derivativos	146.792	308.538	146.792	326.094
Outras Obrigações	1.098.581	1.103.760	1.098.581	1.166.564
Carteira de Câmbio	20.464		20.464	-
Fiscais e Previdenciárias	351.367	415.302	351.367	438.933
Sociais e Estatutárias	70.195	66.093	70.195	69.854
Diversas	656.555	622.365	656.555	657.778
Resultados Exercícios Futuros	20.606	18.796	20.606	19.865
Receitas Exercícios Futuros	20.606	18.796	20.606	19.865
Receitas Exercícios Futuros	20.606	18.796	20.606	19.865
Patrimônio Líquido	8.666.091	8.507.328	8.666.091	8.991.395
Patrimônio Líquido	8.666.091	8.507.328	8.666.091	8.991.395
Domiciliados País	2.526.359	2.526.359	2.526.359	2.670.109
Domiciliados Exterior	4.931.807	4.931.807	4.931.807	5.212.427
Reservas de Capital	56.659	53.700	56.659	56.756
Reservas de Reavaliação	6.253	6.625	6.253	

			7.002	
Reservas de Lucros	963.288	795.083	963.288	840.323
Ajuste Mercado TVM/Deriv	-55.693	-43.067	-55.693	(45.518)
Lucros Acumulados	237.418	236.821	237.418	250.296
Total	68.280.384	52.170.498	68.280.384	55.138.999

Fonte: DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços, 06/03/2006

A 2.5 (continuação)**Banco ABN AMRO Real S.A.****Demonstrações de Resultados Comparados dos Exercícios 2005 e 2004**

	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005 1,028	2004 1,0963
Receitas Intermed Financeira	11.142.244	8.073.260	11.454.227	8.850.715
Operações de Crédito	7.655.130	5.869.960	7.869.474	6.435.237
Resultado Operações com TVM	2.345.262	1.937.248	2.410.929	2.123.805
Resultado Inst Fin Derivativos	518.737	27.868	533.262	30.552
Resultado Operações de Câmbio	107.776	-101.598	110.794	(111.382)
Resultado Aplic Compulsórias	515.339	339.782	529.768	372.503
		-		
Despesas Intermed Financeira	-7.148.635	5.048.422	(7.348.797)	(5.534.585)
Operações Captação Mercado	-5.802.371	3.894.933	(5.964.837)	(4.270.015)
Operações Emprest Repasses	-199.804	-358.794	(205.399)	(393.346)
Provisão Cred Liquid Duvidosa	-1.146.460	-794.695	(1.178.561)	(871.224)
Resultado Bruto Intermed Financeira	3.993.609	3.024.838	4.105.430	3.316.130
Out Receitas/Despesas Operacion	-2.796.054	2.089.723	(2.874.344)	(2.290.963)
Receitas Prestação Serviços	1.892.699	1.593.731	1.945.695	1.747.207
Despesas de Pessoal	-1.848.101	1.665.662	(1.899.848)	(1.826.065)
Out Despesas Administrativas	-2.687.590	2.455.300	(2.762.843)	(2.691.745)
Despesas Tributárias	-543.535	-476.812	(558.754)	(522.729)
Resultado Part Colig Controladas	60.390	10.717	62.081	11.749
Outras Receitas Operacionais	1.208.640	1.815.534	1.242.482	1.990.370
Outras Despesas Operacionais	-878.557	-911.931	(903.157)	(999.750)
Resultado Operacional	1.197.555	935.115	1.231.087	1.025.167
Resultado não Operacional	-56.033	8.738	(57.602)	9.579
Result antes Trib s/ Lucro Partic	1.141.522	943.853	1.173.485	1.034.746
Imposto de Renda e Contrib Social	9.880	-155.432	10.157	(170.400)
Provisão para o Imp de Renda	-108.716	-60.982	(111.760)	(66.855)
Provisão para a Contr Social Ativo Fiscal	-22.478	-44.804	(23.107)	(49.119)
Diferido	141.074	-49.646	145.024	(54.427)
Participação no Lucro	-202.698	-163.352	(208.374)	(179.083)

Administradores			-	-
Empregados	-202.698	-163.352	(208.374)	(179.083)
Lucro Líquido	948.704	625.069	975.268	685.263
Lucro Líquido por Ação: R\$	653,67	341,55		

Fonte: DCI - Diário Comércio Indústria & Serviços, 06/03/2006

A 2.6**HSBC - Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Ativo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004
				1,0569
Circulante	35.031.004	27.086.418	35.031.004	28.627.635
Disponibilidades	1.369.069	596.496	1.369.069	630.437
Aplicações Interf Liquidez	6.943.635	4.941.015	6.943.635	5.222.159
Aplicações Mercado Aberto	6.057.868	1.788.713	6.057.868	1.890.491
Aplicações Depositos Interf.	888.293	3.159.835	888.293	3.339.630
(Provisões para Perdas)	-2.526	-7.533	-2.526	(7.962)
TVM Instr Financ Derivativos	5.797.539	6.410.946	5.797.539	6.775.729
Carteira Própria	3.249.128	3.792.583	3.249.128	4.008.381
Vinc Compromisso Recompra	9.089	52.270	9.089	55.244
Instr Financeiros Derivativos	1.011.508	384.429	1.011.508	406.303
Vinculados ao Bacen	1.423.411	2.016.424	1.423.411	2.131.159
Vinculado Prestação Garantias	104.403	165.240	104.403	174.642
Relações Interfinanceiras	3.974.508	3.502.999	3.974.508	3.702.320
Pagamentos Receb Liquidar	1.293	231	1.293	244
Créditos Vinculados				-
Depósitos no Bacen	3.956.226	3.497.455	3.956.226	3.696.460
SFH - Sist Fin Habitação	3.125	2.394	3.125	2.530
Correspondentes	13.864	2.919	13.864	3.085
Relações Interdependências	980	5.102	980	5.392
Transf Internas Recursos	980	5.102	980	5.392
Operações de Crédito	12.359.911	8.485.323	12.359.911	8.968.138
Op Crédito-Setor Privado	13.687.321	8.958.333	13.687.321	9.468.062
(Prov Op Crédito Liq Duvid)	-1.327.410	-473.010	-1.327.410	(499.924)
Operações Arrend Mercantil	2.362	930	2.362	983
Arrend Sub Rec S Privado	247.817	184.931	247.817	195.454
(Rend Apropr Arrend Merc)	-244.100	-183.242	-244.100	(193.668)
(Prov Arr Merc Liq Duvidosa)	-1.355	-759	-1.355	(802)
Outros Créditos	4.148.720	2.962.095	4.148.720	3.130.638
Créd Avais Fianças Honrados	1.008	5	1.008	5
Carteira de Câmbio	2.336.875	1.656.161	2.336.875	1.750.397
Rendas a Receber	127.130	119.775	127.130	126.590
Negoc Intermediação Valores	30.401	112.367	30.401	118.761
Diversos	1.676.517	1.085.579	1.676.517	1.147.348
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-23.211	-11.792	-23.211	(12.463)
Outros Valores e Bens	434.280	181.512	434.280	191.840
Investimentos Temporários	1.330	1.330	1.330	1.406
Outros Valores e Bens	22.314	11.378	22.314	12.025
(Provisões p/Desvalorizações)	-6.212	-3.554	-6.212	(3.756)
Despesas Antecipadas	416.848	172.358	416.848	182.165
Realizável a Longo Prazo	10.364.817	5.630.630	10.364.817	5.951.013
Aplicações Interf Liquidez	52.121	397.432	52.121	420.046
Aplicações em Dep Interf	52.121	397.497	52.121	420.115

(Provisões para Perdas)		-65		(69)
TVM e Instr Fin Derivativos	5.505.322	1.971.971	5.505.322	2.084.176
Carteira Própria	2.141.762	592.369	2.141.762	626.075
Vinculados Compr Recompra	239.773	155.175	239.773	164.004
Vinculados ao Bacen	2.396.018	831.659	2.396.018	878.980
Vinculados Prestação Garantias	685.713	359.115	685.713	379.549
Instr Financeiros Derivativos	42.056	33.653	42.056	35.568
Operações de Crédito	3.968.082	2.607.373	3.968.082	2.755.733
Op Crédito Setor Privado	4.173.992	2.836.920	4.173.992	2.998.341
(Provisão Op Cred Liq Duvid)	-205.910	-229.547	-205.910	(242.608)
Operações de Arrend Mercantil	-2.345	-509	-2.345	(538)
Op Arr Sub Rec Setor Privado	258.601	140.387	258.601	148.375
(Rendas a Aprop Arr Merc)	-258.601	-140.387	-258.601	(148.375)
(Prov Op Arrend Merc Liq Duv)	-2.345	-509	-2.345	(538)
Outros Créditos	771.390	622.560	771.390	657.984
Carteira de Câmbio	13.638		13.638	-
Diversos	763.742	625.848	763.742	661.459
(Prov Out Cred Liq Duvidosa)	-5.990	-3.288	-5.990	(3.475)
Outros Valores e Bens	70.247	31.803	70.247	33.613
Despesas Antecipadas	70.247	31.803	70.247	33.613
Permanente	2.848.545	2.171.171	2.848.545	2.294.711
Investimentos	1.691.439	1.296.939	1.691.439	1.370.735
Part Colig Contr País	1.689.189	1.293.992	1.689.189	1.367.620
Part Colig Contr Exterior	4.167	4.283	4.167	4.527
Outros Investimentos	15.823	14.394	15.823	15.213
(Provisões para Perdas)	-17.740	-15.730	-17.740	(16.625)
Imobilizado de Uso	259.941	223.335	259.941	236.043
Imóveis de Uso	79.620	30.361	79.620	32.089
Outras Imobilizações de Uso	356.892	304.938	356.892	322.289
(Depreciação Acumulada)	-176.571	-111.964	-176.571	(118.335)
Imobilizado Arrendamento	529.525	340.526	529.525	359.902
Bens Arrendados	747.022	496.257	747.022	524.494
(Depreciação Acumulada)	-217.497	-155.731	-217.497	(164.592)
Diferido	367.640	310.371	367.640	328.031
Gastos Organização Expansão	645.174	771.655	645.174	815.562
(Amortização Acumulada)	-277.534	-461.284	-277.534	(487.531)
				-
Total	48.244.366	34.888.219	48.244.366	36.873.359

Fonte: www.hsbc.com.br

A 2.6 (continuação)**HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo****Balancos Patrimoniais Comparados em 31/12/2005 e 31/12/2004**

Passivo	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005	2004 1,0569
Circulante	24.101.265	21.244.618	24.101.265	22.453.437
Depósitos	11.972.849	15.192.030	11.972.849	16.056.457
Depósitos a Vista	3.994.095	3.559.077	3.994.095	3.761.588
Depósitos de Poupança	1.641.167	1.595.606	1.641.167	1.686.396
Depósitos Interfinanceiros	749.447	1.042.696	749.447	1.102.025
Depósitos a Prazo	5.567.073	8.991.212	5.567.073	9.502.812
Outros Depósitos	21.067	3.439	21.067	3.635
Captações no Mercado Aberto	5.415.050	1.350.196	5.415.050	1.427.022
Carteira Própria	247.104	216.024	247.104	228.316
Carteira de Terceiros	5.167.946	1.134.172	5.167.946	1.198.706
Recursos Aceites/Emissões	2.418	-	2.418	-
Obrigações TVM no Exterior	2.418	-	2.418	-
Relações Interfinanceiras	12.392	8.358	12.392	8.834
Receb Pagamentos Liquidar	65	41	65	43
Correspondentes	12.327	8.317	12.327	8.790
Relações Interdependências	445.948	455.580	445.948	481.503
Recursos Trânsito Terceiros	445.948	455.580	445.948	481.503
Obrigações por Empréstimos	2.224.987	1.465.227	2.224.987	1.548.598
Empréstimos País- Inst Oficiais	2.952	900	2.952	951
Empréstimos Exterior	2.222.035	1.464.327	2.222.035	1.547.647
Obrig Rep País- Inst Oficiais	294.677	202.937	294.677	214.484
BNDES	28.220	29.550	28.220	31.231
FINAME	266.457	173.387	266.457	183.253
Instr Financeiros Derivativos	884.168	175.411	884.168	185.392
Instr Financeiros Derivativos	884.168	175.411	884.168	185.392
Obrigações por Repasses Ext	37.571	43.037	37.571	

				45.486
Repases do Exterior	37.571	43.037	37.571	45.486
Outras Obrigações	2.811.205	2.351.842	2.811.205	2.485.662
Cobr Arrec Tributos e Assem	13.405	9.233	13.405	9.758
Carteira de Câmbio	1.366.519	1.025.296	1.366.519	1.083.635
Sociais e Estatutárias	119.679	49.401	119.679	52.212
Fiscais e Previdenciárias	103.769	101.492	103.769	107.267
Negoc Intermediação Valores	32.665	71.337	32.665	75.396
Dividas Subordinadas		135.970		143.707
Diversas	1.175.168	959.113	1.175.168	1.013.687
Exigível a Longo Prazo	20.761.644	11.302.368	20.761.644	11.945.473
Depósitos	18.834.595	9.889.659	18.834.595	10.452.381
Depósitos Interfinanceiros	1.032.093	1.010.233	1.032.093	1.067.715
Depósitos a Prazo	17.802.502	8.879.426	17.802.502	9.384.665
Captações no Mercado Aberto	0	144	0	152
Carteira Própria		144		152
Recursos Aceites e Emissão	129.777	0	129.777	-
Obrigações TVM no Exterior	129.777		129.777	-
Obrigações por Empréstimos	90.664	163.145	90.664	172.428
Emprest País - Inst Oficiais	22.613	26.453	22.613	27.958
Empréstimos no Exterior	68.051	136.692	68.051	144.470
Obrigações Rep País - Inst Ofic	309.527	183.763	309.527	194.219
BNDDES	35.915	48.575	35.915	51.339
FINAME	273.612	135.188	273.612	142.880
Obrigações Repases Exterior	66.905	117.343	66.905	124.020
Repases do Exterior	66.905	117.343	66.905	124.020
Instr Financeiros Derivativos	24.259	56.541	24.259	59.758
Instr Financeiros Derivativos	24.259	56.541	24.259	59.758
Outras Obrigações	1.305.917	891.773	1.305.917	942.515
Carteira de Câmbio	13.499		13.499	-
Fiscais e Previdenciárias	248.138	97.911	248.138	103.482
Negoc Interm Valores	990		990	

			-	
Dívidas Subordinadas	200.324		200.324	-
Diversas	842.966	793.862	842.966	839.033
Resultados Exercícios Futuros	10.254	16.212	10.254	17.134
Receitas Exercícios Futuros	10.254	16.212	10.254	17.134
Receitas Exercícios Futuros	10.254	16.212	10.254	17.134
Patrimônio Líquido	3.371.203	2.325.021	3.371.203	2.457.315
Patrimônio Líquido	3.371.203	2.325.021	3.371.203	2.457.315
Domiciliados Exterior	2.146.798	1.761.459	2.146.798	1.861.686
Reservas de Capital	7.671	1.226	7.671	1.296
Reservas de Reavaliação	1.945	3.539	1.945	3.740
Reservas de Lucros	121.328	73.844	121.328	78.046
Ajuste Mercado TVM/Deriv	34.335	2.539	34.335	2.683
Lucros/Prej Acumulados	1.059.126	482.414	1.059.126	509.863
			-	
Total	48.244.366	34.888.219	48.244.366	36.873.359

Fonte: www.hsbc.com.br

A 2.6 (continuação)**HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo****Demonstrações de Resultados Comparados dos Exercícios 2005 e 2004**

	Legislação Societária		Moeda Constante	
	2005	2004	2005 1,028	2004 1,0963
Receitas Intermed Financeira	9.411.491	5.988.091	9.675.013	6.564.744
Operações de Crédito	5.571.205	3.391.020	5.727.199	3.717.575
Operações de Arrend Mercantil	276.775	190.591	284.525	208.945
Resultado Operações com TVM	2.662.710	1.640.128	2.737.266	1.798.072
Resultado Inst Fin Derivativos	479.255	442.249	492.674	484.838
Resultado Operações de Câmbio	35.849	81.401	36.853	89.240
Resultado Aplic Compulsórias	385.697	242.702	396.497	266.074
	-	-	-	-
Despesas Intermed Financeira	6.684.512	3.712.529	(6.871.678)	(4.070.046)
Operações Captação Mercado	5.058.085	2.748.380	(5.199.711)	(3.013.049)
Operações Emprest Repasses	-129.766	-190.934	(133.399)	(209.321)
Operações Arrend Mercantil	-201.921	-137.854	(207.575)	(151.129)
Provisão Cred Liquid Duvidosa	1.294.740	-635.361	(1.330.993)	(696.546)
Resultado Bruto Intermed Financeira	2.726.979	2.275.562	2.803.334	2.494.699
	-	-	-	-
Out Receitas/Despesas Operacion	1.782.675	1.675.830	(1.832.590)	(1.837.212)
Receitas Prestação Serviços	1.790.864	1.370.356	1.841.008	1.502.321
Despesas de Pessoal	1.439.323	1.371.609	(1.479.624)	(1.503.695)
Out Despesas Administrativas	2.038.069	1.444.040	(2.095.135)	(1.583.101)
Despesas Tributárias	-381.796	-291.221	(392.486)	(319.266)
Resultado Part Colig Controladas	449.095	193.663	461.670	212.313
Outras Receitas Operacionais	306.770	328.541	315.360	360.179
Outras Despesas Operacionais	-470.216	-461.520	(483.382)	(505.964)
Resultado Operacional	944.304	599.732	970.745	657.486
Resultado não Operacional	-11.352	-36.820	(11.670)	(40.366)
Result antes Trib s/ Lucro Partic	932.952	562.912	959.075	617.120
Imposto de Renda e Contrib Social	-11.072	-62.822	(11.382)	(68.872)
Corrente	-68.443	-60.661		

			(70.359)	(66.503)
Diferido	57.371	-2.161	58.977	(2.369)
Participação no				
Lucro	-137.268	-73.940	(141.112)	(81.060)
Lucro Líquido	784.612	426.150	806.581	467.188
Juros sobre o Capital Próprio	-242.800	-159.500	(249.598)	(174.860)
Lote de mil Ações do Capital(2005): 1.831.248				
Lote de mil Ações do Capital(2004):1.543.767				
Lucro Líquido por lote de mil Ações: R\$	428,46	276,05		

Fonte: www.hsbc.com.br

Anexo 3: Análise Horizontal e Vertical das Demonstrações Contábeis: 2004 e 2005

A 3.1: Banco do Brasil S.A. - Análise Horizontal dos Balanços (n.índices).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	101	100	Circulante	97	100
Disponibilidades	36	100	Depósitos	105	100
Aplicações Interf Liquidez	164	100	Captações no Merc Aberto	61	100
TVM Inst Financ Derivativos	79	100	Recursos Aceites/Emissões	221	100
Relações Interfinanceiras	109	100	Relações Interfinanceiras	15.790	100
Relações Interdependências	78	100	Relaç. Interdependências	108	100
Operações de Crédito	107	100	Obrigações Empréstimos	22	100
Op.Arrendamento Mercantil	90	100	Obrigações Repasses País	279	100
Outros Créditos	93	100	Instr.Financ.Derivativos	89	100
Outros Valores e Bens	213	100	Obrigações Repasses Ext	20	100
			Outras Obrigações	159	100
Realizável a Longo Prazo	101	100	Exigível a Longo Prazo	114	100
Aplicações Interf Liquidez	116	100	Depósitos	299	100
TVM Inst Financ Derivativos	88	100	Captação Mercado Aberto	97	100
Operações de Crédito	111	100	Recursos Aceites/Emissões	22	100
Op.Arrendamento Mercantil	64	100	Obrigações Empréstimos	85	100
Outros Créditos	118	100	Obrigações Repasses País	54	100
Permanente	92	100	Obrigações Repasses Ext		zero
Investimentos	87	100	Instr.Financ.Derivativos	187	100
Imobilizado de Uso	97	100	Outras Obrigações	92	100
Imobilizado de Arrendamento	222	100	Result. Exerc. Futuros	88	100
Diferido	103	100	Patrimônio Líquido	113	100
Total	101	100	Total	101	100

A 3.2: Caixa Econômica Federal-Análise Horizontal dos Balanços (n.índices).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	100	100	Circulante	124	100
Disponibilidades	126	100	Depósitos	110	100
Aplicações Interf Liquidez	217	100	Captações no Merc Aberto	218	100
TVM Inst Financ Derivativos	78	100	Recursos Aceites/Emissões	82	100
Relações Interfinanceiras	103	100	Relações Interfinanceiras	70	100
Relações Interdependências	71	100	Relaç. Interdependências	109	100
Operações de Crédito	130	100	Instr.Financ.Derivativos	207	100
Outros Créditos	139	100	Outras Obrigações	123	100
Outros Valores e Bens	109	100	Exigível a Longo Prazo	107	100
Realizável a Longo Prazo	157	100	Depósitos	206	100
TVM Inst Financ Derivativos	221	100	Recursos Aceites/Emissões	80	100
Relações Interfinanceiras	115	100	Obrigações Empréstimos	71	100
Operações de Crédito	119	100	Obrigações Repasses País	103	100
Outros Créditos	75	100	Outras Obrigações	808	100
Outros Valores e Bens		zero	Result. Exerc. Futuros	zero	zero
Permanente	91	100	Patrimônio Líquido	113	100
Investimentos	125	100			
Imobilizado de Uso	87	100			
Diferido	69	100			
Total	121	100	Total	121	100

A 3.3: Banco Bradesco S.A. - Análise Horizontal dos Balanços (n.índices).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	112	100	Circulante	95	100
Disponibilidades	121	100	Depósitos	106	100
Aplicações Interf Liquidez	117	100	Captações no Merc Aberto	67	100
TVM Inst Financ Derivativos	119	100	Recursos Aceites/Emissões	54	100
Relações Interfinanceiras	87	100	Relações Interfinanceiras	76	100
Relações Interdependências	112	100	Relaç. Interdependências	103	100
Operações de Crédito	114	100	Obrigações Empréstimos	92	100
Outros Créditos	101	100	Obrigações Repasses País	123	100
Outros Valores e Bens	115	100	Instr.Financ.Derivativos	133	100
Realizável a Longo Prazo	119	100	Obrigações Repasses Ext	2	100
Aplicações Interf Liquidez	157	100	Outras Obrigações	101	100
TVM Inst Financ Derivativos	121	100	Exigível a Longo Prazo	163	100
Relações Interfinanceiras	129	100	Depósitos	189	100
Operações de Crédito	123	100	Captação Mercado Aberto	485	100
Outros Créditos	76	100	Recursos Aceites/Emissões	66	100
Outros Valores e Bens	119	100	Obrigações Empréstimos	79	100
Permanente	118	100	Obrigações Repasses País	100	100
Investimentos	124	100	Instr.Financ.Derivativos	62	100
Imobilizado de Uso	79	100	Outras Obrigações	107	100
Diferido	79	100	Result. Exerc. Futuros	62	100
			Patrimônio Líquido	121	100
Total	114	100	Total	114	100

A 3.4: Unibanco S.A. - Análise Horizontal dos Balanços (n.índices).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	105	100	Circulante	97	100
Disponibilidades	73	100	Depósitos	78	100
Aplicações Interf Liquidez	87	100	Captações no Merc Aberto	144	100
TVM Inst Financ Derivativos	139	100	Recursos Aceites/Emissões	92	100
Relações Interfinanceiras	104	100	Relações Interfinanceiras	261	100
Relações Interdependências	54	100	Relaç. Interdependências	103	100
Operações de Crédito	114	100	Obrigações Empréstimos	107	100
Outros Créditos	133	100	Obrigações Repasses País	117	100
Outros Valores e Bens	123	100	Instr.Financ.Derivativos	235	100
Realizável a Longo Prazo	144	100	Obrigações Repasses Ext	75	100
Aplicações Interf Liquidez	96	100	Outras Obrigações	97	100
TVM Inst Financ Derivativos	247	100	Exigível a Longo Prazo	152	100
Relações Interfinanceiras	102	100	Depósitos	198	100
Operações de Crédito	121	100	Recursos Aceites/Emissões	133	100
Outros Créditos	75	100	Obrigações Empréstimos	120	100
Outros Valores e Bens	120	100	Obrigações Repasses País	108	100
Permanente	108	100	Obrigações Repasses Ext	49	100
Investimentos	110	100	Instr.Financ.Derivativos	132	100
Imobilizado de Uso	90	100	Outras Obrigações	104	100
Diferido	98	100	Patrimônio Líquido	109	100
Total	114	100	Total	114	100

A 3.5: Banco ABN AMRO Real S.A. - Análise Horizontal dos Balanços (n.índices).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	117	100	Circulante	116	100
Disponibilidades	134	100	Depósitos	122	100
Aplicações Interf Liquidez	204	100	Captações no Merc Aberto	69	100
TVM Inst Financ Derivativos	79	100	Recursos Aceites/Emissões	87	100
Relações Interfinanceiras	132	100	Relações Interfinanceiras	110	100
Relações Interdependências	110	100	Relaç. Interdependências	115	100
Operações de Crédito	122	100	Obrigações Empréstimos	93	100
Outros Créditos	140	100	Obrigações Repasses País	145	100
Outros Valores e Bens	205	100	Instr.Financ.Derivativos	149	100
Realizável a Longo Prazo	156	100	Obrigações Repasses Ext	148	100
Aplicações Interf Liquidez	78	100	Outras Obrigações	132	100
TVM Inst Financ Derivativos	179	100	Exigível a Longo Prazo	168	100
Relações Interfinanceiras	289	100	Depósitos	192	100
Operações de Crédito	167	100	Captações Mercado Aberto		zero
Outros Créditos	86	100	Recursos Aceites/Emissões	106	100
Outros Valores e Bens	84	100	Obrigações Empréstimos	147	100
Permanente	97	100	Obrigações Repasses País	149	100
Investimentos	100	100	Obrigações Repasses Ext	57	100
Imobilizado de Uso	88	100	Instr.Financ.Derivativos	45	100
Diferido	84	100	Outras Obrigações	94	100
			Result. Exerc. Futuros	0,0	0,0
			Patrimônio Líquido	96	100
Total	124	100	Total	124	100

A 3.6: HSBC – Bank Brasil S.A. - Análise Horizontal dos Balanços (n.índices).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	122	100	Circulante	107	100
Disponibilidades	217	100	Depósitos	75	100
Aplicações Interf Liquidez	133	100	Captações no Merc Aberto	379	100
TVM Inst Financ Derivativos	86	100	Recursos Aceites/Emissões		zero
Relações Interfinanceiras	113	100	Relações Interfinanceiras	140	100
Relações Interdependências	18	100	Relaç. Interdependências	93	100
Operações de Crédito	138	100	Obrigações Empréstimos	144	100
Op. Arrendamento Mercantil	240	100	Obrigações Repasses País	137	100
Outros Créditos	133	100	Instr.Financ.Derivativos	477	100
Outros Valores e Bens	226	100	Obrigações Repasses Ext	83	100
Realizável a Longo Prazo	174	100	Outras Obrigações	113	100
Aplicações Interf Liquidez	12	100	Exigível a Longo Prazo	174	100
TVM Inst Financ Derivativos	264	100	Depósitos	180	100
Operações de Crédito	144	100	Captação Mercado Aberto	0	100
Op. Arrendamento Mercantil	(436)	(100)	Recursos Aceites/Emissões		zero
Outros Créditos	117	100	Obrigações Empréstimos	53	100
Outros Valores e Bens	209	100	Obrigações Repasses País	159	100
Permanente	124	100	Obrigações Repasses Ext	54	100
Investimentos	123	100	Instr.Financ.Derivativos	41	100
Imobilizado de Uso	110	100	Outras Obrigações	139	100
Imobilizado de Arrendamento	147	100	Result. Exerc. Futuros	60	100
Diferido	112	100	Patrimônio Líquido	137	100
Total	131	100	Total	131	100

A 3.7: Banco do Brasil S.A. - Análise Horizontal das DRE (n.índices).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	101	100
Operações de Crédito	105	100
Operações de Arrendamento Mercantil	307	100
Resultado Operações com TVM	103	100
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(105)	(100)
Resultado das Operações de Câmbio	0	100
Resultado de Aplicações Compulsórias	121	100
Despesas de Intermediação Financeira	(103)	(100)
Operações de Captação no Mercado	(111)	(100)
Operações por Empréstimos e Repasses	(52)	(100)
Operações de Arrendamento Mercantil	310	(100)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(111)	(100)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	99	100
Outras Receitas Operacionais	114	100
Receitas de Prestação de Serviços	108	100
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	91	100
Outras Receitas Operacionais	123	100
Outras Despesas Operacionais	(98)	(100)
Despesas de Pessoal	(99)	(100)
Outras Despesas Administrativas	(97)	(100)
Despesas Tributárias	(111)	(100)
Outras Despesas Operacionais	(95)	(100)
Resultado Operacional	144	100
Resultado não Operacional	150	100
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	144	100
Imposto de Renda e Contribuição Social	(187)	(100)
Participação no Lucro	(134)	(100)
Lucro Líquido	129	100

A 3.8: Caixa Econômica Federal - Análise Horizontal das DRE (n.índices).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	114	100
Operações de Crédito	124	100
Resultado Operações com TVM	117	100
Resultado das Operações com Derivativos	(642)	100
Resultado das Operações de Câmbio		zero
Resultado de Aplicações Compulsórias	98	100
Despesas de Intermediação Financeira	(115)	(100)
Operações de Captação no Mercado	(111)	(100)
Operações por Empréstimos e Repasses	(140)	(100)
Operações de Arrendamento Mercantil	0	(100)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(182)	(100)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	113	100
Outras Receitas Operacionais	131	100
Receitas de Prestação de Serviços	102	100
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	184	100
Outras Receitas Operacionais	226	100
Outras Despesas Operacionais	(115)	(100)
Despesas de Pessoal	(110)	(100)
Outras Despesas Administrativas	(99)	(100)
Despesas Tributárias	(121)	(100)
Outras Despesas Operacionais	(139)	(100)
Resultado Operacional	161	100
Resultado não Operacional	(53)	(100)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	164	100
Imposto de Renda e Contribuição Social	(529)	(100)
Participação no Lucro	(108)	(100)
Lucro Líquido	137	100

A 3.9: Banco Bradesco S.A. - Análise Horizontal das DRE (n.índices).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	130	100
Operações de Crédito	121	100
Resultado Operações com TVM	143	100
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	174	100
Resultado das Operações de Câmbio	84	100
Resultado de Aplicações Compulsórias	122	100
Despesas de Intermediação Financeira	(130)	(100)
Operações de Captação no Mercado	(138)	(100)
Operações por Empréstimos e Repasses	(104)	(100)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(107)	(100)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	129	100
Outras Receitas Operacionais	118	100
Receitas de Prestação de Serviços	119	100
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	122	100
Outras Receitas Operacionais	87	100
Outras Despesas Operacionais	(104)	(100)
Despesas de Pessoal	(102)	(100)
Outras Despesas Administrativas	(100)	(100)
Despesas Tributárias	(117)	(100)
Outras Despesas Operacionais	(109)	(100)
Resultado Operacional	192	100
Resultado não Operacional	(11)	(100)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	195	100
Imposto de Renda e Contribuição Social	(667)	100
Participação no Lucro	0	0
Lucro Líquido	169	100

A 3.10: Unibanco S.A. - Análise Horizontal das DRE: (n.índices).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	135	100
Operações de Crédito	130	100
Resultado Operações com TVM	145	100
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	111	100
Resultado de Aplicações Compulsórias	131	100
Despesas de Intermediação Financeira	(136)	(100)
Operações de Captação no Mercado	(137)	(100)
Operações por Empréstimos e Repasses	(100)	(100)
Resultado das Operações de Câmbio	(237)	(100)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(135)	(100)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	132	100
Outras Receitas Operacionais	99	100
Receitas de Prestação de Serviços	102	100
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	93	100
Outras Receitas Operacionais	115	100
Outras Despesas Operacionais	(99)	(100)
Despesas de Pessoal	(95)	(100)
Outras Despesas Administrativas	(95)	(100)
Despesas Tributárias	(141)	(100)
Outras Despesas Operacionais	(99)	(100)
Resultado Operacional	163	100
Resultado não Operacional	(104)	(100)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	164	100
Imposto de Renda e Contribuição Social	(951)	100
Participação no Lucro	150	100
Lucro Líquido	134	100

A 3.11: Banco ABN AMRO Real S.A. - Análise Horizontal das DRE (n.índices).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	129	100
Operações de Crédito	122	100
Resultado Operações com TVM	114	100
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.745	100
Resultado das Operações de Câmbio	100	(100)
Resultado de Aplicações Compulsórias	142	100
Despesas de Intermediação Financeira	(132)	(100)
Operações de Captação no Mercado	(140)	(100)
Operações por Empréstimos e Repasses	(52)	(100)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(135)	(100)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	124	100
Outras Receitas Operacionais	87	100
Receitas de Prestação de Serviços	111	100
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	528	100
Outras Receitas Operacionais	62	100
Outras Despesas Operacionais	(101)	(100)
Despesas de Pessoal	(104)	(100)
Outras Despesas Administrativas	(103)	(100)
Despesas Tributárias	(107)	(100)
Outras Despesas Operacionais	(90)	(100)
Resultado Operacional	120	100
Resultado não Operacional	(601)	100
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	113	100
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(100)
Participação no Lucro	(116)	(100)
Lucro Líquido	142	100

A 3.12: HSBC – Bank Brasil S.A. - Análise Horizontal das DRE (n.índices).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	147	100
Operações de Crédito	154	100
Operações de Arrendamento Mercantil	136	100
Resultado Operações com TVM	152	100
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	102	100
Resultado das Operações de Câmbio	41	100
Resultado de Aplicações Compulsórias	149	100
Despesas de Intermediação Financeira	(169)	(100)
Operações de Captação no Mercado	(173)	(100)
Operações por Empréstimos e Repasses	(64)	(100)
Operações de Arrendamento Mercantil	(137)	(100)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(191)	(100)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	112	100
Outras Receitas Operacionais	126	100
Receitas de Prestação de Serviços	123	100
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	217	100
Outras Receitas Operacionais	88	100
Outras Despesas Operacionais	(114)	(100)
Despesas de Pessoal	(98)	(100)
Outras Despesas Administrativas	(132)	(100)
Despesas Tributárias	(123)	(100)
Outras Despesas Operacionais	(96)	(100)
Resultado Operacional	148	100
Resultado não Operacional	(29)	(100)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	155	100
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17)	(100)
Participação no Lucro	(174)	(100)
Lucro Líquido	173	100

A 3.13: Banco do Brasil S.A. - Análise Vertical dos Balanços (%).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	53,2	53,1	Circulante	74,7	77,6
Disponibilidades	2,2	6,3	Depósitos	47,5	45,6
Aplicações Interf Liquidez	12,8	7,8	Captações no Merc Aberto	10,0	16,5
TVM Inst Financ Derivativos	6,3	8,1	Recursos Aceites/Emissões	0,2	0,1
Relações Interfinanceiras	9,4	9,0	Relações Interfinanceiras	0,4	0,0
Relações Interdependências	0,0	0,1	Relaç. Interdependências	0,7	0,7
Operações de Crédito	16,9	15,9	Obrigações Empréstimos	1,3	6,1
Op. Arrendamento Mercantil	0,0	0,0	Obrigações Repasses País	3,5	1,2
Outros Créditos	5,4	5,8	Instr.Financ.Derivativos	0,2	0,2
Outros Valores e Bens	0,2	0,1	Obrigações Repasses Ext	0,1	0,3
Realizável a Longo Prazo	43,9	43,8	Outras Obrigações	10,8	6,9
Aplicações Interf Liquidez	1,2	1,0	Exigível a Longo Prazo	18,8	16,6
TVM Inst Financ Derivativos	18,7	21,4	Depósitos	7,0	2,4
Operações de Crédito	15,8	14,4	Captação Mercado Aberto	1,9	2,0
Op. Arrendamento Mercantil	0,0	0,0	Recursos Aceites/Emissões	0,1	0,3
Outros Créditos	8,2	7,0	Obrigações Empréstimos	1,6	1,9
Permanente	2,9	3,1	Obrigações Repasses País	1,6	3,1
Investimentos	1,4	1,6	Obrigações Repasses Ext	0,2	0,0
Imobilizado de Uso	1,2	1,3	Instr.Financ.Derivativos	0,1	0,0
Imobilizado de Arrendamento	0,0	0,0	Outras Obrigações	6,3	6,9
Diferido	0,3	0,2	Result. Exerc. Futuros	0,0	0,0
			Patrimônio Líquido	6,5	5,8
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

A 3.14: Caixa Econômica Federal - Análise Vertical dos Balanços (%).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	50,4	61,0	Circulante	82,4	80,3
Disponibilidades	0,5	0,5	Depósitos	56,6	62,1
Aplicações Interf Liquidez	5,2	2,9	Captações no Merc Aberto	17,1	9,5
TVM Inst Financ Derivativos	22,4	34,5	Recursos Aceites/Emissões	0,6	0,9
Relações Interfinanceiras	10,3	12,1	Relações Interfinanceiras	0,0	0,0
Relações Interdependências	0,1	0,1	Relaç. Interdependências	0,3	0,3
Operações de Crédito	7,9	7,3	Instr. Financ. Derivativos	0,1	0,0
Outros Créditos	3,5	3,0	Outras Obrigações	7,7	7,5
Outros Valores e Bens	0,5	0,6	Exigível a Longo Prazo	13,4	15,2
Realizável a Longo Prazo	48,4	37,4	Depósitos	0,0	0,0
TVM Inst Financ Derivativos	27,2	14,8	Recursos Aceites/Emissões	4,7	7,1
Relações Interfinanceiras	10,5	11,0	Obrigações Empréstimos	0,0	0,0
Operações de Crédito	9,8	10,0	Obrigações Repasses País	6,6	7,8
Outros Créditos	1,0	1,6	Outras Obrigações	2,1	0,3
Outros Valores e Bens	0,0	0,0	Result. Exerc. Futuros	0,0	0,0
Permanente	1,2	1,6	Patrimônio Líquido	4,2	4,5
Investimentos	0,3	0,3			
Imobilizado de Uso	0,8	1,1			
Diferido	0,1	0,2			
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

A 3.15: Banco Bradesco S.A. - Análise Vertical dos Balanços (%).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	65,7	67,1	Circulante	54,6	65,6
Disponibilidades	1,8	1,7	Depósitos	34,2	36,9
Aplicações Interf Liquidez	19,8	19,3	Captações no Merc Aberto	8,2	14,0
TVM Inst Financ Derivativos	7,5	7,1	Recursos Aceites/Emissões	0,7	1,6
Relações Interfinanceiras	9,1	10,5	Relações Interfinanceiras	0,1	0,1
Relaç. Interdependências	0,1	0,1	Relaç. Interdependências	1,0	1,2
Operações de Crédito	20,2	20,2	Obrigações Empréstimos	3,7	4,6
Outros Créditos	7,0	8,0	Obrigações Repasses País	1,8	1,7
Outros Valores e Bens	0,2	0,2	Instr.Financ.Derivativos	0,1	0,1
Realizável a Longo Prazo	22,2	21,2	Obrigações Repasses Ext	0,0	0,0
Aplicações Interf Liquidez	3,3	2,4	Outras Obrigações	4,8	5,4
TVM Inst Financ Derivativos	6,8	6,4	Exigível a Longo Prazo	34,7	24,3
Relações Interfinanceiras	0,1	0,1	Depósitos	19,9	12,0
Operações de Crédito	9,7	9,0	Captação Mercado Aberto	5,7	1,3
Outros Créditos	2,1	3,1	Recursos Aceites/Emissões	1,2	2,2
Outros Valores e Bens	0,2	0,1	Obrigações Empréstimos	0,3	0,5
Permanente	12,1	11,7	Obrigações Repasses País	3,3	3,7
Investimentos	11,1	10,3	Instr.Financ.Derivativos	0,0	0,0
Imobilizado de Uso	0,6	0,9	Outras Obrigações	4,3	4,6
Diferido	0,4	0,5	Result. Exerc. Futuros	0,0	0,0
			Patrimônio Líquido	10,7	10,1
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

A 3.16: Unibanco S.A. - Análise Vertical dos Balanços (%).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	62,4	68,0	Circulante	49,5	58,5
Disponibilidades	1,2	1,9	Depósitos	24,2	35,5
Aplicações Interf Liquidez	21,1	27,7	Captações no Merc Aberto	14,3	11,4
TVM Inst Financ Derivativos	9,0	7,4	Recursos Aceites/Emissões	1,5	1,9
Relações Interfinanceiras	6,1	6,8	Relações Interfinanceiras	0,1	0,0
Relações Interdependências	0,1	0,2	Relaç. Interdependências	0,5	0,6
Operações de Crédito	18,8	18,8	Obrigações Empréstimos	2,9	3,0
Outros Créditos	5,8	4,9	Obrigações Repasses País	1,9	1,8
Outros Valores e Bens	0,3	0,3	Instr.Financ.Derivativos	0,8	0,4
Realizável a Longo Prazo	29,5	23,4	Obrigações Repasses Ext	0,1	0,1
Aplicações Interf Liquidez	1,1	1,3	Outras Obrigações	3,2	3,8
TVM Inst Financ Derivativos	13,3	6,2	Exigível a Longo Prazo	39,2	29,6
Relações Interfinanceiras	0,1	0,0	Depósitos	25,1	14,5
Operações de Crédito	11,8	11,1	Recursos Aceites/Emissões	0,6	0,5
Outros Créditos	2,9	4,5	Obrigações Empréstimos	1,2	1,1
Outros Valores e Bens	0,3	0,3	Obrigações Repasses País	4,5	4,7
Permanente	8,1	8,6	Obrigações Repasses Ext	0,1	0,3
Investimentos	7,2	7,5	Instr.Financ.Derivativos	0,1	0,1
Imobilizado de Uso	0,4	0,5	Outras Obrigações	7,6	8,4
Diferido	0,5	0,6	Result. Exerc. Futuros	0,0	0,0
			Patrimônio Líquido	11,3	11,9
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

A 3.17: Banco ABN AMRO Real S.A. - Análise Vertical dos Balanços (%).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	61,0	64,3	Circulante	58,6	62,6
Disponibilidades	2,1	1,9	Depósitos	41,3	41,8
Aplicações Interf Liquidez	5,1	3,1	Captações no Merc Aberto	3,6	6,3
TVM Inst Financ Derivativos	11,0	17,2	Recursos Aceites/Emissões	1,1	1,6
Relações Interfinanceiras	8,3	8,2	Relações Interfinanceiras	0,1	0,1
Relações Interdependências	0,0	0,0	Relaç. Interdependências	1,1	1,2
Operações de Crédito	25,9	26,4	Obrigações Empréstimos	2,4	3,2
Outros Créditos	8,3	7,3	Obrigações Repasses País	0,6	0,6
Outros Valores e Bens	0,3	0,2	Instr.Financ.Derivativos	1,3	1,1
Realizável a Longo Prazo	29,2	23,2	Obrigações Repasses Ext	0,1	0,1
Aplicações Interf Liquidez	0,9	1,4	Outras Obrigações	7,0	6,5
TVM Inst Financ Derivativos	10,9	7,5	Exigível a Longo Prazo	28,7	21,1
Relações Interfinanceiras	0,1	0,0	Depósitos	21,7	14,0
Operações de Crédito	15,3	11,4	Captações Mercado Aberto	1,4	0,0
Outros Créditos	2,0	2,9	Recursos Aceites/Emissões	1,6	1,9
Outros Valores e Bens	0,0	0,0	Obrigações Empréstimos	0,4	0,3
Permanente	9,8	12,5	Obrigações Repasses País	1,2	1,0
Investimentos	7,9	9,8	Obrigações Repasses Ext	0,6	1,2
Imobilizado de Uso	0,7	1,0	Instr.Financ.Derivativos	0,2	0,6
Diferido	1,2	1,7	Outras Obrigações	1,6	2,1
			Result. Exerc. Futuros	0,0	0,0
			Patrimônio Líquido	12,7	16,3
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

A 3.18: HSBC – Bank Brasil S.A. - Análise Vertical dos Balanços (%).

ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
Circulante	72,6	77,6	Circulante	50,0	60,9
Disponibilidades	2,9	1,7	Depósitos	24,8	43,6
Aplicações Interf Liquidez	14,4	14,2	Captações no Merc Aberto	11,2	3,9
TVM Inst Financ Derivativos	12,0	18,4	Recursos Aceites/Emissões	0,0	0,0
Relações Interfinanceiras	8,2	10,0	Relações Interfinanceiras	0,0	0,0
Relações Interdependências	0,0	0,0	Relaç. Interdependências	1,0	1,3
Operações de Crédito	25,6	24,3	Obrigações Empréstimos	4,6	4,2
Op. Arrendamento Mercantil	0,0	0,0	Obrigações Repasses País	0,6	0,6
Outros Créditos	8,6	8,5	Instr.Financ.Derivativos	1,9	0,5
Outros Valores e Bens	0,9	0,5	Obrigações Repasses Ext	0,1	0,1
Realizável a Longo Prazo	21,5	16,2	Outras Obrigações	5,8	6,7
Aplicações Interf Liquidez	0,1	1,2	Exigível a Longo Prazo	43,0	32,4
TVM Inst Financ Derivativos	11,4	5,6	Depósitos	39,0	28,3
Operações de Crédito	8,2	7,5	Captação Mercado Aberto	0,0	0,0
Op. Arrendamento Mercantil	0,0	0,0	Recursos Aceites/Emissões	0,3	0,0
Outros Créditos	1,6	1,8	Obrigações Empréstimos	0,2	0,5
Outros Valores e Bens	0,2	0,1	Obrigações Repasses País	0,6	0,5
Permanente	5,9	6,2	Obrigações Repasses Ext	0,1	0,3
Investimentos	3,5	3,7	Instr.Financ.Derivativos	0,1	0,2
Imobilizado de Uso	0,5	0,6	Outras Obrigações	2,7	2,6
Imobilizado de Arrendamento	1,1	1,0	Result. Exerc. Futuros	0,0	0,0
Diferido	0,8	0,9	Patrimônio Líquido	7,0	6,7
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

A 3.19: Banco do Brasil S.A. - Análise Vertical das DRE (%).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	100,0	100,0
Operações de Crédito	57,7	55,8
Operações de Arrendamento Mercantil	0,1	0,0
Resultado Operações com TVM	38,0	37,3
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(1,0)	(1,0)
Resultado das Operações de Câmbio	0,0	3,5
Resultado de Aplicações Compulsórias	5,2	4,4
Despesas de Intermediação Financeira	(67,8)	(66,9)
Operações de Captação no Mercado	(46,5)	(42,4)
Operações por Empréstimos e Repasses	(4,9)	(9,5)
Resultado das Operações de Câmbio	(0,1)	0,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16,3)	(15,0)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	32,2	33,1
Outras Receitas Operacionais	45,9	40,6
Receitas de Prestação de Serviços	21,4	20,1
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	1,3	1,4
Outras Receitas Operacionais	23,2	19,1
Outras Despesas Operacionais	(57,3)	(59,1)
Despesas de Pessoal	(22,5)	(23,1)
Outras Despesas Administrativas	(17,0)	(17,7)
Despesas Tributárias	(4,9)	(4,5)
Outras Despesas Operacionais	(12,9)	(13,8)
Resultado Operacional	20,8	14,6
Resultado não Operacional	0,6	0,4
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	21,4	15,0
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7,1)	(3,9)
Participação no Lucro	(1,6)	(1,2)
Lucro Líquido	12,7	9,9

A 3.20: Caixa Econômica Federal - Análise Vertical das DRE (%).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	100,0	100,0
Operações de Crédito	28,8	26,6
Resultado Operações com TVM	58,1	56,9
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(0,9)	0,1
Resultado das Operações de Câmbio	0,0	0,0
Resultado de Aplicações Compulsórias	14,0	16,4
Despesas de Intermediação Financeira	(61,8)	(61,3)
Operações de Captação no Mercado	(53,1)	(54,9)
Operações por Empréstimos e Repasses	(4,9)	(4,0)
Operações de Arrendamento Mercantil	0,0	0,0
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3,8)	(2,4)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	38,2	38,7
Outras Receitas Operacionais	33,2	29,0
Receitas de Prestação de Serviços	19,9	22,2
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	0,5	0,3
Outras Receitas Operacionais	12,8	6,5
Outras Despesas Operacionais	59,6	(59,3)
Despesas de Pessoal	(21,5)	(22,2)
Outras Despesas Administrativas	(16,0)	(18,5)
Despesas Tributárias	(3,6)	(3,4)
Outras Despesas Operacionais	(18,5)	(15,2)
Resultado Operacional	11,8	8,4
Resultado não Operacional	(0,1)	(0,2)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	11,7	8,2
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2,9)	(0,6)
Participação no Lucro	(0,8)	(0,9)
Lucro Líquido	8,0	6,7

A 3.21: Banco Bradesco S.A. - Análise Vertical das DRE (%).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	100,0	100,0
Operações de Crédito	49,5	53,3
Resultado Operações com TVM	34,1	31,0
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8,7	6,5
Resultado das Operações de Câmbio	2,3	3,5
Resultado de Aplicações Compulsórias	5,4	5,7
Despesas de Intermediação Financeira	(66,1)	(66,0)
Operações de Captação no Mercado	(53,1)	(50,0)
Operações por Empréstimos e Repasses	(5,5)	(6,9)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7,5)	(9,1)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	33,9	34,0
Outras Receitas Operacionais	30,9	34,2
Receitas de Prestação de Serviços	19,4	21,2
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	10,0	10,6
Outras Receitas Operacionais	1,5	2,4
Outras Despesas Operacionais	(42,1)	(52,8)
Despesas de Pessoal	(16,8)	(21,3)
Outras Despesas Administrativas	(15,4)	(20,0)
Despesas Tributárias	(3,9)	(4,3)
Outras Despesas Operacionais	(6,0)	(7,2)
Resultado Operacional	22,7	15,4
Resultado não Operacional	(0,1)	(0,3)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	22,6	15,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2,4)	0,5
Participação no Lucro	-	-
Lucro Líquido	20,2	15,6

A 3.22: Unibanco S.A. - Análise Vertical das DRE (%).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	100,0	100,0
Operações de Crédito	47,9	49,6
Resultado Operações com TVM	42,0	38,9
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5,6	6,9
Resultado de Aplicações Compulsórias	4,5	4,6
Despesas de Intermediação Financeira	(68,7)	(68,0)
Operações de Captação no Mercado	(57,5)	(56,4)
Operações por Empréstimos e Repasses	(3,3)	(4,4)
Resultado das Operações de Câmbio	(1,6)	(0,9)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6,3)	(6,3)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	31,3	32,0
Outras Receitas Operacionais	23,2	31,5
Receitas de Prestação de Serviços	13,4	17,7
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	8,4	12,2
Outras Receitas Operacionais	1,4	1,6
Outras Despesas Operacionais	(34,8)	(47,2)
Despesas de Pessoal	(11,9)	(16,9)
Outras Despesas Administrativas	(12,9)	(18,3)
Despesas Tributárias	(3,8)	(3,6)
Outras Despesas Operacionais	(6,2)	(8,4)
Resultado Operacional	19,7	16,3
Resultado não Operacional	(0,2)	(0,2)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	19,5	16,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2,9)	0,4
Participação no Lucro	(2,1)	(1,9)
Lucro Líquido	14,5	14,6

A 3.23: Banco ABN AMRO Real S.A. - Análise Vertical das DRE: (%).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	100,0	100,0
Operações de Crédito	68,7	71,8
Resultado Operações com TVM	21,0	23,7
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	4,7	0,3
Resultado das Operações de Câmbio	1,0	0,0
Resultado de Aplicações Compulsórias	4,6	4,2
Despesas de Intermediação Financeira	(64,2)	(63,0)
Operações de Captação no Mercado	52,1	(47,7)
Operações por Empréstimos e Repasses	(1,8)	(4,4)
Resultado das Operações de Câmbio	0,0	(1,2)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10,3)	(9,7)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	35,8	37,0
Outras Receitas Operacionais	28,5	41,8
Receitas de Prestação de Serviços	17,0	19,5
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	0,6	0,1
Outras Receitas Operacionais	10,9	22,2
Outras Despesas Operacionais	(53,5)	(67,4)
Despesas de Pessoal	(16,6)	(20,4)
Outras Despesas Administrativas	(24,1)	(30,0)
Despesas Tributárias	(4,9)	(5,8)
Outras Despesas Operacionais	(7,9)	(11,2)
Resultado Operacional	10,8	11,4
Resultado não Operacional	(0,5)	0,1
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	10,3	11,5
Imposto de Renda e Contribuição Social	0,0	(1,9)
Participação no Lucro	(1,8)	(2,0)
Lucro Líquido	8,5	7,6

A 3.24: HSBC – Bank Brasil S.A. - Análise Vertical das DRE (%).

	2005	2004
Receitas de Intermediação Financeira	100,0	100,0
Operações de Crédito	59,2	56,6
Operações de Arrendamento Mercantil	2,9	3,2
Resultado Operações com TVM	28,3	27,4
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	5,1	7,4
Resultado das Operações de Câmbio	0,4	1,4
Resultado de Aplicações Compulsórias	4,1	4,0
Despesas de Intermediação Financeira	(71,0)	(62,0)
Operações de Captação no Mercado	(53,7)	(45,9)
Operações por Empréstimos e Repasses	(1,4)	(3,2)
Operações de Arrendamento Mercantil	(2,1)	(2,3)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13,8)	(10,6)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	29,0	38,0
Outras Receitas Operacionais	27,1	31,6
Receitas de Prestação de Serviços	19,0	22,9
Resultado da Participação em Coligadas e Controladas	4,8	3,2
Outras Receitas Operacionais	3,3	5,5
Outras Despesas Operacionais	46,1	(59,6)
Despesas de Pessoal	(15,3)	(22,9)
Outras Despesas Administrativas	(21,7)	(24,1)
Despesas Tributárias	(4,1)	(4,9)
Outras Despesas Operacionais	(5,0)	(7,7)
Resultado Operacional	10,0	10,0
Resultado não Operacional	(0,1)	(0,6)
Resultado antes da Tributação s/ Lucros e Participações	9,9	9,4
Imposto de Renda e Contribuição Social	(0,1)	(1,1)
Participação no Lucro	(1,5)	(1,2)
Lucro Líquido	8,3	7,1